

SEGUNDO CICLO DE ESTUDOS

CRIMINOLOGIA

Medo do Crime e Estudantes Deslocados

Luísa Cláudia dos Santos

M

2020

Dissertação elaborada sob a orientação de:
Professora Doutora Inês Maria Ermida de
Sousa Guedes e do Professor Doutor Jorge
Gracia Ibáñez



RESUMO

A presente dissertação pretendeu, através das análises quantitativas, perceber a relação entre os estudantes da cidade do Porto (naturais e deslocados) e o sentimento de insegurança (medo do crime, percepção de risco e adoção de comportamentos de evitamento, proteção e autodefesa). Para alcançar este objetivo, foi construído e aplicado um questionário a uma amostra de 785 estudantes do Porto, composta por estudantes naturais da cidade e aqueles deslocados no Porto. O questionário foi elaborado medindo variáveis sociodemográficas individuais e ambientais, a vitimação, os componentes do sentimento de insegurança, a preocupação e a satisfação financeira, o bem estar, as atividades de rotina, as percepções de desordem e demais tópicos comuns na literatura científica no que se refere a investigação do sentimento de insegurança e algumas questões específicas desenvolvidas para perceber características, percepções e pontos de vista dos estudantes deslocados. Constatamos que as mulheres têm níveis mais elevados de medo do crime em relação aos homens, assim como são elas que têm maior percepção de risco e adotam mais comportamentos de segurança, havendo diferenças com relação ao estatuto dos estudantes apenas quanto a percepção de risco. Além disso, observamos que quanto mais velho o estudante, menor o medo do crime, assim como quanto menor a idade, maior o medo para os estudantes deslocados, pois não há relação entre os locais. Observamos, que a frequência de medo correlaciona-se negativamente com o bem-estar para a amostra dos estudantes deslocados, assim podemos dizer que quanto mais frequente o medo, menor o bem-estar daqueles estudantes e vice-versa. O medo do crime dos estudantes deslocados também está correlacionado negativamente com a facilidade para encontrar um alojamento, o que significa que quanto mais fácil é encontrar um alojamento, menor a incidência de medo do crime. No final, discutir-se-ão os resultados obtidos, tentando-se avançar com sugestões para a explicação dos mesmos, assim como se irá apresentar algumas críticas ou aspectos que deveriam ser melhorados. Por outro lado, iremos sugerir pistas para futuras investigações, no intuito de contribuir com a comunidade científica voltada para este objeto de estudo, especialmente, no medo do crime.

Palavras-chave: Sentimento de insegurança; medo do crime; percepção de risco; adoção de comportamento por razões de segurança; estudantes; deslocados;

ABSTRACT

This quantitative work aimed at understanding the relationship between Porto's students (they could be from Porto or displaced) and the feeling of insecurity - namely fear of crime, perceptions of risk and behavior reactions to crime (avoidance, protection and self-defense).

For this purpose, a survey to a sample of 785 Porto's students was applied. These students could be both from Porto and displaced. The survey was created measuring: individual and contextual sociodemographic variables, victimization, the feeling of insecurity and its components, financial worries and satisfaction, well-being, daily activities, disorder and other common topics in the scientific literature that studies the components of the feeling of insecurity. Some specific questions were created to identify more about displaced students. We concluded that women have higher levels of fear of crime than men, as well as more perceptions of risk and adoption of security behavior. So this result just have significance if we consider the condition student in perception of risk. What's more, it has been observed that the older the student is, the lower the fear of crime is. The opposite is true as well, the younger the student is, the higher the fear of crime is, to displaced students. These relations do not exist to local students. It has also been observed that the frequency of fear of crime negatively correlates with displaced students' wellbeing. It means that the more often the fear of crime is, the lower the wellbeing is, and the opposite is true as well. Displaced students' fear of crime also correlates negatively with the lack of easiness to find a place to live. The easier it was to find a place to live, the less fear of crime the student felt.

Finally, the results will be discussed to raise some suggestions of explanation for them. Also, some critics or aspects that could be improved will be presented. Furthermore, clues for future investigations will be suggested, contributing, this way, to the scientific community focusing specially on fear of crime.

Key words: Feeling of insecurity; fear of crime; risk perception, adoption of behaviors for security reasons; students; displaced;

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento não é apenas uma mera formalidade, e sim um espaço pra que possamos refletir e nesse caso constatar que é possível e que de alguma maneira somos mais fortes e persistentes do que por vezes pudéssemos imaginar.

Primeiramente, preciso necessariamente e de maneira verdadeira agradecer aos professores que participaram da construção deste projeto, ao co-orientador deste trabalho, o Doutor Jorge Gracia Ibañez que desde a unidade curricular de seminário de pesquisa mostrou-se um incentivador e entusiasta do tema, sempre disposto a auxiliar. Certamente não poderia deixar de referir a Doutora Inês Maria Ermida de Sousa Guedes, inicialmente como docente, mas essencial e fundamentalmente como orientadora, a qual sempre se fez presente e disponível, acima de tudo paciente e interessada, no intuito de que esta dissertação abrisse e ampliasse meus horizontes para os conhecimentos científicos e análises estatísticas. Ao falar em estatística, não poderia deixar de agradecer ao Doutor Pedro Sousa, pois deu início aos ensinamentos sobre SPSS, mas essencialmente a minha orientadora, que com sua bondade e gentileza, cooperou com essa aluna que não percebia nada de estatísticas e que hoje conclui a sua dissertação com resultados científicos tratados e analisados por elas.

Agradeço também a todos os estudantes que, anonimamente, responderam massivamente ao questionário aplicado, contribuindo para a realização do projeto e a minha rede de apoio no Porto, os amigos que fiz e com os quais compartilhei a realidade de um estudante deslocado.

Finalmente, meu maior agradecimento é devido aos meus pais, que sempre me apoiaram e incentivaram meus sonhos na busca do conhecimento.

ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico	4
1 Objeto de estudo: Sentimento de insegurança (<i>lato sensu</i>).....	4
2 Dimensões do sentimento de insegurança	6
2.1 Medo do crime (<i>stricto sensu</i>) - Emocional.....	7
2.2 Perceção do risco de vitimação - Cognitivo.....	10
2.3 Comportamentos por razões de segurança	12
3 Modelos teórico-empíricos explicativos do sentimento de insegurança	13
3.1 Modelo sociodemográfico	14
3.1.1 Hipótese da vulnerabilidade	14
<i>Género</i>	16
<i>Idade</i>	17
<i>Situação económica e escolaridade</i>	18
<i>Bem-estar</i>	21
3.2 Hipótese da vitimação	22
<i>Teoria das Atividades de Rotina</i>	24
3.3 Desordens e Eficácia Coletiva – Contexto ambiental.....	26
4 Operacionalização do sentimento de insegurança	31
5 Medo do crime e estudantes deslocados	36
<i>Jovens e deslocamento</i>	37
Capítulo II – Estudo empírico.....	42
1 Objetivos e Hipóteses	43
2 Material e Métodos	45
2.1 Caracterização do estudo	45
2.2 Forma de constituição da amostra	45
2.3 Instrumento e variáveis	46
<i>Grupo I: Questões sociodemográficas</i>	46
<i>Grupo II: Questões gerais de insegurança, vitimação, perceção de desordem, eficácia coletiva e atividades de rotina</i>	47
<i>Grupo III: Estudantes deslocados</i>	53
2.4 Procedimentos de Análise Estatística	55

2.4.1 Procedimentos de Análise Estatística Descritiva	55
Capítulo III – Resultados	56
1 Caracterização da amostra descritiva total comparação com os estudantes deslocados e naturais da cidade do Porto	56
1.1 Caracterização da amostra segundo o género, idade, habilitações literárias e vitimação	57
1.2 Caracterização da amostra segundo contexto residencial, tempo vivendo no Porto, situação financeira e bem-estar.....	59
1.3 Caracterização da amostra segundo situação profissional, nacionalidade e estado civil	62
1.4 Caracterização da amostra segundo desordens, atividades de rotina e eficácia coletiva	63
1.5 Caracterização da amostra segundo o sentimento de insegurança	64
1.6 Caracterização dos estudantes deslocados de forma aprofundada	66
2 Relação entre variáveis	68
2.1 Sentimento de insegurança e variáveis na amostra geral	68
2.2 Sentimento de insegurança - estudantes deslocados e naturais.....	71
2.3 Relação entre medo do crime e variáveis exclusivas dos estudantes deslocados	73
DISCUSSÃO E RESULTADOS	75
REFERÊNCIAS	87

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Taxonomia - Percepções: Afetiva e Cognitiva	9
---	---

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	58
Tabela 2	60
Tabela 3	61
Tabela 4	63
Tabela 5	63
Tabela 6	64
Tabela 7	65
Tabela 8	67
Tabela 9	69
Tabela 10	71
Tabela 11	74

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, apresentada no âmbito do Mestrado em Criminologia, pretendeu comparar o medo do crime entre os estudantes naturais do Porto e os deslocados, procurando perceber que variáveis explicam o sentimento de insegurança experienciado de cada grupo. O objetivo de estudo do presente trabalho, consiste em perceber se os estudantes que se deslocam para o Porto são ou não mais medrosos em relação aos que sempre ali viveram.

Consideramos estudantes deslocados aqueles que migram dos seus locais de origem para outros sítios, seja de um distrito para outro, ou mesmo aqueles que trocam de país no intuito de estudar e agregar conhecimento acadêmico. No caso da amostra, a grande maioria de estudantes portugueses e brasileiros que se deslocaram para a cidade do Porto.

De acordo com a análise de bibliografia, as teorias sobre o medo do crime vêm ganhando cada vez mais destaque na comunidade científica, dessa forma, após sintetizar alguns conceitos evolutivos, visualizamos um dos mais atuais e que melhor explicita as dimensões que compõe o sentimento de insegurança.

Para Agra (2003), o sentimento de insegurança ou insegurança subjetiva manifesta-se através de três dimensões: o medo do crime (dimensão afetiva/emocional), a percepção de risco ou preocupação com o crime (dimensão cognitiva) e os comportamentos de segurança (através das condutas de evitamento, proteção e autodefesa, como meios de evitar possíveis consequências decorrentes do crime). Portanto, o medo do crime (*stricto sensu*) refere-se apenas a uma das dimensões do sentimento de insegurança (*lato sensu*).

Para além da conceptualização do medo do crime, a literatura científica tem procurado estudar quais as variáveis que têm sido associadas ao sentimento de insegurança. Assim, diversos modelos têm sido utilizados, tais como questões sociodemográficas de nível individual (género e idade) e social (situação económica, empregabilidade e escolaridade), a vitimação anterior (direta e indireta) e também aqueles de aspectos comportamentais e ambientais que podem contribuir para o sentimento de insegurança (bem-estar, local de origem, contexto residencial, incivildades, atividades de rotina relacionadas as questões comportamentais). Adicionalmente, observam-se modelos que se debruçam sobre as características dos processos sociais dos locais onde os indivíduos residem, tais como a vinculação à comunidade, a familiaridade com o ambiente e a eficácia coletiva. Na presente dissertação, estes modelos irão ser testados com o objetivo de se perceber se o medo do crime dos estudantes deslocados e dos estudantes naturais do Porto têm uma configuração distinta.

Um aspecto fulcral no âmbito da literatura do sentimento de insegurança e, em concreto, do medo do crime, é a dificuldade na sua operacionalização. Farrall (2007) destaca a importância de explorar a componente emocional do medo do crime, explicitar situações demonstrando uma cena em concreto, sem perguntas hipotéticas e abrangentes, considerando que o sentimento de insegurança é multifacetado e deve ser medido através de estratégias qualitativas e quantitativas, para que possamos medir especificamente o medo do crime e não outra dimensão do sentimento de insegurança. Uma vez que o medo do crime é um conceito latente, ou seja, não diretamente observado, a sua avaliação é feita através de indicadores, o que determinará a validade e confiabilidade do estudo (Hardyns & Pauwels, 2010). Parece ser consensual a ideia de que o medo do crime se manifesta de forma emocional, e, portanto, é legítimo questionar a lacuna existente na literatura no que se refere ao estudo desse sentimento em relação aos estudantes. E é precisamente esta lacuna que a presente investigação pretendeu explorar, procurando-se contribuir, deste modo, para uma descrição e explicação voltadas do sentimento de insegurança, especialmente do medo do crime dos estudantes deslocados.

A estrutura do presente trabalho compõe-se por três capítulos principais, de onde emergem subcapítulos. O primeiro capítulo é eminentemente teórico e no qual se desenvolvem o estado da arte dos objetos de estudo sobre os quais nos debruçamos, mais concretamente ao sentimento de insegurança, tanto ao nível global, como nas suas dimensões – medo do crime, percepção do risco de vitimação e adoção de comportamentos por razões de segurança, nos modelos utilizados pela literatura científica para explicar tais dimensões e as formas de operacionalização de cada componente do sentimento de insegurança. Depois, se o que se pretende é caracterizar e explicar o medo do crime (*stricto sensu*) dos estudantes deslocados (em comparação aos naturais), importará dedicar espaço para abordar alguns estudos sobre estudantes internacionais e perceber algumas variáveis já aplicadas pela comunidade científica para perceber o medo do crime nesses estudantes em comparação com aqueles naturais. Sabendo que são escassas na literatura pesquisas que relacionam medo do crime e estudantes, sobre tudo aqueles que saem da sua casa e vivem fora (Shi, 2018). Ainda, cabe dizer que os estudos existentes geralmente se referem a estudantes que residem em *campus*, ou a estudantes internacionais em comparação aos locais, não incluindo aqueles deslocados dentro do próprio país, ou seja, aqueles estudantes nacionais que migram para estudar em outro sítio.

Na segunda parte (capítulo II), iremos apresentar a metodologia que foi utilizada nesta investigação. Em primeiro lugar, de maneira mais concreta, descreveremos quais os objetivos e questões de investigação às quais pretendemos responder. Caracterizemos o presente estudo

quantitativo e iremos expor a constituição do instrumento utilizado (questionário). Também iremos referir quais as variáveis fundamentais do estudo (dependentes e independentes), assim como a forma de operacionalizá-las. Para alcançar este objetivo optou-se pela utilização de metodologias quantitativas, mais concretamente a construção e aplicação de um questionário através da plataforma Google Forms¹ a uma amostra de 785 estudantes do Porto. No mesmo capítulo, procederemos ainda à descrição dos procedimentos desta investigação e de que forma procuramos assegurar o anonimato e a confidencialidade dos respondentes.

Finalmente, o último capítulo (III) irá focar-se nos resultados obtidos na presente investigação, assim como a discussão dos mesmos. Esta apresentação dos resultados terá subjacente uma lógica, designadamente, uma parte descritiva, onde iremos começar pela caracterização da amostra a partir das variáveis do nosso estudo, seguida de uma explicação correlacional entre as variáveis e a nossa variável central, o medo do crime. Por fim, a dissertação terminará com a discussão dos resultados dos dados obtidos com este estudo, assim como pistas para futuras investigações, no intuito de contribuir com a comunidade científica voltada para este objeto de estudo.

¹ O questionário foi disponibilizado no link <<https://forms.gle/5RAUrflEMdkdTtqD6>> em dois momentos diferentes devido a pandemia mundial de Covid-19. De 10 de março de 2020 a 13 de março de 2020, atingindo 91 estudantes, e de 27 de maio de 2020 a 02 de junho de 2020, atingindo 694 respondentes. Totalizando 785 estudantes da cidade do Porto.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

No primeiro capítulo, referente ao enquadramento teórico, iremos contextualizar o objeto central do estudo, o sentimento de insegurança (*lato sensu*), o qual é o composto por três dimensões: o medo do crime (*stricto sensu*), dimensão emocional sobre a qual iremos nos debruçar com maior ênfase, a percepção do risco de vitimação e a adoção de comportamentos por razões de segurança. Ademais, iremos demonstrar alguns dos modelos teóricos-empíricos empregados na literatura científica e utilizados na construção de nosso questionário, no intuito de que possamos proceder as comparações entre as variáveis que contribuem para o medo do crime nos estudantes deslocados e naqueles naturais do Porto.

1 Objeto de estudo: Sentimento de insegurança (*lato sensu*)

O sentimento de insegurança é um fenómeno de relevante debate internacional. Em 1960, nos Estados Unidos, com o aumento da violência, o tema foi pela primeira vez considerado um problema que necessitava ser estudado. Em decorrência disso, surgiram os inquéritos de vitimação, o que contribuiu para que o tópico ganhasse um maior destaque social e científico ao redor do mundo (Boers, 2003). Para Kuhn e Agra (2010) o medo do crime está abrangido dentro do conceito de insegurança, sendo a insegurança subdividida em insegurança objetiva e subjetiva. A insegurança objetiva consiste em dados objetivos de criminalidade, comportamentos desviantes em geral, basicamente na fatalidade do mundo exterior, extraídos a partir de estatísticas oficiais, inquéritos de vitimação e de delinquência auto-revelada, por exemplo, ou seja, o crime em si mesmo. Enquanto a insegurança subjetiva se ramifica em duas esferas, uma cognitiva, caracterizada como a percepção de risco, e a outra afetiva, que é o medo do crime emocional, complementam Schreck & Miller (2003) que a insegurança subjetiva pode ser influenciada por inúmeros fatores, como características e percepções de insegurança individuais.

Furstenberg (1971) foi um dos primeiros autores a tentar decompor o sentimento de insegurança. O autor referiu que existem duas formas de reações psicológicas ao crime: o medo e a preocupação. A partir dessa premissa, conceituou o medo como uma sensação de agitação ou ansiedade pela própria segurança ou de seus bens pessoais. Dessa forma, o medo não é experimentado apenas no momento real de perigo, mas também como uma reação a um perigo que é apenas potencial. A segunda reação é a preocupação com o crime como problema social.

Neste caso, o sentimento não está ligado ao medo pessoal de ser vítima de um crime, mas a um estado de agitação que leva em consideração a segurança como um todo, no contexto geral e forma mais abstrata. Amerio & Roccato (2004) partem do mesmo entendimento e descrevem que o medo do crime estaria enquadrado dentro da insegurança subjetiva, correspondendo a uma componente afetiva, por se tratar de uma reação emocional negativa que surge da possibilidade de ser vítima em concreto, de outro lado, a dimensão cognitiva, trata-se da percepção de risco de vitimação, um receio da probabilidade de ser vitimado. Concluem que tal distinção entre os conceitos, demonstra que não devemos mais falar em preocupação como sinónimo de medo, pois podemos sentir medo, sem nos sentirmos preocupados, bem como nos sentirmos preocupados e não sentirmos medo.

No seu estudo *Les réactions sociales au crime: peur et punitivé*, Louis-Guérin (1984) enfatiza a importância de não confundir a preocupação com o problema criminal e os medos de sofrer uma vitimização. Através dessa distinção entre medo e preocupação podemos dizer que é possível sentirmos medo, sem necessariamente nos sentirmos preocupados, bem como uma pessoa pode perceber uma alta taxa de criminalidade (preocupação) e avaliar seu risco de vitimização (medo) como baixo. Louis suscita que podemos distinguir o medo do crime através de duas dimensões, uma delas a nível social e a outra de carácter pessoal. No primeiro caso, a dimensão social do medo trata-se de um julgamento de valor da sociedade, uma preocupação com o problema criminal de maneira abstrata. Enquanto na dimensão pessoal seria a experiência quotidiana do indivíduo, sendo a verdadeira medida do crime no contexto habitual das pessoas, uma resposta a uma ameaça direta do ambiente e apoiada por evidências concretas, como por exemplo os comportamentos de evitamento.

Boers (2003), exemplifica que uma pessoa pode julgar que o aumento das incidências do crime são um sério problema governamental e social, porém, essa mesma pessoa pode não se sentir insegura ou ameaçada. Essa percepção trata-se de uma visão conceitual mais abrangente do que o conceito de medo do crime pautado na insegurança, e defende que há duas reações psicológicas: o medo (concreto) e a preocupação (abstrata), as quais estão atreladas as condições do ambiente físico e sociais. Warr (2000) descreve que medo do crime não é uma percepção do ambiente, mas uma reação a essa percepção, que pode resultar de uma valoração cognitiva (risco percebido) ou avaliação de informações percebidas. Portanto, sob esta ótica, o medo do crime é uma componente pessoal afetiva, dotada de carácter cognitivo, incluindo o risco pessoal de vitimação, ou seja, o medo do crime nada mais é do que uma das reações

psicológicas, de cunho emocional, existentes face ao crime, a uma ameaça real ou iminente (Jackson J. , 2006).

Para Gabriel e Greve (2003) o sentimento de insegurança pode ser considerado multidimensional, pois abrange as componentes afetiva, cognitiva e comportamental. Nos estudos psicológicos com tradição no estudo do constructo, consideram as emoções estados afetivos caracterizados por respostas fisiológicas, comportamentais-expressivas e facetas subjetivas. A partir de seus resultados, os autores apresentam um argumento convincente de que o sentimento de insegurança deve ser medido de maneira multifacetada, o que significa que de um lado deve ser levada em conta a relação com infrações específicas, e por outro, devem ser considerados os diferentes componentes do sentimento de insegurança.

Skogan (1999) refere que as pesquisas contextualizam o sentimento de insegurança de quatro formas, sendo três definições de cunho cognitivo: a preocupação das pessoas com o crime, a avaliação do risco de vitimação e a ameaça do crime, e um carácter comportamental que se refere ao comportamento medroso. A preocupação das pessoas com o crime trata-se de um carácter mais abstrato em relação a frequência e gravidade dos atos criminosos. A avaliação do risco vitimação e a ameaça têm reflexo direto do crime para o indivíduo no meio em que estão inseridos, pois na avaliação do risco há a percepção da probabilidade em se tornar vítima e quanto a ameaça trata-se de potencial dano que o crime tem para as pessoas. A abordagem mais atual é a comportamental, e reflete no modo como as pessoas fazem ou deixam de fazer alguma coisa em virtude do crime, em outras palavras, como elas reagem a ele.

Em resumo, podemos utilizar a concetualização de Ferraro (1995) que refere que o sentimento de insegurança contém uma dimensão afetiva, que compreende o medo do crime, cognitiva que engloba a percepção do risco de vitimação e uma dimensão comportamental, como o evitamento de certos locais ou pessoas. E que apesar de estas atitudes serem de cunho pessoal em relação ao crime e poderem se inter-relacionar, elas não são idênticas.

Explicitado que o sentimento de insegurança ou medo do crime (*lato sensu*) trata-se de um conceito multifacetado e composto por outras três dimensões passemos para uma descrição minuciosa de cada um dos conceitos de forma individual, em particular, o medo do crime (*stricto sensu*), a percepção do risco e a adoção de comportamentos em razão de segurança.

2 Dimensões do sentimento de insegurança

Como foi explanado anteriormente, verifica-se na literatura científica (Guedes, Cardoso, & da Agra, 2012; Amerio & Roccato, 2004; Kuhn & Agra, 2010) que o sentimento de insegurança é constituído por três componentes: a afetiva, corresponde ao medo do crime, a cognitiva, que é a percepção do risco de ser vitimado e, por último, a comportamental, onde se incluem o evitamento de situações e lugares que podem desencadear a vitimação, a proteção por meio de instrumentos ou atitudes que aumentem a ideia de segurança (como colocar fechaduras de segurança e alarmes em casa) e a autodefesa de um risco possível (como ter armas para defesa pessoal e praticar desportos de defesa pessoal). A partir de agora, abordaremos cada uma das dimensões de maneira pormenorizada.

2.1 Medo do crime (*stricto sensu*) - Emocional

O sentimento de insegurança trata-se de um constructo abrangente, dentro do qual definiremos o medo do crime em sentido estrito, vertente emocional relacionada a reação em relação ao meio ambiente. Gabriel & Greve (2003) descrevem que é de longa tradição investigar o medo do crime na criminologia. Hale (1996), por sua vez, afirma que há uma crescente nos estudos relacionados com o medo do crime, talvez por haver uma maior consciência de que aquele não só existe face a uma situação, mas que está atrelado às possíveis consequências dele decorrentes, e que pode estar enraizado na ansiedade.

Primeiramente, faz-se necessário conceituar medo, sendo que Warr (2000), referente a este conceito, defende que é, de forma rotineira, usado na psicologia e nas ciências da vida com consideravelmente menos disputas quanto ao seu significado. A presença do medo em praticamente todos os animais não é acidental, pois o medo não é intrinsecamente mau, apenas se torna disfuncional quando se torna desproporcional ao risco objetivo. Para Ferraro e LaGrange (1987) o medo do crime, dentro da dimensão afetiva, seria uma reação emocional negativa provocada pelo crime em si ou símbolos que o indivíduo associa ao crime. Essa resposta emocional, seja ela pavor, ansiedade ou alguma outra resposta negativa que remeta o indivíduo a algum ato criminoso, faz com que ele se sinta ameaçado. Entretanto, para Warr (2000) tratar o medo do crime como uma reação emocional negativa de natureza subjetiva, torna difícil distinguir o medo de emoções como a tristeza, a raiva e a resignação.

Em síntese, o medo é apenas uma das muitas reações aos julgamentos sobre o alto risco potencial em uma situação (Ferraro, 1995). Ao longo das experiências diárias a emoção do medo é uma experiência comum para a maioria dos seres humanos, porém, os

criminologistas tendem a isolar o “medo do crime”, assumindo que difere de algum modo fundamental de outros medos de maneira genérica.

Warr (2000) afirma que não há evidências de que o medo do crime seja qualitativamente diferente de outras formas de medo, o que os diferencia é apenas o objeto ou estímulo do medo. Em complemento, para os autores, o medo do crime é considerado como uma defesa natural que se molda frente ao crime (García, Martínez-Zelaya, Muratori, Páez, & Zubieta, 2016). Hale (1996) refere que o medo depende de dois fatores, a percepção de um indivíduo sobre o risco pessoal de ser vítima e a avaliação de quão sérias são as consequências da vitimização. Jackson (2004) parte do mesmo pressuposto, porém refere também as atitudes adotadas pelo indivíduo em relação as condições sociais.

O medo do crime pode ser uma consequência derivada da percepção de risco, uma reação sobre o ambiente percebido e, portanto, resultar de um processamento cognitivo, provavelmente a percepção de risco seria uma determinante do medo, e não ele em si. O medo não é simplesmente uma função do risco percebido, pois também depende da gravidade percebida dos crimes, que por sua vez depende do valor que os indivíduos atribuem às pessoas e à propriedade. Assim, trata-se da relação entre o indivíduo e o espaço físico, social e temporal (Warr, 2000).

Gabriel e Greve (2003) explicam o medo do crime de duas formas, como um estado transitório ou como um traço disposicional duradouro que ocorre em virtude de sinais do ambiente. O que significa dizer o estado transitório ocorre devido a percepções do ambiente de forma pontual e específica, enquanto que no medo disposicional são maiores as chances de manutenção do estado de medo, pois decorrentes de uma maior amplitude de elementos. O que significa que o medo do crime situacional é algo transitório e individual, enquanto o medo disposicional ocorre em virtude de sinais do ambiente que despertem medo, entretanto, quanto maior este medo disposicional, maiores as chances de o sujeito se manter em estado de medo. O que vai de encontro a “teoria da esponja”, que descreve que o medo do crime é uma construção psicológica afetada por inúmeros aspectos, sendo uma emoção moldada por variados elementos (Farrall, Jackson, & Gray, 2009). De acordo com tal teoria, a combinação de características pessoais, medo de se tornar vítima e o nível social podem desencadear sentimentos abstratos de desconforto e incerteza (consigo e o ambiente) que são subsequentemente absorvidos e sublimados num conceito mais concreto de medo do crime (Jackson J. , 2004).

Assim, o medo do crime, na literatura designado como *fear of crime* (em sentido estrito) trata-se de uma emoção que se manifesta a partir de um conjunto de variáveis, seja em razão de uma situação ou por um conjunto de associações que fazem com que a componente emocional se manifeste. “Em outras palavras, o medo do crime é uma emoção, o medo do crime é uma reação e, em particular, o medo do crime refere-se ao crime ou símbolos que podem estar associados a ele²” (Hardyns & Pauwels, 2010, p. 5).

O sentimento de insegurança (sentido amplo) compreende além da dimensão emocional, uma avaliação cognitiva do ambiente. Esta dimensão cognitiva não se confunde com o medo do crime enquanto emoção, contudo, é possível existir uma correlação entre essas duas componentes. Com o objetivo de distinguir medo do crime e percepção do risco de vitimação, Ferraro & LaGrange (1987) realizaram a taxonomia abaixo (fig. 1):

Figura 1: Taxonomia - Percepções: Afetiva e Cognitiva			
Distinção entre o medo do crime e a percepção do risco			
Nível de referência	Julgamentos	Valores	Emoções
Geral	A) Riscos dos outros: avaliações do crime ou da segurança	B) Preocupação como crime de outros	C) Medo pelas vitimações dos outros
Pessoal	D) Risco do próprio: segurança do <i>eu</i>	E) Preocupação como crime para o eu: intolerância pessoal	F) Medo pela vitimação pessoal
Fonte: (Ferraro & La Grange, The Measurement of Fear of Crime, 1987, p. 72)			

Para os autores, as colunas verticais referem o nível de referência das reações, que variam entre as pessoais ou auto-orientadas até as gerais ou orientadas para a comunidade. Por sua vez, as linhas horizontais remetem para o tipo de reações, sejam elas cognitivas ou afetivas. A parte cognitiva do *continuum* inclui julgamentos de risco e segurança, enquanto que a parte afetiva inclui reações de medo (*idem*), portanto percepções de crime identificadas nas células C e F referem-se a várias reações emocionais geradas pelo crime, ou seja, o medo do crime. Na célula B podemos perceber a preocupação que os indivíduos têm com o crime pelos outros, enquanto a célula E refere-se a uma preocupação consigo em relação ao crime. Os julgamentos são estimativas da taxa de vitimação para um grupo social (A) ou percepção de risco de vitimação para a pessoa que cria o julgamento (D).

O objetivo dessa representação, segundo os autores é diferenciar os julgamentos de valores e de emoções, tanto ao nível individual como comunitário. Assim, o conceito de medo

² A tradução é nossa. No original inglês (EUA): “*In other words, fear of crime is an emotion, fear of crime is a reaction, and in particular fear of crime refers to crime or symbols that can be associated with crime*”.

do crime está limitado à reação emocional que advém do crime, ou símbolos que uma pessoa associa a ele, um medo do crime sentido pelos outros (C) ou por si próprio (F). As reações podem partir de um medo pessoal ou pelo outro no contexto social, o que significa dizer que o medo do crime pode manifestar-se emocionalmente por um receio de sofrer uma vitimação direta (própria segurança pessoal) ou pelo receio de outro vir a ser vitimado (e.g. filhos, cônjuges, amigos) cuja segurança o indivíduo valorize (Ferraro & La Grange, 1987).

É essencial, portanto, distinguir o medo pessoal (medo de si mesmo) do medo altruísta (medo pelos outros), sendo possível que o medo altruísta seja tão predominante quanto o medo pessoal (talvez mais) e tenha consequências distintas ou amplificadas daquelas decorrentes do medo pessoal (Warr, 2000). Nesta senda, passamos à definição da dimensão cognitiva.

2.2 Percepção do risco de vitimação³ - Cognitivo

Considerando as definições acima elencadas, a percepção do risco de vitimação trata-se de uma avaliação cognitiva da realidade, diferindo assim do medo do crime, que se refere a uma emoção, seja ela temporária ou disposicional, por si ou por outrem.

Para Skogan (1999) são três as dimensões cognitivas contextualizadas: a) a preocupação das pessoas com o crime; b) a avaliação dos indivíduos sobre o risco pessoal de se tornar vítima; e c) a ameaça de crimes percebidos em sua localidade.

Ferraro (1995) refere que o reconhecimento de certas situações ou lugares como possuindo perigo potencial de vitimização criminal é o que chamamos percepção de risco. No mesmo sentido, Mesch (2000) coloca que dimensão cognitiva ou medo abstrato, diz respeito ao risco percebido geral (individual e social) sobre a possibilidade de vitimização do crime, pois compreende a segurança e o bem-estar da sociedade. E conclui que quanto maior a avaliação ou o julgamento cognitivo de que há risco de vitimização, mais alto será o medo do crime.

Ferraro e LaGrange (1987) ressaltam que o medo como reação emocional é tanto um efeito quanto uma causa em relação aos julgamentos de risco. O medo é influenciado por julgamentos de risco, mas também afeta esses julgamentos. O medo do crime não é a percepção de risco, é sua consequência (Warr, 2000). Jackson & Gray (2009) em seu artigo partem do pensamento criminológico atual sobre o cotidiano do crime e o risco na vida pública, pois consideram algumas condições em que a preocupação pode ser vista como algo bom

³ Neste trabalho utilizar-se-ão as expressões “percepção do risco de vitimação”, “percepção de risco” e “risco percebido” de forma indiferenciada.

(motivando uma atividade protetora contra danos futuros) ou como algo ruim (uma deterioração no bem-estar e na qualidade de vida).

Podemos dizer que o medo do crime também se difere do risco de vitimação no sentido em que a evidência empírica suporta o argumento de que estas duas variáveis são afetadas de forma diferente por características sociais e demográficas dos respondentes, nos seus resultados. Por exemplo, identificaram que a vitimação prévia tem efeito indireto sobre o medo do crime, porém aumenta a percepção de risco. Assim como quanto maior o risco percebido dos indivíduos que vivem em ambientes com altas taxas de crimes e ofensores, maior o medo do crime (Mesch, 2000). Os autores La Grange, Ferraro, & Supancic (1992) observaram que as incivildades físicas e sociais possuem significativa relação com a percepção de risco, assim como se relacionam com medo do crime, porém de forma não tão intensa.

Sobre a percepção de risco, Rountree & Land (1996) referem que algumas semelhanças foram encontradas entre a dimensão cognitiva e o medo do crime em termos de vários preditores, mas os resultados geralmente fornecem evidências empíricas adicionais de que os dois constructos são bastante distintos. No nível individual, o efeito do género é diferente entre os modelos, e as variáveis das atividades de rotina são melhores preditores do medo específico de roubo em comparação com a percepção de risco, por exemplo. A nível contextual, observaram que a integração social serve para diminuir as percepções sobre o perigo da vizinhança, embora essa variável esteja positivamente relacionada ao medo específico de roubo.

Ainda sobre a dimensão cognitiva, Jackson (2009) em seu estudo descobriu que as mulheres se preocupavam mais frequentemente do que os homens com os crimes pessoais (mas não com os crimes contra a propriedade) e que isso poderia ser explicado tanto ou parcialmente pela percepção diferencial de risco. As mulheres se sentiam menos no controlo do que os homens e julgavam que as consequências eram maiores, enquanto os homens consideraram a maior probabilidade de serem vítimas. Neste estudo também observou que os jovens se preocupavam com mais frequência do que os mais velhos com crimes pessoais (mas não com crimes contra a propriedade), o que não corrobora a hipótese da vulnerabilidade.

Dessa forma, possuímos informações de que algumas variáveis (e.g vitimação, percepções do ambiente, género) podem influenciar o risco percebido e o medo do crime, por isso explicaremos as variáveis utilizadas no decorrer da dissertação. Em suma, há relação entre as dimensões ainda que não sejam iguais, pois ambas compreendem o constructo amplo do sentimento de insegurança. Posto isto, abordaremos, de seguida, a dimensão comportamental.

2.3 Comportamentos por razões de segurança

A dimensão comportamental, pertencente ao sentimento de insegurança, trata-se da possível adoção de comportamentos que os indivíduos podem manifestar: evitamento, proteção e/ou a autodefesa, no intuito de evitar sofrer uma vitimação, seja em virtude de medo do crime ou do risco percebido.

Warr (2000) refere que o comportamento pode ser o melhor indicador de medo, mas os comportamentos através dos quais o medo se faz conhecido nem sempre são facilmente identificáveis ou detectáveis⁴. Um grande problema com indicadores comportamentais de medo em humanos é a dificuldade de determinar exatamente o que as pessoas fazem ou deixam de fazer em razão do medo, pois podem estar agindo de modo subconsciente.

No mesmo sentido, Ferraro (1995) enfatiza que alterações comportamentais podem ocorrer, as pessoas podem restringir suas atitudes ou adotar ações defensivas para lidar com percepções de alto risco, mas a natureza da relação entre adaptações de comportamento e medo são difíceis de prever. Para os autores Liska, Sanchirico & Reed (1988) não há apenas a dificuldade de determinar os comportamentos tomados ou evitados pelos indivíduos, pois certas pessoas são incapazes de restringir suas atividades a áreas de segurança, o que pode ocasionar isolamento e ainda mais receio. Os autores examinam o comportamento social a partir de dois padrões gerais: evitar locais e situações associadas ao crime e proteger-se quando em locais e situações associadas ao crime.

Deixar de fazer algo por medo, pode gerar mais medo, assim como pode aumentar a percepção de risco, sendo um preditor ao medo (Crowl & Battin, 2017). O medo do crime sob circunstâncias erradas, é uma emoção que pode restringir desnecessariamente o comportamento, restringir a liberdade e as oportunidades pessoais, bem como ameaçar a fundação das comunidades (Warr, 2000). Na mesma linha, nos estudos de Jackson & Gray (2009) os indivíduos foram caracterizados de três maneiras: despreocupados, aqueles que não retratam preocupação com o crime; preocupados funcionais, se mostram preocupados com o crime e por isso tomam medidas para melhorar sua qualidade de vida; e por fim, os preocupados disfuncionais, sentem-se preocupados com o crime e referem que a sua qualidade de vida foi reduzida seja por suas preocupações e/ou precauções adotadas. Dietz & Martin (2007) argumentam no mesmo sentido, considerando que temer pela segurança pode ser racional em

⁴ Por exemplo, o indivíduo que tem medo de voar de avião, vai evitar experienciar esse tipo de meio de deslocamento, mas não significa que vá inibi-lo por completo ou que não o faça apenas em razão do receio que sente.

algumas circunstâncias, ter medo demais pode restringir as atividades dos indivíduos e oportunidades de educação, trabalho produtivo, recreação e satisfação com a vida.

Acerca da percepção do ambiente e redução de comportamentos, Mesch (2000) refere que indivíduos que percebem as suas vizinhanças como perigosas são menos comprometidos com atividades noturnas, assim, quanto menos rotina noturna eles têm, mais baixo era o medo do crime. Os autores Yuan & McNeeley (2015) exemplificam como comportamentos defensivos, ter trancas extras nas portas, a instalação de alarmes anti furto nas residências e adquirir uma arma pessoal com o intuito de reduzir a probabilidade de se tornar vítima, além de reduzir suas atividades de risco e procurar o envolvimento com vizinhos para juntos promoverem a redução de crime na comunidade. Como complemento a esse entendimento, Asencio, Merrill & Steiner (2014) demonstram que além dos comportamentos de evitamento e proteção, há que se considerar a autodefesa por parte dos indivíduos. Visto que adotar comportamentos defensivos é considerada uma resposta positiva ao medo do crime, como por exemplo usar técnicas de defesa pessoal por razões de segurança.

Sendo assim, as pessoas afetadas pelo medo podem adotar certos comportamentos de evitamento de determinados ambientes, buscarem uma forma maior de proteção ou meios de auto defesa frente ao risco de serem vitimadas. O que vai de encontro ao descrito pelos autores Hardyns & Pauwels (2010), de que o componente comportamental vem após a dimensão afetivo emocional do medo do crime, pois se refere às reações comportamentais ao medo, como evitar uma anormalidade ou adotar um comportamento defensivo.

Frente ao exposto, nesta dissertação utilizamos três adoções de comportamento, a) comportamentos de evitamento são aqueles que tentam minimizar as possibilidades de exposição ao risco, b) comportamentos de proteção são mobilizações no intuito de estender os níveis de proteção e c) auto-defesa como ter armas como meios defensivos e/ou praticar defesa pessoal.

Finalmente, sabemos que o sentimento de insegurança é um conceito multidimensional amplo que se caracteriza a partir de três dimensões: a emocional (medo do crime), a cognitiva (a percepção de risco) e a comportamental (atitudes de evitamento, aumento da proteção e autodefesa). Em consonância com os conceitos, cabe abordarmos os modelos teórico-empíricos adotados na presente dissertação para estudo do tema.

3 Modelos teórico-empíricos explicativos do sentimento de insegurança

Em virtude das discussões conceituais sobre o sentimento de insegurança e com o avanço dos estudos sobre o tema, as formas de medir as dimensões acerca do tópico vêm evoluindo e, do mesmo modo, os modelos teóricos adotados para a explicação do objeto de estudo. Para tanto, têm sido utilizados na investigação os mais diversos modelos explicativos sobre o sentimento de insegurança, e cada um é dotado de variáveis, as quais procuram analisar o objeto sob o aspecto individual, social e ambiental.

Os primeiros trabalhos sobre medo do crime enfatizaram características sociodemográficas (Skogan & Maxfield, 1981; Hale, 1996), as quais são ainda predominantemente exploradas na investigação. Assim, variáveis como idade, género, situação económica, redes de amizade, tempo de residência e assim por diante foram sugeridas como um elemento essencial para explicar o medo do crime (Farrall, Bannister, Ditton, & Gilchrist, 2000). Na mesma senda, Ratnayake (2016) refere que o medo do crime é uma emoção moldada por um conjunto de fatores, tais como género, idade, etnia, efeitos dos *media*, experiências de vitimação, características da vizinhança e meio ambiente.

Boers (2003) distingue as atitudes em virtude do medo como pessoais e sociais. O indivíduo sob a perspectiva de problemas sociais, como por exemplo o aumento do crime, pode julgar a situação como reprovável a nível macro e a meso (vizinhança), e ainda assim não sentir-se medroso a nível pessoal, como vítima potencial. Face aos estudos da Escola de Chicago, surgiram explicações mais sociais, como as teorias da desorganização social que enfatizam o papel situacional do medo do crime. Assim, surgem os quadros teóricos das incividades e da integração social, que visam demonstrar a inibição ou redução dos motivos de medo (Ferraro, 1995).

Atentemos, assim, aos modelos teóricos utilizados nos estudos que se têm debruçado sobre a explicação do sentimento de insegurança e das suas dimensões.

3.1 Modelo sociodemográfico

O primeiro modelo que irá ser abordado é o sociodemográfico que compreende a hipótese da vulnerabilidade sob dois aspectos: físicos (género, idade) e sociais (situação económica, empregabilidade, escolaridade) (Liu, Messner, Zhang, & Zhuo, 2009).

3.1.1 Hipótese da vulnerabilidade

Inicialmente, cabe dizer que a hipótese da vulnerabilidade está atrelada à ideia de fragilidade de alguns membros da sociedade, sendo que tais grupos sentem menor capacidade para reagir a uma situação de vitimação, seja ela real ou abstrata, e, por essa razão, sentem maior insegurança. Qualquer modelo que procure explicar o medo do crime, abrangerá a hipótese da vulnerabilidade, já que essa decorre da incapacidade que os indivíduos sentem para se protegerem (Hale, 1996).

Leia-se vulnerável como o indivíduo ou o grupo de pessoas que se sentem em desvantagem, que entendem que não podem lidar contra possíveis assaltantes por alguma razão. Como por exemplo, as mulheres que sentem-se mais medrosas do que os homens, os idosos que sentem-se mais medrosos em relação aos mais jovens, os deficientes físicos em relação aqueles sem restrição de mobilidade ou comunicação e os indivíduos com menores condições financeiras face os mais dotados de bens materiais (Denkers & Winkel, 1998; Gilchrist, Bannister, Ditton, & Farrall, 1998; Skogan & Maxfield, 1981; Killias, 1990).

Para Skogan & Maxfield (1981) os atributos demográficos refletem duas dimensões de vulnerabilidade frente às percepções de risco, a vulnerabilidade física e a social. Já Kilias (1990) defende que há três componentes da vulnerabilidade: os físicos, os sociais e os situacionais. Em complemento, as interpretações ambientais subjetivas podem configurar a hipótese da vulnerabilidade, as avaliações de risco e a preocupação com o crime (Jackson J. , 2004).

Dentro do contexto das vulnerabilidades, género e idade são tradicionais atributos sociodemográficos classificados como vulnerabilidades físicas. Alguns autores sugerem que as variáveis sociodemográficas tradicionais devem ser vistas como atributos objetivos de uma pessoa, não necessariamente como variáveis isoladas que mediam o medo do crime. Que não devemos assumir resultados com a justificativa de que a prevalência se dá em homens ou mulheres, mas considerá-los em conjunto com demais fatores psicológicos sociais subjetivos (variáveis que medem percepções e avaliações individuais) e cumulá-las aos dados sociodemográficos, no intuito de auxiliar na explicação do porque certos subgrupos sociais em geral relatam diferentes níveis de medo do crime do que outros (Cops, Pleysier, & Put, 2012). Na mesma linha estão os estudos de Farrall, Bannister, Ditton, & Gilchrist (2000) que descrevem que modelos sociodemográficos amplos devem ser cumulados a uma modelagem psicosocial do medo do crime.

Embora existam muitos preditores de medo do crime (por exemplo, idade, raça, experiência de vitimização), talvez o indicador mais bem documentado do medo do crime seja o gênero (May, Rader, & Goodrum, 2009).

Gênero

O gênero trata-se de um dos preditores do sentimento de insegurança, independente de onde os estudos sejam aplicados (Hale, 1996). As investigações demonstram que as mulheres sentem mais medo de serem vitimadas do que os homens (Guedes I. , 2012; Akers, La Greca, Sellers, & Cochran, 1987; Hummelsheim, Hirtenlehner, Jackson, & Oberwittler, 2011; Pleysier & Cops, 2016). No mesmo contexto, cabe dizer que os resultados dos estudos consideram as mulheres como o gênero que apresenta alto nível de medo do crime, em grande parte por causa do medo da violência sexual, entretanto, o baixo medo dos homens e a os contextos sociais que contextualizam os resultados de medo do crime estão sendo questionados (Pain, 2001). Os autores sugerem que o medo do crime pode ser parcialmente conceitualizado como uma emoção ou uma atitude feminina (Cops, Pleysier, & Put, 2010). O facto de as mulheres se considerarem mais vulneráveis, não significa que os homens não possuam medo, mas muitas vezes por razões culturais os homens não querem ser vistos como frágeis (May, Rader, & Goodrum, 2009).

Apesar de as mulheres possuírem maior medo, elas têm menor risco de serem vitimadas em relação aos homens (Hale, 1996). Exceto para os crimes de agressão sexual, violência doméstica, perseguição e assédio sexual (May, Rader, & Goodrum, 2009). Dessa forma, há um paradoxo entre o medo e a vitimação de gênero, visto que, apesar de as mulheres sentirem mais medo, são os homens na verdade as maiores vítimas de acordo com os dados objetivos/quantitativos da criminalidade (Garofalo, 1979; May, Rader, & Goodrum, 2009; Hale, 1996).

Skogan & Maxfield (1981) referem que as mulheres têm uma vulnerabilidade percebida superior à vulnerabilidade real. Essa percepção de risco pelas mulheres ocorre em razão de elas se sentirem mais vulneráveis, a ponto de não conseguirem se defender, seja física, psicológica ou economicamente. Para os homens, o risco percebido de roubo seria o mais comum, enquanto que para muitas mulheres, além do risco percebido de roubo, também se observou o risco de estupro e mais lesões adicionais. (Ferraro, 1995; Warr, 1985) O medo do crime sentido pelas mulheres é em grande parte referente aos crimes de cunho sexual, onde a ameaça de estupro muitas vezes transita para outros crimes.

Guedes (2012) verificou que as mulheres reportaram adotar mais comportamentos por razões de segurança, em relação aos homens. Frente ao maior medo de vitimação, as mulheres acabam por buscar mais meios preventivos para evitar a possível criminalidade (Pain, 2001; Stanko, 1995; Rountree, 1998) Pain (2001) acrescenta que os comportamentos de evitamento pelas mulheres ocorrem essencialmente à noite.

A questão de género, portanto, apresenta um paradoxo, pois na maioria dos casos as mulheres são menos vitimadas do que os homens e, ao mesmo tempo reportam níveis mais elevados de medo. Ora, este paradoxo pode também observar-se relativamente à idade, variável que iremos analisar de seguida.

Idade

Ainda no que se refere a hipótese da vulnerabilidade, a idade é um fator a ser sempre considerado, sendo que, novamente, em alguns resultados se verifica um paradoxo na relação entre o sentimento de insegurança e as taxas objetivas de crime relativas aos mais novos e idosos. Garofalo (1979), por exemplo, identificou que a idade tem relação negativa com as taxas de vitimação e relação positiva com o medo do crime, ou seja, quanto maior a idade, menores as taxas de vitimação e maior o medo do crime. Ferraro & La Grange (1987), argumentam que os idosos se sentem mais inseguros, enquanto que os jovens são as maiores vítimas, talvez pelo facto de estarem mais expostos a lugares públicos. Já Skogan (1999) refere que esse medo pode não estar relacionado com uma distorção da avaliação do risco, mas sim com uma antecipação das consequências de ser vítima de crime.

Guedes (2012), bem descreve o trabalho de Ferraro (1995), que pretendeu identificar as pessoas que tinham mais medo do crime e, além disso, fornecer explicações para o seu medo. Utilizando técnicas estatísticas, o autor testou variáveis demográficas e variáveis como as incivildades, constrangimentos comportamentais, vitimação direta e indireta, assim como o risco percebido na predição do medo do crime. Deste modo, o autor encontrou um resultado relevante relativamente à relação entre idade e medo do crime: o impacto da idade no medo era mediado pelo risco percebido, isto é, quando os idosos se viam a si mesmos como tendo baixo risco de vitimação, tinham menos medo de ataques pessoais.

Tais estudos, vão de encontro ao que se verificou anteriormente, a respeito do género, pois apesar de os mais novos terem maior probabilidade de vitimação em relação aos idosos,

são os mais velhos que sentem maior medo do crime. Portanto, tal paradoxo tem sido explicado pela hipótese da vulnerabilidade.

Por outro lado, Rountree & Land (1996) constataram que os indivíduos mais velhos reportaram menos probabilidades de se sentirem inseguros em comparação aos mais novos, pois a idade está negativamente relacionada ao medo do crime. Jackson (2009) descobriu que os mais jovens se preocupavam com mais frequência do que os mais velhos com os crimes pessoais, mas não detectou efeito da idade nos crimes contra a propriedade. Com isso, o autor refere que nenhum estudo baseia-se em um conjunto completo de julgamentos de percepção de risco para explicar os efeitos de género e idade, como por exemplo avaliar o medo transitório (momentâneo) e aquele disposicional (persistente). Pain (2001) refere que com exceção de grupos muito excluídos, as pessoas mais velhas sofrem as consequências do medo menos do que se pensava e os mais jovens são cada vez mais reconhecidos como estando em maior risco de vitimização e medo.

Um motivo para concentrar a atenção no risco percebido, e não apenas no medo do crime em si mesmo, é que o mesmo nível de percepção de risco geralmente produz diferentes graus de medo entre pessoas diferentes, especialmente entre homens e mulheres, jovens e idosos (Warr, 1985). Por fim, os resultados acerca da relação entre o medo do crime e a idade são mistos, não se podendo afirmar, de forma consistente, que os indivíduos mais idosos são os mais medrosos, afinal o medo do crime é medido de forma latente, o que significa dizer que não há apenas um componente a ser explorado para detetarmos o medo do crime, mas um constructo mais amplo de medidas e variáveis que podem estar atreladas a tal emoção. Por isso, devemos também explorar algumas variáveis sociais.

Situação económica e escolaridade

De entre a hipótese da vulnerabilidade que temos vindo a examinar até então, constata-se que a literatura refere não apenas características individuais, como as anteriormente apresentadas, mas variáveis de origem social, como a situação económica e a escolaridade, as quais podem influenciar positiva ou negativamente o sentimento de insegurança. Há autores que descrevem que os idosos, as mulheres e aqueles com menos recursos financeiros sentem-se menos seguros (Farrall, Bannister, Ditton, & Gilchrist, 2000; McGarrell, Giacomazzi, & Thurman, 1997).

Para Cops, Pleysier, & Put (2010) o medo do crime funciona como uma esponja que absorve desde os sentimentos mais abstratos até os de mais difícil compreensão capazes de provocar desconforto social. Estudos atuais visam descobrir por que as pessoas temem o crime, levando em consideração a realidade social vivida específica das pessoas, essencialmente os jovens adultos.

Partindo do conceito de vulnerabilidade, tem-se encontrado explicação das razões pelas quais certos grupos têm níveis mais altos de medo do crime, pois são as vulnerabilidades sociais que produzem medo. Quando os indivíduos percebem que frequentam áreas com elevado crime e/ou se expõem a contextos e ações relacionadas com sua atividade diária potencializando o risco de vitimação (Schafer, Huebner, & Bynum, 2006). Percepções públicas da segurança das ruas podem ser explicadas, não por diferentes níveis de criminalidade, mas por diferentes condições socioeconômicas, sócio-políticas e instituições que afetam percepções subjetivas de ordem social, confiança, segurança e, finalmente, o bem-estar do ser humano (Hummelsheim, Hirtenlehner, Jackson, & Oberwittler, 2011).

Vauclair & Bratanova (2016), por sua vez, observaram que o medo do crime está significativamente associado à situação econômica familiar, pois a maior desigualdade no rendimento familiar está associada a mais medo do crime na população. Esta associação permanece significativa mesmo se o efeito das taxas de criminalidade ou as características socioeconômicas, estruturais e sociais de um país, bem como indicadores relevantes em nível individual (por exemplo, vitimização passada), sejam levados em consideração.

Boldis, San Sebastián, & Gustafsson (2018) no intuito de explorar a relação entre a situação econômica e medo do crime, concluíram que o medo do crime é mais comum entre aqueles que são socialmente desfavorecidos. Ainda, Hale (1996) refere que indivíduos com maior vulnerabilidade econômica podem estar mais expostos ao crime violento, assim como ter maior dificuldade em se protegerem, o que se manifesta numa incapacidade de desenvolvimento de estratégias securitárias em torno da sua residência ou buscando evitar contextos perigosos. No mesmo sentido, os autores Vieno, Roccato & Russo (2013) que em seu estudo visaram testar a hipótese de que o medo do crime é principalmente a insegurança social e econômica disfarçadas, observaram que as pessoas apresentam altos níveis de medo do crime, principalmente como consequência da desigualdade de rendimentos financeiros, benefícios sociais e gastos com educação, a variável dependente não mostrou associação com as taxas de crime e de imigração, o que significa dizer que a igualdade de rendimento familiar em uma sociedade está associada a baixos níveis de medo do crime. Liska, Sanchirico e Reed (1988)

parecem confirmar que o sentimento de insegurança está relacionado com a posição do indivíduo na estrutura social.

Assim, os autores Cops, Pleysier, & Put (2012) focaram em um grupo específico de jovens, que tentam negociar a entrada num mundo economicamente inseguro, constatando que o grau de privação seria um preditor de diferenças no medo do crime. Os autores observaram que as variáveis psicológicas sociais mediam totalmente o efeito da frequência aos estudos superiores. Isso sugere que não o facto de frequentar estudos superiores causa diferenças no medo do crime, mas sim o facto de que os jovens que frequentam estudos superiores em geral estão menos preocupados com o futuro, têm um senso positivo de autoeficácia e menos negativo em relação às minorias étnicas.

Os estudos acima estão em consonância com o estudo de Lee (1983) que observou que as medidas de status socioeconómico e saúde estão negativamente relacionadas ao medo, assim como a educação também teve um pequeno efeito negativo sobre o medo, que era amplamente independente de fatores associados, como o rendimento financeiro. Talvez pelo facto que aqueles mais saudáveis, com mais estudo e com mais dinheiro sentirem que detêm maior controlo de suas vidas ou, alternativamente, sentirem-se menos vulneráveis a eventos incontroláveis, como a vitimização criminosa.

No que toca à escolaridade, os estudos têm demonstrado que existe uma relação negativa entre o medo do crime e a escolaridade, em outras palavras, aqueles menos instruídos, são os que se sentem mais ameaçados com o crime, devido a relação inversa entre as variáveis (Smith & Hill, 1991; Guedes I. , 2012). Ainda, complementam Smith & Hill (1991), que os efeitos totais de educação no medo do crime são quase inteiramente diretos, o que significa dizer que em um ambiente com determinada percepção de risco, certos grupos expressam maior nível de medo.

Considerando a metáfora da esponja, a hipótese seria que o medo do crime absorve preocupações mais gerais e sentimentos de incerteza, uma das variáveis que vamos estudar é a situação económica, a partir da percepção dos indivíduos sobre a sua preocupação e a satisfação financeira. No mesmo sentido, a escolaridade é outra variável relevante a ser medida, bem como demais características sociodemográficas, afinal todas as variáveis até aqui demonstradas detêm interesse especial para este estudo que se refere ao medo do crime dos estudantes deslocados, pois ajudarão a detetar a dimensão emocional. O medo do crime pode trazer consequências, de entre elas, o impacto no bem-estar pessoal e na qualidade de vida, pois tal emoção pode ter

efeitos emocionais adversos sobre as pessoas, como por exemplo, induzir um sentimento de isolamento e vulnerabilidade.

Bem-estar

O medo do crime pode influenciar a tomada de decisão das pessoas, provocando isolamento e sensação de vulnerabilidade, gerando a perda de bem-estar (Hale, 1996). Tanto experiências de crime objetivas como as subjetivas têm importante implicação no bem-estar (Wilcox, Jordan, & Pritchard, 2007). Uma das prioridades nas necessidades humanas é a questão da segurança, pois está vinculada ao sentimento de bem-estar e para obtê-lo, o setor da segurança privada ampliou sua atuação, assim como o a política aborda o tópico como algo que se compra e se vende (Vozmediano, San Juan, & Vergara, 2008).

Autores como Hummelsheim, Hirtenlehner, Jackson, & Oberwittler (2011) contribuíram para uma perspectiva emergente da sociologia e da criminologia, que vê o medo do crime como uma resposta não apenas para o problema do crime percebido, mas também para a forma, textura e saúde percebida da sociedade, das estruturas políticas e medidas de bem-estar que sustentam os recursos individuais, pois podem promover o empoderamento das pessoas e fortalecer sua capacidade de lidar com eventos negativos da vida, protegendo-as contra muitas ansiedades sociais.

No artigo *Life satisfaction and happiness: discussing the impact of fear of crime and victimization*, Krulichová (2018) observou que as condições de bem-estar do ser humano estão atreladas ao medo do crime de forma estatisticamente significativa, pois quem tem mais medo é menos feliz e satisfeito. Os efeitos indiretos do medo do crime são os impactos causados na qualidade de vida das pessoas, como por exemplo no que se refere à questão da desorganização social. Assim, é possível que o indivíduo rotule uma área pública como infrequente, face ao medo da comunidade (Hale, 1996).

Os indivíduos tendem a desenvolver uma imagem da relação entre eles mesmos e seu mundo social, baseados em três suposições inquestionáveis: a) benevolência do mundo impessoal e de outras pessoas; b) a existência de um mundo justo, significativo e controlável e c) valor próprio. O envolvimento em eventos negativos, como por exemplo a vitimização, pode comprometer essas suposições e, portanto, prejudicar o bem-estar, e com isso, prejudicando a qualidade de vida das pessoas, e possivelmente refletindo em mais medo do crime (Russo & Roccato, 2010). Esse medo não é representado de forma expressiva, por descompasso do

coração, momentos de tensão e pânico de que algo possa acontecer com seus bens ou propriedades, mas representa um medo experiencial sobre a sociedade (Farrall, 2007).

Um dos objetivos da presente dissertação visará testar as variáveis e identificar se há relação entre elas e o medo do crime, comparando os estudantes da cidade do Porto com os estudantes deslocados. Apresentadas algumas dessas variáveis, as quais serão empregadas na presente dissertação, passamos a tratar de outra hipótese muito explorada na criminologia, a da vitimação.

3.2 Hipótese da vitimação

Um dos modelos teóricos sobre o sentimento de insegurança trata-se da tese de vitimação, que pode corresponder a uma maior percepção de medo por parte de alguém que já foi vitimado (relação positiva), seja de forma direta ou indireta, bem como em relação ao que os indivíduos conhecem e associam ao crime. De entre os muitos estudos, os dois principais fatores nos quais se concentram as medidas de medo do crime estão presentes na noção de vulnerabilidade, seja ela física ou social, sobre a qual falamos acima, e o segundo, no que diz respeito ao nível de crime ou experiências de vitimação, seja ela direta ou indireta (Hale, 1996).

Na classificação das vítimas que faz a Vitimologia, ciência que estuda as vítimas, há um eixo primário que diferencia entre vítimas diretas ou indiretas. As vítimas diretas tratam-se daquelas que sofreram algum tipo de crime, a vítima em si. Enquanto as vítimas indiretas não sofreram nenhum episódio traumático direto, mas sofrem com as consequências secundárias por pertencer a um dos círculos sociais da vítima (e.g. parentes, amigos, colegas de trabalho) (Caridade, 2017). A vitimação indireta ou vicariante, ocorre por um intermediário, ou seja, quando alguém testemunha incidentes de violência ou está sujeito a um ambiente geral de perigo ou experiencia o medo criado por níveis elevados de conflito e violência numa comunidade (Sani, 2006).

Em suma, a vitimação direta trata-se de uma experiência pessoal vivenciada, enquanto a indireta pode ser adquirida por meio de intermediários (secundária), sejam parentes, amigos ou pelos *media*. Por um lado, uma vitimação prévia pode fazer com que os indivíduos tenham maior precaução por razões de segurança (Guedes I. , 2012). No mesmo sentido, na hipótese relativa à vitimação direta Skogan (1987) verificou uma forte ligação entre experiências de vitimação recentes e as atitudes e comportamentos, bem como se observou que tais experiências afetam o nível de medo do crime. Na amostra de pessoas vitimadas do estudo, é possível extrair

três conclusões, as pessoas vitimadas acreditam que há mais crimes ao se redor, elas se sentem mais preocupadas em serem novamente vitimadas e agem de maneira a proteger-se ainda mais, talvez em consequência de suas experiências anteriores.

Os criminologistas perceberam que para entender as consequências sociais do crime, os investigadores não podem se concentrar apenas naqueles indivíduos que são vítimas diretas do crime, como também devem considerar as vítimas indiretas, pois talvez o medo do crime seja o efeito mais prejudicial do crime (Warr, 2000). Sobre as consequências do crime, os autores identificaram que o efeito da vitimização direta recente sobre o medo do crime é forte. Isso foi consistente com a perspectiva suposta de que a vitimização, põe em risco as suposições das pessoas sobre eventos negativos e de viver em um mundo substancialmente benevolente e significativo. Entretanto, observaram em seu estudo longitudinal que os efeitos da vitimação são substancialmente curtos e que a vitimização direta múltipla ou repetida exerce um efeito mais fraco sobre o medo do crime do que uma única e recente vitimação, enquanto que a vitimização indireta múltipla ou repetida mostrou ser um preditor mais eficiente do medo concreto do crime do que a vitimização indireta recente (Russo & Roccato, 2010).

O medo muitas vezes é reforçado quando o indivíduo se identifica com a vítima (Hale, 1996). Autores referem que ao sentirmos compaixão pelas vítimas temos de estar cientes da nossa própria vulnerabilidade, ou seja, reconhecemos a vulnerabilidade do outro, na verdade é reconhecer a nossa própria. Nesse sentido, o indivíduo a partir das semelhanças com a vítima pode identificar a possibilidade de o facto ocorrer também consigo. (Nussbaum, 2014; Gracia, 2017) No que se refere à relação entre a vitimação indireta e o medo do crime, esse último é reforçado quando o indivíduo se identifica com a vítima, ou seja, trata-se da subjetividade da percepção obtida por meio das informações alheias adquiridas diariamente. Através dessa forte associação entre as variáveis, pode haver aumento ou reforço no sentido de vulnerabilidade pessoal (Taylor, 1980 cit. Hale, 1996).

Partindo do que explicita Snell, a vitimização indireta, trata-se de um resultado subjetivo das experiências (saber, observar, ouvir), não necessariamente das próprias experiências do indivíduo com a atividade criminosa (Snell, 2001 cit. in Xiong L., Nyland, Fisher, & Smyrniotis, 2017). Na mesma linha, Skogan & Maxfield (1981) referem que um dos motivos pelos quais a vitimação indireta tem uma relação positiva com o medo do crime é a maior frequência com que ela ocorre e a sua disseminação. Hale (1996) considera que se os indivíduos realizarem comparações entre si mesmos e as vítimas podem aumentar ou reforçar o sentido de vulnerabilidade, pois trata-se da subjetividade da percepção obtida por meio das

informações alheias obtidas diariamente, defende que o efeito cumulativo da vitimização indireta é algo mais difícil do que lidar com a vitimização direta, porque não há uma única forma de combate.

Entretanto, a evidência de que existe uma relação direta entre vitimação e medo do crime é mista (Hale, 1996). Alguns autores têm encontrado resultados que vão no sentido de uma relação positiva entre medo do crime e vitimação (Liska, Sanchirico, & Reed, 1988), outros referem que a relação é fraca (Skogan & Maxfield, 1981), pois crimes que produzem maior medo nas vítimas estão entre os menos frequentes, assim como as pessoas vitimadas se sentem mais amedrontadas, que as não vitimadas, mesmo que o crime tenha ocorrido com um lapso temporal não tão recente. Talvez, em virtude de muitos dos estudos que relacionam a vitimação direta e o medo do crime utilizarem medidas globais do medo, não analisando crimes em concreto, os valores podem ser diferenciados. Smith & Hill (1991) verificaram que o medo do crime estava ligado à vitimação de crimes contra a propriedade. Por sua vez, as vítimas de crime violento apenas expressaram níveis elevados de medo quando tinham experienciado vitimação contra a propriedade.

De acordo com Skogan & Maxfield (1981) o medo do crime é mais influenciado pela vitimação indireta e menos pela vitimação direta, já que a primeira está mais disseminada do que a direta e, além disso, porque permite que a imaginação dos indivíduos tenha um alcance total sem a mesma urgência de encontrar alguma estratégia de lidar com as situações (Hale, 1996). Autores como Weitzer & Kubrin (2004) sugerem que o medo do crime é um produto da exposição aos *media*.

Finalmente, a vitimação pode ser um preditor do medo do crime, seja por suas experiências anteriores (vitimação direta) que podem aflorar as percepções futuras, ou em relação ao que se ouve dos demais, bem como também pela influência midiática (vitimação indireta).

Ao focar-nos na vitimação e a sua relação com o medo, torna-se pertinente abordar uma teoria de grande tradição no âmbito da Criminologia e, em específico, na Vitimologia - Teoria das Atividades de Rotina.

Teoria das Atividades de Rotina

De entre as teorias utilizadas para estudar o medo do crime, no presente trabalho utilizamo-nos da Teoria das Atividades de Rotina. A teoria das atividades de rotina iniciou-se

a partir da análise de crimes predatórios, referindo que a vitimização ocorre quando há convergência no tempo espaço de três elementos, nomeadamente: um alvo disponível (objeto ou pessoa a ser atacado), um alvo desprotegido ou insuficiente guardado e um ofensor motivado (alguém disposto a cometer o ato). Quando se fala em guardião, isso não significa que tenha de ser um órgão de polícia criminal – ou um segurança formal, mas de alguém que possa impedir o crime de acontecer, como por exemplo - um controlo social informal dos vizinhos, dos indivíduos que estão em casa e dos porteiros (Felson & Clarke, 1998).

A teoria das atividades de rotina e a teoria do estilo de vida em muito se parecem, pois ambas se concentram na rotina dos indivíduos. Enquanto a teoria da atividades de rotina tem como foco as atividades diárias dos indivíduos, leia-se que toda atividade quotidiana lícita que pode ter interação com a atividade ilícita, a partir da conversão dos elementos. A teoria do estilo de vida tem como escopo a associação dos pares, ademais, outra diferença pertinente de ser retratada se deve ao facto de a teoria das atividades de rotina ter sido originariamente desenvolvida para identificar as mudanças nas taxas de criminalidade, enquanto que a teoria do estilo de vida visava explicar as taxas de vitimação face a interação entre os grupos sociais (Meier & Miethe, 1993).

Os crimes pessoais e de residência aumentaram quando as pessoas começaram a passar o dia fora das suas casas e trabalhar em tempo integral, ou seja, com o aumento da dispersão e maior convívio com estranhos (Felson & Clarke, 1998). Segundo Meier & Miethe (1993), com o crescimento das atividades não familiares e a diminuição dos agregados familiares diminuiu o nível de tutela pessoal sobre os outros. A mera presença de um cônjuge, filho ou outro parente em uma casa oferece maior proteção para indivíduos e suas propriedades do que para pessoas que moram sozinhas, sendo que viver com outros parentes também eleva a probabilidade de que atividades públicas sejam realizadas em grupos. Ademais, com a redução e alteração das constituições familiares tradicionais, muitas das atividades de rotina alteraram-se de um domínio privado para um domínio público, propiciando assim maior exposição dos indivíduos as situações de risco e vulnerabilidade. Assim, as mudanças nas atividades domésticas e nos arranjos de moradia podem majorar a oferta de alvos atraentes para o crime, reduzir o nível de tutela e, conseqüentemente, convergir em maiores oportunidades criminais. O tempo gasto em casa, diminui a exposição ao risco, ao passo que o tempo despendido em locais públicos traz consigo uma possibilidade amplificada de risco, e vice versa. Felson e Clarke (1998) referem que o alvo do crime, pode ser tanto uma pessoa, como um objeto, sendo necessários quatro

elementos para influenciar os ataques criminais sob a ótica do ofensor: a inércia, a visibilidade, o acesso e o valor.

A teoria da vitimação criminal das atividades de rotina pode ser relacionada com a situação dos estudantes deslocados quanto a exposição ao crime, pois muitas vezes eles se deslocam sozinhos para novos sítios e culturas. Deste modo, podem se tornar potenciais vítimas, visto não estarem a viver com suas famílias, com menos pessoas conhecidas para guardar seus bens, assim como, estarem mais expostos, pois comumente utilizam-se de locais públicos com maior frequência. Nessa linha, convém destacar o que os autores Meier & Miethe (1993, p. 481) referem “Pessoas que estão empregadas ou na escola têm maior exposição ao crime porque passam mais tempo fora de casa e estão com mais frequência em locais públicos⁵”.

A Teoria das Atividades de Rotina faz sentido quando aplicada as dimensões do sentimento de insegurança incluindo não apenas o medo como uma construção emocional, mas também o risco percebido (Ferraro, 1995; Rengifo & Bolton, 2012). O medo do crime tem sido associado a padrões de prevenção e medidas de precaução, como por exemplo, exposição limitada a áreas públicas à noite e viagens em grupo, assim como a adoção de comportamentos de proteção (Warr, 1990; Skogan & Maxfield, 1981). A teoria aborda fatores e elementos de análise de forma ordenada e estruturada, as quais podem convergir as nossas explicações na presente dissertação, por suposição de que os estudantes deslocados (alvos) exerçam determinadas atividades lícitas que podem se convergir com ofensores motivados.

Para finalizar o enquadramento teórico, cabe abordarmos sobre as percepções de desordens a qual retrata a componente ambiental que pode influenciar no sentimento de insegurança dos indivíduos que têm contato com o ambiente desorganizado. Para Liu, Messner, Zhang, & Zhuo (2009) trata-se de outro modelo teórica influente nas determinantes do medo do crime, a qual direciona a atenção para o ambiente comunitário.

3.3 Desordens e Eficácia Coletiva – Contexto ambiental

A evidência de que o medo do crime é desproporcional ao risco ensejou os modelos das desordens, que tratam-se de sugestões dentro do ambiente que podem gerar ansiedade independentemente do risco real, como por exemplo, estar sozinho ou na presença de pessoas consideradas ameaçadoras e a escuridão. A escuridão induz a um sentimento de insegurança,

⁵ A tradução é nossa. No original inglês (EUA): “*Persons who are employed or are in school have greater exposure to crime because they spend more time away from home and they are more often in public places.*”

porque reduz a visibilidade e o reconhecimento de pessoas e lugares à distância, assim como cria sombras que podem ser potenciais locais de aprisionamento. Assim, a medida que há uma boa qualidade da iluminação de rua, pode haver uma contribuição na estratégia de redução do medo do crime (Painter, 1996).

O estudo da relação entre o espaço e a prática de crimes integra-se num racional mais largo da Criminologia, a Criminologia Ambiental. No início do século XX, surge a Escola de Chicago no intuito de examinar o impacto das condições sociais, das comunidades e os comportamentos delinquentes. Sucintamente, a criminologia ambiental visa prevenir o crime tendo em conta as características de tempo e espaço em que determinado crime ocorre (Marques, 2017). Com efeito, alguns países e cidades, assim como alguns bairros dentro do mesmo contexto urbano têm mais crimes do que outros (Skogan, 1999).

Inicialmente, os estudos da Escola de Chicago procuravam explicar a forma como a ruptura do controlo social poderia desencadear o crime, e posteriormente o medo do crime. Visto que Chicago era uma pequena cidade, e em pouco tempo se tornou metrópole, em virtude da chegada de muitos imigrantes, e assim a cidade acabou por dividir-se em zonas e restringir o controlo das comunidades (Guedes, Cardoso, & da Agra, 2012). A ineficácia coletiva pode ajudar a explicar o constructo das desordens, pois existem dicotomias sob a perceção das desordens do ambiente, como perspectivas de quem pertence e quem não pertence a determinado lugar, subjetividades de si e do outro, bem como a organização da compreensão sobre lugares públicos, o que provoca ansiedades e medo do crime, sugerindo uma hipótese de incivilidades (Fanghanel, 2016).

O modelo das incivilidades pode ser conceituado a partir da definição de Taylor (1999, p. 65): “Indicadores de incivilidades são condições físicas e sociais em bairros vistos como problemáticos e potencialmente ameaçadores por seus moradores e usuários dos espaços públicos”, pois incivilidades demonstram baixos níveis de normas e valores das comunidades, incluindo desordens físicas (lixo, grafite, casas condenadas, carros abandonados) e desordens sociais (bêbados, vadios, mendigos, jovens baderneiros) que o ambiente compartilha (La Grange, Ferraro, & Supancic, 1992; Skogan, 1999). Em suma, a hipótese das incivilidades trata-se da ideia de que o comportamento social disruptivo, pode influenciar o sentimento de insegurança (Ferraro, 1995), sendo que, as incivilidades também violam a sensibilidade coletiva (La Grange, Ferraro, & Supancic, 1992).

Nesta senda, consideramos que os estudantes deslocados podem sofrer alterações nos níveis de medo de acordo com as perceções de desordens no ambiente e a partir das interações

pessoais. Tal premissa se assume, a partir da abordagem psicológica social de interpretação do medo do crime como uma "esponja", absorvendo abstratas e fundamentais preocupações sobre o lugar da sociedade (Cops, Pleysier, & Put, 2012).

A partir desse aspecto, é possível citar a teoria do *Broken Windows*, na qual os autores retratam processos temporais onde as incivildades sociais ou físicas levam a um aumento nos níveis de crimes num determinado ambiente. Trata-se do quão coesa é a relação social, de quanto o controlo social informal está presente, ao passo que os moradores se sentem receosos com o ambiente que vai se formando, ao mesmo tempo que os delinquentes encontram oportunidades de delinquir (Wilson & Kelling, 1982).

Os autores examinaram como a percepção pública de riscos foram incorporados em preocupações com a ordem social e moral da comunidade, nos sinais de interrupção com a perda de controlo, sobre a coesão e a estabilidade da organização social, concluindo que as proteções sociais a nível de país podem amenizar o desenvolvimento do medo generalizado do crime, aumentando a autoeficácia e, assim, mitigando vários temores sociais e económicos. (Hummelsheim, Hirtenlehner, Jackson, & Oberwittler, 2011). No mesmo sentido, cabe dizer que a desordem provocada pela falta de eficácia social informal, fragiliza a imagem da comunidade e provoca consequências para além do efeito no crime, pois alguns membros vão se afastando, enquanto que os espaços público vão sendo ocupados por indivíduos desordeiros (Wilson & Kelling, 1982). Em complemento, os aspectos da comunidade podem simbolizar o crime e condições favoráveis a ele, pois a desordem desencadeia baixos níveis de controlo e a deterioração da estrutura social, bem como pode simbolizar situações propícias ao crime, pois a incivilidade representa baixa qualidade nas relações sociais e a capacidade da comunidade e das autoridades de garantir a ordem frente a violação social (Jackson J. , 2004).

Remover sinais externos de decadência física e desordem social, assim como encontrar maneiras de regular o conflito em grupo podem ser formas de combater o medo crime e melhorar a sensação de bem-estar das comunidades, capacitando-as a ter controlo e manter a ordem e em sua própria vizinhança (Hale, 1996). Assim, a melhoria física de uma vizinhança pode ajudar a restaurar o controlo da comunidade e reduzir o risco de vitimização criminal, manipular ruas e bairros para reduzir o medo (Warr, 2000).

Farrall, & Gray (2007) referem que os sentimentos de segurança podem, portanto, ser obtidos com as disposições formais e informais de controlo social, o que significa dizer que se o controlo é exercido, uma sensação de segurança é gerada, e caso não seja exercido, então é mais provável que haja um sentimento de insegurança. Assim, de duas maneiras diferentes o

microambiente se relaciona com o medo do crime, primeiro a partir dos sinais de crime que podem indicar um risco real de crime. Em segundo lugar, como o medo do crime não é provocado pelas características do ambiente urbano (ou seja, as pistas) em si, ao invés disso, eles são simbólicos da capacidade da comunidade de exercer controlo social informal.

Para os autores Vieno, Roccato, & Russo (2013) viver em uma comunidade desordenada - indiretamente avaliada em termos de viver em uma grande cidade - é um poderoso preditor de medo do crime, mesmo se os autores tivessem controlado o indivíduo principal e as variáveis sociais. Portanto, ter uma situação económica e de trabalho negativa mostrou relações positivas com o medo do crime, indiretamente a vulnerabilidade real das pessoas influenciou positivamente nossa variável dependente. Assim como, o medo do crime foi negativamente associado ao grau de gastos dos países com educação e benefícios em espécie para crianças e família.

Ferraro & La Grange (1987) encontraram uma significativa relação entre as incivildades físicas e sociais e a percepção de risco, estando também positivamente relacionadas com o medo do crime. Ainda, La Grange, Ferraro, & Supancic (1992) referem que incivildades sociais são mais preditivas de crime do que as incivildades físicas.

Assim, na raiz do medo do crime pode estar um mal-estar público sobre a saúde de ordem local da vizinhança, bem como ansiedades mais amplas sobre o ritmo e a direção da mudança social exemplificada por preocupações sobre declínio social, fragmentação da comunidade e de autoridade moral (Farrall, Jackson, & Gray, 2009). O conhecimento do meio ambiente também influencia a estimativa de risco e os níveis concomitantes de medo, logo, quando o risco estimado aumenta, é provável que incremente o monitoramento do ambiente. As informações adicionadas orientam a atividade subsequente, seja ela um retorno à atividade anterior, monitoramento adicional ou preparação para luta ou fuga (Ferraro & La Grange, 1987).

A natureza psicológica do modelo também oferece uma explicação de como a preocupação pode trazer de volta as percepções de risco e meio ambiente - por exemplo, aqueles que se preocupam podem ter mais probabilidade de interpretar sua vizinhança como desordenada e ameaçadora, de ver indivíduos e grupos como imprevisíveis dignos de confiança, e fazer ligações de pistas ecológicas ao crime (Jackson J. , 2004). Para Kanan & Pruitt (2002) os resultados encontrados não foram surpreendentes, observaram que a medida de incivildades tem um efeito negativo significativo sobre as classificações de segurança, em outras palavras

lugares que são vistos como ameaçadores levam os residentes a questionar sua segurança pessoal.

No estudo *International students' fear of crime: an Australian case study*, 610 estudantes internacionais de Melbourne na Austrália responderam a inquéritos entre 2009 e 2010. Como resultado, observou-se que tais estudantes têm maiores níveis de medo do crime face às desordens sociais, pois quanto mais tempo passam no país hospedeiro, bem como quanto maiores as oportunidades de socialização, maior é a percepção da desordem social, a qual gera insegurança e aumenta o medo de serem vítimas. Ao examinar o medo do crime dos estudantes internacionais em correlação com a desordem social, observa-se que ela é um dos maiores contributos do medo do crime nos estudantes internacionais, se não o mais forte (Xiong, Nyland, Fisher, & Smyrnios, 2017).

Em um estudo, a análise demonstrou que as características estruturais dos bairros eram relevantes nos níveis de desordem, e que o fator mais importante para desencadear a desordem foi a pobreza. Assim, a desordem era mais elevada quando os níveis de pobreza eram elevados, assim como, onde existia maior concentração das minorias étnicas (Sampson & Raudenbush, 2004). Portanto, as respostas à pesquisa de crime expressam atitudes subjacentes à existência e prevalência do crime, a importância e o significado cultural do crime e da desordem localmente e a possibilidade pessoal de vitimização (Jackson J. , 2004).

McNeeley & Yuan (2016) ao estudar a relação do código das ruas com o medo do crime e a percepção de risco constataram que a casa própria e os laços sociais individuais foram negativamente associados à percepção de risco. No nível da vizinhança, a presença de incivildades físicas e sociais foi positivamente relacionada à percepção de que a comunidade de alguém não é segura.

O contexto ambiental é um complemento das questões individuais e sociais a serem analisadas, pois assim como a tese das desordens provoca o sentimento de uma comunidade desunida, a visão de maior coesão social e eficácia do controlo social informal dos indivíduos também são relevantes. A importância da integração comunitária para o medo do crime tem sido explicada a dois níveis: individual e de bairro/comunitário. Por um lado, os indivíduos que estão socialmente integrados nas suas comunidades têm relações interpessoais com os vizinhos e sentem-se pertencentes à comunidade. Por outro lado, as comunidades com fortes laços sociais podem criar um ambiente que reduz o medo do crime (Skogan & Maxfield, 1981).

Contudo, a eficácia coletiva vai além do controlo social informal, pois se desvencilha da centralidade dos laços sociais e da densidade de contatos e aborda interações sociais baseadas

em confiança e expectativas compartilhadas em torno da ação social e especialmente importantes na realização do controlo social, superando a ideia de que os vizinhos devem se conhecer e se relacionar frequentemente (Mattos, 2018) Sampson (1997) descreve, que taxas elevadas de mobilidade residencial, promovem a ruptura institucional e o enfraquecimento dos controles sociais sobre a vida coletiva, considera que a formação de laços sociais leva tempo e por isso, pode influenciar a eficácia coletiva.

A relação entre a eficácia coletiva e os laços sociais merece ainda mais destaque, pois desloca o enfoque analítico para as expectativas compartilhadas (que são produtos de interações sociais) e para a capacidade de ação coletiva, as quais caracterizam as vizinhanças. Em última medida, os laços sociais são importantes, mas não definem as vizinhanças como a eficácia coletiva faz

Em suma, para operacionalizar o conceito de medo do crime é necessário levar em consideração a diferenciação entre as dimensões do sentimento de insegurança apresentadas. Também é importante que o instrumento de investigação absorva os quadros teóricos e as variáveis do estudo, afim de que seja dotado de consistência interna e validade científica.

Dessa forma, elencado o Estudo da Arte, passamos a tratar das formas de operacionalização das variáveis. Importante destacar que foram escolhidas as formas de medir mais eficientes e modernas para obtenção de resultados a presente dissertação.

4 Operacionalização do sentimento de insegurança

O intuito desta secção é demonstrar a forma como a literatura científica tem operacionalizado as dimensões do sentimento de insegurança. Percebendo os resultados obtidos nos inquéritos e a forma de medir as variáveis, assim como as dificuldades enfrentadas pelos autores.

Desde a década de 1960, inquéritos de vitimização aplicados em larga escala tentam medir o nível e a extensão da insegurança (Barker & Crawford, 2011). Além de tentar obter uma imagem mais precisa do nível de vitimização do crime, essas pesquisas forneceram informações sobre as crenças e atitudes das pessoas em relação ao crime, policiamento e punição (Hale, 1996).

Muitos investigadores até à metade do século XX adotaram a noção de senso comum, de que o medo é diretamente proporcional ao risco objetivo de crime e assumiram que estratégias para controlar o crime são estratégias para controlar o medo, o que é questionável,

pois grande parte da confusão sobre o significado do sentimento de insegurança parece surgir de um fracasso em reconhecer distinções elementares entre cognição e emoção. Segundo Hale (1996), há uma confusão ao nível teórico no que se refere ao significado e medição deste constructo. Um dos problemas apontados, se deve ao facto de se utilizarem medidas que não distinguem a avaliação do risco e o medo do crime. Farrall (2007) refere que a confusão que ocorre na medição do medo do crime se dá em razão de algumas deturpações na conceituação do medo. O medo do crime pode ser medido por meio de inquéritos auto-relatados de indivíduos ou monitorando processos fisiológicos associados ao medo (Warr, 2000).

O medo do crime tem sido medido pela maioria dos investigadores através de uma medida “global” (o termo global é utilizado porque a pergunta não faz referência a nenhum crime específico), as perguntas são uma variante do seguinte: “- Quão seguro você se sente quando está sozinho no seu bairro depois do anoitecer?”; “- Quão seguro/Quanto medo você (se) sentiria em estar sozinho no seu bairro depois do anoitecer?”, ou então, “- Existe algum lugar por aqui onde você se sinta inseguro andando à noite?” (Skogan & Maxfield, 1981; Hale, 1996; Gray, Jackson, & Farrall, 2008; Rountree & Land, 1996; Garofalo, 1979; McGarrell, Giacomazzi, & Thurman, 1997). Outro questionamento que normalmente é feito para observar o medo do crime trata-se de questionar o receio do indivíduo de ser vitimado: "Qual o seu medo de se tornar vítima?" (Rountree & Land, 1996).

Curtis (2014) enfatiza que as discussões teóricas sobre o que é o medo do crime são por vezes maiores e mais difíceis de resolver do que talvez o próprio crime. Ressalta que há situações em que resultados das pesquisas são comprometidos em razão de uma equivocada recolha de dados e problemas com o design do estudo. Warr (2000) refere que a questão *standard* (medida global) limita os questionamentos à noite, que a questão não menciona crimes específicos. Dessa forma, acaba por medir apenas uma intensidade orientada, sem identificar sentimentos atuais de medo do crime, ou qualquer resquício de episódios passados de vitimação.

Garofalo (1979) também aponta aspectos negativos referentes à medida global: a questão por si só, não especifica explicitamente “medo do quê”; o quadro de referência é vagamente definido pelo termo "vizinhança"; a probabilidade de ficar sozinho nas ruas do bairro à noite é um evento tão improvável para a maioria de nós, que deixa de tocar na base das experiências da vida quotidiana. Em suma, é difícil justificar o uso continuado dessa questão como um indicador do medo do crime. No mesmo sentido, Ferraro & La Grange (1987) referem quatro pontos negativos: os três anteriormente descritos por Garofalo, e acrescentam, por fim, a

parte da pergunta que "você sente ou sentiria" que combina a realidade com avaliações hipotéticas de segurança que não são necessariamente equivalentes, demonstrando assim a dificuldade em definir e medir através destas perguntas.

Ferraro e LaGrange (1987) também identificam que há equívocos nos estudos que utilizam apenas a forma *standard* para medir o medo do crime, pois trata-se de um julgamento sobre a probabilidade de vitimização criminal do indivíduo de forma abstrata, e não uma medida que busque captar uma reação emocional a um crime específico.

Sob o mesmo racional Farrall, Jackson, & Gray (2009), referem que a forma como o sentimento de insegurança vem sendo operacionalizado não capta dados sobre o significado das consequências psicológicas do medo do crime, pois não questiona frequência e intensidade deste sentimento. Os entrevistados geralmente são questionados se eles são "muito", "razoavelmente", "não muito" ou "nem um pouco" preocupados (com medo) de se tornarem uma vítima de crime, porém não são convidados a responder “com que frequência” se preocupam, “quando” se preocupam, nem “quais efeitos” dessas preocupações têm no seu cotidiano. Assim, ao invés da obtenção de dados de eventos de medo restam apenas vagos resumos "globais" de intensidade de preocupação ou sentimentos de insegurança.

Adicionalmente, a questão usual não utiliza os termos “medo” ou “ter medo”, referindo-se apenas à escuridão (Hale, 1996). Jackson (2006) propõe que essas questões induzem o risco de vitimização nos indivíduos, que a partir de uma imagem de risco estruturada emocionalmente eles poderiam de facto identificar uma situação concreta de ameaça, ou seja, o indivíduo pode visualizar a situação como medrosa frente a narrativa, quando no cotidiano não se sente com medo do crime em tal circunstância. Com isso, pode ser que o medo do crime não seja sempre redutível a experiências concretas de ameaça, o que não significa dizer que as pessoas não vivenciem situações ameaçadoras e/ou não se preocupem com sua segurança pessoal, pelo contrário, é dizer que a partir das medidas “globais” do medo da criminalidade não avaliamos com precisão essas situações como casos concretos, apenas temos algumas atitudes emocionalmente tingidas de atitude em relação ao risco.

O medo do crime pode ser caracterizado de acordo com várias propriedades, incluindo intensidade (preocupação, alarme, apreensão, pavor), prevalência (a proporção de uma população que experimenta medo durante um período de referência duradouro) e duração, entre indivíduos e unidades sociais (por exemplo, comunidades, cidades, nações). Como os eventos criminais reais ou exposição a sinais imediatos de perigo costumam ser breves, episódios de medo (estritamente definidos) também são breves (Warr, 2000). Alguns autores sugerem que o

medo pode ser tanto um artefato metodológico quanto uma realidade empírica (Ferraro & La Grange, 1987; Farrall, Jackson, & Gray, 2009).

Para Jackson (2004) parece provável que a prevalência do medo do crime seja maior em razão do tipo específico de pergunta colocada, assim como a frequência real de respostas emocionais ao crime pode ser menor do que se supõe, pois as formas de medir estão explorando de maneira diversa o medo expressivo e experiencial - dois componentes sobrepostos desse constructo. O medo experiencial é moldado por respostas interpretativas ao meio ambiente, inferências sobre taxas de criminalidade e um sentido pessoal de vulnerabilidade, por isso as medidas de frequência talvez capturem isso de maneira mais eficaz. E as percepções do ambiente cotidiano que levam a ansiedades e preocupações discretas são expressivas: elas articulam como as pessoas compreendem seu mundo social, e se aparenta ser um ambiente normal ou não, ou seja, através das questões unitárias estaríamos medindo o risco percebido e não o medo do crime.

É importante explorar a componente emocional do medo do crime, explicitar situações para que tenhamos avaliações atuais referentes a tipos de crimes específicos, demonstrando situações em concreto (tipos de crimes), sem perguntas hipotéticas e abrangentes, visando restringi-las a um lapso temporal plausível, considerando que o sentimento de insegurança é multifacetado e deve ser medido através de estratégias qualitativas e quantitativas (Farrall, 2007).

Portanto, novas estratégias de medição têm sido aplicadas, com o intuito de evitar as críticas existentes face as medidas *standard* e aumentar a validade dos resultados. Elas correspondem a três perguntas organizadas em uma determinada sequência de desenvolvimento descrita a seguir. Primeiramente, uma pergunta “filtro”: “Nos últimos 12 meses, desde [data], você já se preocupou sobre... [ter seu carro roubado / ter sua casa invadida e ser roubada/ ser assaltada ou roubado]?” O intuito desta questão é medir com mais precisão se os entrevistados realmente se preocuparam com um crime em específico, num passado recente, antes de perguntar o quão preocupados eles podem estar com determinada situação. Somente se os entrevistados confirmarem que eles realmente se preocuparam com um tipo de crime específico, mediante a resposta da pergunta filtro, é feita uma pergunta sobre frequência, nomeadamente: “Quantas vezes você se sentiu assim no passado (últimos 12 meses)?”. Independentemente de turno ou momento específico, de seguida é feita uma pergunta de intensidade: “Na última ocasião em que você se sentiu preocupado com [ofensa], como você se sentiu preocupado?”, sendo que as perguntas variam entre “não muito preocupado” e “muito preocupado”, havendo

a opção de os participantes indicarem que não se lembram. Os investigadores têm defendido que a nova estratégia de medição fornece uma estimativa mais precisa da frequência e de intensidade do medo do crime (Barker & Crawford, 2011).

É metodologicamente e empiricamente significativo perceber a regularidade dessa preocupação, no intuito de identificar se há frequência, e com isso, verificar se há disfuncionalidade ou não. Perceber como essas emoções moldam o comportamento e o bem-estar do ser humano é algo que atualmente não sabemos, pois as pesquisas raramente investigam o impacto da preocupação no dia a dia das pessoas. Na comparação entre o velho *standard* e as novas medidas, respectivamente, as respostas diferem entre “estar preocupado” e “ter-se preocupado recentemente” (Gray, Jackson, & Farrall, 2008).

Os questionários subsidiam a visão de que em toda a Europa, o medo do crime é comum e um problema em si, separado do próprio crime (Hale, 1996). Muitos dados e formas de medir o sentimento de insegurança são extraídos de inquéritos nacionais e internacionais, como o *British Crime Survey*, o *European Social Survey*, o *International Crime Victims Survey* (Gray, Jackson, & Farrall, 2008), o *National Crime Survey* (NCS) (Ferraro & La Grange, 1987) e o *Gallup Organization and the National Opinion Research Center* (NORC) (Warr, 2000). Os questionários propiciam maior volume amostral (percentagem de indivíduos que se sentem inseguros) e estrutural (característica das populações que se sentem inseguras) ainda que estes instrumentos não tenham como objetivo apenas medir a insegurança, trata-se de um dos itens analisados.

Uma crítica feita por Ferraro & LaGrange (1987) sobre as formas de medir o sentimento de insegurança refere que muitos pesquisadores não clarificam as dimensões que o compreendem, nomeadamente, medo do crime (emocional), percepção de risco (cognitiva) e reação comportamental. Assim, defendem que quando não se observa na operacionalização a complexidade do tema na análise dos resultados, a medida deve ser considerada inválida. Para os autores, as medidas de medo do crime devem explorar o estado emocional do medo, em vez de julgamentos ou preocupações sobre o crime, portanto medir a quantidade de medo é a forma útil de mensurar essa emoção.

Para medir a percepção de risco, os indivíduos têm de classificar a possibilidade de serem vitimados: "Qual a probabilidade de acontecer com você no próximo ano?". A percepção de risco de vitimação não é perfeitamente correlacionada com o medo do crime, uma vez que o medo do crime também depende da seriedade percebida do crime ao nível individual e da sensibilidade ao risco em um outro indivíduo (Rountree & Land, 1996).

No que respeita aos comportamentos adotados pelos indivíduos, geralmente os respondentes têm de indicar as atitudes tomam ou não face à insegurança que sentem, através do enfoque atitudinal. Assim, o medo é avaliado pela frequência de adoção de comportamentos tais como evitar sair à noite, reforçar a segurança nas residências, colocar calçados de fácil mobilidade, observar ao lado de quem senta nos transportes públicos, entre outros (Riger, Gordon, & LeBailly, 1982).

Finalmente, para que possamos operacionalizar o sentimento de insegurança, é necessário identificar a diferença em suas componentes e adequar sua operacionalização, de modo a garantir a validade dos resultados. As formas de operacionalização das dimensões do sentimento de insegurança estão em constante evolução, não havendo mais espaço para uma medida unitária global, largamente utilizada ao longo dos anos nos inquéritos que pautam o tema medo do crime.

O enquadramento teórico nos propiciou identificar que o medo do crime trata-se de uma emoção que compreende uma das três dimensões do sentimento de insegurança. De seguida, observamos alguns quadros teóricos, modelos e hipóteses utilizados pelos investigadores para explicar o sentimento de insegurança. Finalmente apresentamos as métricas utilizadas para cada uma das dimensões, focando-nos em especial na evolução das medidas operacionalizadas para o medo do crime. Assim, como o nosso objetivo é comparar possíveis diferenças entre o medo do crime dos estudantes naturais da cidade do Porto e daqueles deslocados, cabe finalizarmos nosso primeiro capítulo caracterizando estudantes e jovens a partir de alguns conhecimentos já obtidos pelos investigadores.

5 Medo do crime e estudantes deslocados

Sabemos que o estudo do medo do crime tem largo desenvolvimento e relevância para a literatura científica no âmbito da criminologia ao longo dos anos, entretanto, poucos autores buscaram convergir o medo do crime e os estudantes internacionais. Os estudos sobre o medo do crime experienciado pelos estudantes são pouco explorados pela literatura, e estudar as variáveis que influenciam o medo do crime dos estudantes que se deslocam para um sítio universitário, como é o exemplo da cidade do Porto, detém originalidade. Desse modo, na presente dissertação optamos por comparar o medo do crime dos estudantes deslocados para o Porto com aqueles naturais da cidade.

É relevante identificar as variáveis que podem estar associadas ao sentimento de insegurança dos estudantes, bem como perceber se há eventuais desafios e percepções que o estudante deslocado possa ter em relação à cidade do Porto, e que estejam relacionados com o medo do crime. Tendo em vista que o Porto se trata de uma cidade universitária, destino de muitos estudantes nacionais e internacionais, torna-se cabal uma análise pormenorizada do sentimento de insegurança dos seus estudantes.

Shi (2018) no seu estudo realizado nos Estados Unidos intitulado “*A Neglected Population: Media Consumption, Perceived Risk, and Fear of Crime Among International Students*”, aborda a relevância de comparar amostras de estudantes locais com os estrangeiros, sejam eles internacionais ou nativos no seu país. Para a autora, o medo do crime pode ser um importante fator na mobilidade global dos estudantes, pode impactar a saúde mental, sendo que aqueles podem sofrer discriminação cultural e racial em relação ao seu país de origem.

Conceituado o sentimento de insegurança e explicadas as variáveis individuais e sociais que comumente são utilizadas na literatura, como as características sociodemográficas, as teses de vitimação direta e indireta e o modelo das desordens, é necessário observarmos alguns estudos considerando o estatuto estudante, para que ao final possamos comparar nossa amostra de estudantes deslocados e naturais do Porto com tais dados.

De acordo com dados da Unesco (Global Flow of Tertiary-Level Students , 2017), dos 22.194 estudantes estrangeiros vindos a Portugal, sendo 7.764 são originários do Brasil. Cerca de 14.039 estudantes portugueses residem no exterior e o principal destino é o Reino Unido, com 3.681 estudantes, seguido pela França 2.251 estudantes, no caso da presente dissertação, a grande maioria de estudantes brasileiros e portugueses que se deslocaram para a cidade do Porto, inclusive, consideramos a própria experiência de deslocamento desta mestrandia em criminologia, de nacionalidade brasileira e em deslocamento para estudar na Universidade do Porto.

Vamos começar a definir os estudantes deslocados como aqueles que migram dos seus locais de origem para outros sítios, seja de um distrito para outro, ou mesmo aqueles que trocam de país em busca de conhecimento.

Jovens e deslocamento

Poucas pesquisas têm explorado o medo do crime dos estudantes internacionais. Pode ser que haja relação entre o medo do crime e os estudantes, sobre tudo aqueles que saem da sua

casa e vivem fora (Shi, 2018). Da mesma forma, tal emoção pode estar associada a uma maior desconfiança e suspeita dos outros, uma insegurança geral e um senso de solidão (Prezza & Pacilli, 2007). Em relação aos jovens, as mudanças que decorrem em virtude do aumento da liberdade, das oportunidades e horizontes podem em contrapartida provocar uma queda na sensação de segurança e aumento das ansiedades pessoais devido as incertezas e riscos da vida moderna (Pleysier & Cops, 2016).

Cops, Pleysier & Put (2012) em seu estudo *Worrying about the future and fear of crime among young adults: a social psychological approach* observaram que os jovens que se preocupam com seu futuro pessoal, têm uma percepção menos positiva de sua capacidade de lidar com problemas e apresentam níveis mais elevados de medo do crime em comparação com jovens otimistas sobre seu futuro. Isso indica que a percepção e avaliação individual de processos mais gerais são essenciais para explicar as diferenças individuais no medo do crime. No entanto, as percepções e avaliações individuais dos processos que ocorrem no ambiente social e físico imediato, bem como as características individuais são igualmente importantes para explicar as diferenças no medo do crime. Ressaltam que apesar do significativo poder explicativo dessas variáveis, esses achados não sugerem que o medo do crime atue apenas como uma esponja para essas amplas inseguranças sociais.

Para identificarmos a complexidade do medo do crime, faz sentido uma abordagem interseccional⁶, ou que tenha em conta as possíveis vulnerabilidades múltiplas dos estudantes deslocados, por exemplo, as questões individuais abordadas nos modelos sociodemográficos, de entre eles a própria teoria das vulnerabilidades físicas e sociais, pois são elementos primários de experiências na origem e então, esse contexto primitivo, cruza com as novas situações a serem vivenciadas. Davis (2008) resumidamente refere que a interseccionalidade é a relação de múltiplas vulnerabilidades, como à interação entre gênero, raça e outras diferenças particulares, sejam individuais ou sociais, arranjos institucionais e ideologias culturais e os resultados dessas interações.

Os autores Forbes-Mewett & McCulloch (2015) referem que o risco relativo ao crime nos estudantes internacionais está associado às circunstâncias socioeconômicas, locais de residência, emprego, gênero, práticas sociais e culturais. Desse modo, retratam que a análise da interseccionalidade permite enxergar de maneira mais ampla, os fatores de desigualdade que

⁶ Crenshaw (1991) utilizou o termo interseccionalidade para denotar as maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar as dimensões das experiências de emprego das mulheres negras. Referiu também, que para as mulheres imigrantes, o seu estatuto pode torná-las vulneráveis. Porém, é importante entender que existem outros locais onde as estruturas se cruzam.

contribuem para o sentimento de vulnerabilidades associadas ao estatuto de estudante internacional, sendo que tais vulnerabilidades incluem o facto de estar em um ambiente estrangeiro, muitas vezes sem a percepção adequada da língua e questões culturais do país hospedeiro, questões financeiras ou mesmo por estar longe da família e dos amigos.

Considerando inúmeras variáveis que podem produzir o medo do crime, o ambiente novo e talvez não familiar ao quotidiano do indivíduo tende a ser um meio que propicia o medo de vitimização, no meio animal tal característica é chamada de neofobia. A variação geográfica no medo também deve ser considerada, em concreto, procurar perceber se os moradores das grandes cidades temem as mesmas ofensas que os suburbanos ou os moradores de cidades pequenas (Warr, 2000). Em complemento, Forbes-Mewett & Nyland (2007) relataram que estar em uma cultura desconhecida afeta os níveis de segurança e proteção dos alunos, pois podem não sentir que pertencem ao novo local, em outras palavras, a familiaridade com o local pode ser uma determinante para o medo do crime, pois as dificuldades enfrentadas pelos alunos internacionais vão muito além da sala de aula. Por exemplo, eles são confrontados com a organização de suas acomodações e empregos em um ambiente desconhecido.

Assim, é determinante que se compreenda o perfil do estudante deslocado, e que seja lhe dado o devido respaldo, para que ele se sinta acolhido e seguro, sem que o sentimento de insegurança seja a florado, de modo a evitar que o medo do crime determine suas ações. Portanto, o facto de o estudante deslocar-se pode potencializar algumas variáveis, como por exemplo, as experiências com a vitimização podem disseminar-se nas relações interpessoais dos indivíduos, difundindo o impacto dessa experiência anterior, deste modo, o nível de integração de cada sujeito numa comunidade local pode afetar a natureza e a quantidade de informação relacionada com o crime a que os indivíduos estão expostos (Bursik Jr. & Grasmick, 1993).

Alguns estudos parecem confirmar a sugestão de que o medo do crime na verdade, não apenas representa o medo de se tornar vítima de um crime, mas também absorve preocupações e incertezas mais abstratas sobre o lugar do indivíduo em nossa sociedade complexa (Cops, Pleysier, & Put, 2012; Jackson J. , 2004). Em complemento, podemos citar o estudo de Fanghanel (2016) que observou que o medo do crime e as preocupações com a segurança não são estáticos, pois dependem da interação de cada indivíduo com o espaço público.

Sabendo que as características individuais que determinam o medo do crime subjetivo são moldadas por aspetos externos (e.g. familiaridade, eficácia coletiva, situação económica, etc) vamos testar se os estudantes deslocados absorvem essas variáveis e se estas são mais

predominantes nos estudantes deslocados, ou se o estatuto de estudante não apresenta tal distinção.

Podemos extrair do artigo *International students' fear of crime: an Australian case study* de Xiong, Nyland, Fisher, & Smyrnios (2017) que quanto mais tempo no local os estudantes internacionais têm maiores percepções de desordem e mais oportunidades de socialização com pessoas locais, o que faz sentirem-se mais amedrontados, pelas situações do contexto ambiental, bem como pelos relatos de vitimação indireta. Neste estudo em concreto realizado na Austrália podemos observar o impacto negativo da integração, das desordens e da vitimização indireta.

Segundo Porto (2002), embora resultem de experiências individuais, as representações sociais estão condicionadas ao tipo de inserção social do indivíduo ou do grupo que as produz, expressando perspectivas de mundo que visam explicar e dar sentido aos fenómenos, deste modo, também auxiliando a constituí-los, sendo, portanto, orientadoras de conduta. No contexto do estudo, podemos dizer, que as percepções de risco do ambiente, influenciam nas atitudes comportamentais face ao possível sentimento de medo do crime. O medo do crime opera como um composto de inseguranças sociais mais amplas e está associado à necessidade fundamental de inclusão (Vieno, Roccato, & Russo, 2013). Em outras palavras, a integração social pode influenciar negativamente o medo do crime em alguns segmentos da população, mas não em outros (Lee, 1983).

Perceber o perigo no ambiente está inversamente correlacionado com o nível de integração na rede social local e com o grau e positividade das relações de vizinhança, ou seja, a desordem percebida em uma vizinhança está associada a erosão dos laços sociais, pois as pessoas que descrevem suas vizinhanças com altos níveis de desordem, relatam níveis baixos de integração formal com os vizinhos e baixa participação formal nas comunidades (Ross & Jang, 2000). Portanto, as desordens, o senso de comunidade traduzido pela eficácia coletiva e pela familiaridade com o ambiente são importantes no estudo do medo do crime. No mesmo sentido, foram os resultados de Xiong & Smyrnios (2013), estudantes internacionais que percebem altos níveis de desordem na comunidade, como grupos de adolescentes brigando, comportamento ameaçador ou abuso verbal na rua, tráfico de drogas e assédio ou ataque racial, relatam níveis elevados de risco percebido e medo do crime, e com isso, restringem seu comportamento. Outra descoberta importante é o efeito negativo da integração social sobre o medo do crime, pois estudantes internacionais que se sentem estranhos ou relatam dificuldades para fazer amigos relatam níveis elevados de medo do crime e risco percebido.

Importante ressaltar, que quando em busca de um país ou uma região de destino para se deslocar, os estudantes podem levar em conta o fator segurança. Os autores referem que instituições de ensino, bem como países que não se preocupam com a segurança dos estrangeiros têm passado por períodos de baixa no mercado da educação internacional (Xiong, Nyland, Fisher, & Smyrnios, 2017). Shi (2018) no estudo *A Neglected Population: Media Consumption, Perceived Risk, and Fear of Crime Among International Students*, verificou uma forte suposição de que o consumo dos *media* é uma fonte importante de ansiedades relacionadas ao crime entre os estudantes internacionais, assim como a possibilidade de que o medo do crime pode influenciar fortemente a decisão do estudante de escolher um país hospedeiro, no caso do estudo, os Estados Unidos da América. Nos *media* circulam imagens de riscos sociais e seu conteúdo pode ser interpretado como um indicativo do contexto cultural, em conjunto com o risco objetivo e com experiências subjetivas de crime, que agem como uma esponja no paradoxo vitimação (Pleysier & Cops, 2016).

Ratnayake (2016), em seu estudo *Association Between Fear of Crime Gender, Student Nationality, and Physical Features* realizado a partir de 156 questionários respondidos por estudantes universitários em Bendigo, na Austrália, buscou analisar a questão do medo do crime como base para pensar sobre o design de espaços públicos. O estudo considerou a importância do gênero, da nacionalidade do estudante e as características ambientais para explicar o medo dos alunos do crime na área da cidade à noite. Como resultado, identificou que as questões de segurança para as mulheres podem ser mais importantes na previsão do medo do crime do que as características físicas, por exemplo. Ademais, uma proporção significativa de mulheres têm maior probabilidade de ter mais medo ao caminhar sozinhas à noite. Assim, descreve que talvez a percepção de medo dos estudantes internacionais frente aos domésticos tenha sido maior, por possuírem similaridade ao que ocorre com as minorias étnicas, ou talvez esteja atrelada as referências individuais baseadas no local de origem dos estudantes, bem como sugere que devem ser estudados de forma mais detalhada variáveis relacionadas ao medo do crime, como o gênero e condições ambientais.

A maioria dos estudantes não se tornam vítimas de crimes e muito poucos são perpetradores, porém, ainda sim, sentem-se amedrontados com a possibilidade de se tornarem vítimas: “A vulnerabilidade dos estudantes internacionais no país anfitrião depende em grande

parte de onde eles vêm e do estilo de vida associado em seu país de origem”⁷ (Forbes-Mewett, McCulloch, & Nyland, 2015, pp. 281-282). No mesmo sentido, Krulichová (2018) em seu estudo refere que a maioria das pesquisas acerca do medo do crime se concentra geralmente nas causas do fenómeno, e não tanto nas consequências individuais e sociais. É notória a preocupação que emerge em manter os estudantes seguros, visto que afeta a qualidade de vida, bem como as suas percepções do risco de vitimização, podendo fazer com que estes indivíduos se sintam mais vulneráveis (Crowl & Battin, 2017).

Uma hipótese para tal sensação de vulnerabilidade hipotética dos estudantes internacionais pode ocorrer por eles se sentirem com baixa capacidade protetiva, seja por sua posição escolar, seu arranjo e mobilidade familiar ou em razão das habilidades de comunicação (Xiong, Nyland, Fisher, & Smyrniotis, 2017). Outro argumento, que surge é de que não pelo facto de viverem sozinhos ou porque estejam socialmente isolados, mas simplesmente porque os estudantes internacionais não tenham alguém prontamente disposto a ajudar em caso de vitimização (Lee, 1983).

Neste capítulo, primeiramente, explicitada a relevância e pertinência de estudar o sentimento de insegurança e suas dimensões, apresentamos os conceitos e modelos teóricos comumente utilizados na literatura. Evoluímos no enquadramento teórico e passamos a explicitar as métricas aplicadas ao objeto de estudo, essencialmente a evolução das formas de operacionalizar o medo do crime. Ao final do capítulo, apresentamos alguns estudos que relacionam o medo do crime e estudantes internacionais, visando perceber a relação das variáveis independentes que iremos correlacionar a nossa variável dependente: o medo do crime.

Assim, frente à lacuna existente na literatura no que se refere a relação de medo do crime e os estudantes, o nosso objetivo geral é comparar o medo do crime entre os estudantes deslocados e aqueles naturais da cidade do Porto. O segundo capítulo, da presente dissertação, abordará para além dos objetivos, as nossas hipóteses e os métodos utilizados para constituir a presente amostra.

Capítulo II – Estudo empírico

⁷ A tradução é nossa. No original inglês (EUA): “Interviewee perspectives indicated that international student’s vulnerability in the host country largely depended on where they came from and the associated lifestyle in their country of origin”.

Neste capítulo, descreveremos os objetivos e questões de investigação às quais pretendemos responder a partir da utilização de uma metodologia quantitativa. Demonstraremos a forma de operacionalização das variáveis utilizadas para testar as hipóteses, e o modo como procedemos à construção e aplicação do questionário utilizado. Posteriormente, descreveremos quais os procedimentos e análises utilizados para o tratamento dos dados.

1 Objetivos e Hipóteses

O objetivo geral desta dissertação é estudar o medo do crime dos estudantes, comparando os deslocados com os naturais da cidade do Porto, mais concretamente, explorando as variáveis que estão associadas ao medo do crime dos estudantes e identificar a partir de um estudo empírico se há diferença nos níveis de medo do crime dos estudantes deslocados e a partir de quais variáveis ele se manifesta.

Inicialmente, iremos tratar os dados obtidos através do questionário construído e repassado aos respondentes por meio eletrónico. Para tanto, vamos utilizar métodos descritivos para caracterização dos dados e de seguida, procederemos as correlações das variáveis, visando assim obter resultados que sejam convergentes ao objetivo e as hipóteses elencadas na presente dissertação.

O trabalho de pesquisa empírica pretende testar se os estudantes deslocados sentem maior medo do crime no ambiente desconhecido quando em comparação aos naturais da cidade do Porto, e sendo positivo tal argumento, identificar quais variáveis provocam as alterações nos níveis de medo do crime dos estudantes deslocados.

A partir deste objetivo geral surgem os objetivos específicos, nomeadamente:

a) Primeiramente, analisar a relação entre as dimensões do sentimento de insegurança, - o medo do crime, a perceção de risco de ser vitimado e os comportamentos por razões de segurança adotados pelos indivíduos, e as variáveis sociodemográficas comumente utilizadas na literatura científica - género, idade, habilitações literárias, estado civil, nacionalidade e vitimação (direta e indireta).

b) Posteriormente, estudar o sentimento de insegurança dos estudantes, com um enfoque na variável emocional (medo do crime), percebendo se os níveis de insegurança reportados são distintos entre os estudantes deslocados para o Porto e os estudantes locais.

c) Em terceiro lugar, perceber que variáveis estão relacionadas com o medo do crime dos estudantes deslocados, por um lado, e com o medo do crime dos estudantes naturais da cidade do Porto, identificando eventuais diferenças entre as amostras. Em concreto, serão estudadas as variáveis sociodemográficas, bem-estar, satisfação e preocupação económica, vitimação direta e vicariante, contexto residencial, tempo que vive na cidade do Porto, atividades de rotina, percepção das desordens e eficácia social.

d) Por último, focando especificamente nos estudantes deslocados, procurará compreender-se se algumas percepções e situações vividas por estes estudantes possuem relação com a emoção do medo do crime sentida. Mais concretamente, pretende-se perceber a relação entre o medo do crime dos estudantes deslocados e as seguintes variáveis: i) qual o grau de facilidade sentiram para encontrar alojamento, ii) familiaridade anterior com a cidade do Porto, iii) se vieram viver sozinhos para a cidade, iv) grau de satisfação com a interação com as pessoas da mesma origem e com os portugueses, v) similaridade com as experiências e culturas tanto em relação ao Porto, como ao seu local de origem, vi) percepção da criminalidade na cidade do Porto, tendo como referência o seu local de origem.

Face aos objetivos referidos, as hipóteses que visamos testar são as abaixo elencadas:

a) Os indivíduos do género feminino e mais velhos apresentam níveis mais elevados de sentimento de insegurança nas suas três dimensões (medo do crime, percepção do risco e adoção de comportamentos por razões de segurança).

b) As percepções de desordens e a eficácia coletiva estão positivamente relacionadas com o medo do crime.

c) Tanto a vitimação indireta, como a direta, estão associadas a níveis mais elevados de medo do crime.

d) O bem-estar está negativamente relacionado com os níveis de medo de crime nos estudantes.

e) Estudantes deslocados têm níveis mais elevados de medo do crime, de percepção de risco de vitimação e de adoção de comportamentos por razões de segurança em relação aos naturais.

f) As variáveis que influenciam o medo do crime nos estudantes deslocados não são as mesmas que aquelas que impactam o medo do crime nos estudantes naturais.

g) A familiaridade com a cidade do Porto e a interação com a comunidade portuguesa diminuem o medo do crime.

h) A facilidade para encontrar um alojamento relaciona-se negativamente com o medo do crime do estudante deslocado.

2 Material e Métodos

2.1 Caracterização do estudo

O presente estudo utiliza uma metodologia quantitativa, que se concretiza a partir da aplicação de um questionário para explorar a relação entre o sentimento de insegurança (*lato sensu*) e um conjunto de variáveis individuais e contextuais, comparando estudantes deslocados e naturais da cidade do Porto.

Podemos caracterizar o estudo como descritivo e correlacional, uma vez que se procura, em primeiro lugar, descrever os níveis de sentimento de insegurança dos estudantes deslocados e dos estudantes naturais da cidade do Porto. E, por outro lado, pretende-se estudar a relação entre um conjunto de variáveis já previamente referidas (e.g. género, idade, nacionalidade, vitimização anterior, bem-estar, perceção de desordem na área de residência) e o medo do crime num sentido restrito. Sendo assim, procura-se contribuir para o conhecimento científico sobre o sentimento de insegurança, concretamente o medo do crime em relação aos estudantes.

2.2 Forma de constituição da amostra

A amostra deste estudo compõe-se por 785 indivíduos, tendo sido constituída em duas fases diferentes. Numa primeira fase, foram disponibilizados os questionários por meio eletrónico e disseminados através de redes sociais, em concreto por grupos de estudantes no Porto via Facebook e Whatsapp, assim como divulgação individual via partilha com possíveis respondentes. Utilizou-se um formato de *snow-ball* para que se atingisse um conjunto mais largo de respondentes (estudantes da UP). Nesta etapa, foram recrutados 91 estudantes. Posteriormente, os questionários foram aplicados a uma amostra mais larga após divulgação por parte da Reitoria da Universidade do Porto. Sendo assim, mais 694 questionários foram respondidos, o que totalizou no número de participantes final de 785 estudantes, sendo 421 deslocados e 364 não deslocados.

A amostragem do presente estudo foi não probabilística, dado que não temos garantia de que cada elemento teve igual probabilidade de ser incluído, nem se pode estimar esta probabilidade, visto que o questionário apenas poderia ser aplicado a uma parte da população que corresponde aos estudantes do Porto. É também uma amostragem acidental ou conveniente, já que se selecionou os respondentes acessíveis, com base na sua disponibilidade e vontade de participação no estudo. Finalmente, também se utilizou uma amostragem *snow-ball*, uma vez que os indivíduos indicavam outros seus conhecidos e disponíveis para participar, com o intuito de aumentar a amostra do estudo.

Para dar início a pesquisa, era obrigatório que houvesse o preenchimento do Termo de Consentimento Informado, para, deste modo, ficar garantida a confidencialidade e o anonimato das respostas.

2.3 Instrumento e variáveis

Como já foi sendo referido, para a concretização dos objetivos do estudo foi construído um questionário com base na literatura científica e de outros já previamente realizados na Escola de Criminologia. O instrumento que de seguida se descreverá é constituído por um conjunto de grupos que permitem averiguar as hipóteses acima colocadas. Caraterizemos, desta forma, o questionário construído para efeitos da presente investigação.

Grupo I: Questões sociodemográficas

O grupo I é constituído por questões sociodemográficas, incluindo o género, a idade, as habilitações literárias, a situação profissional, a nacionalidade, o estado civil e o local de residência. Adicionalmente, neste grupo também foram realizadas questões relacionadas com há quanto tempo os estudantes residem no Porto, sobre seu nível de satisfação e preocupação económica e sobre a satisfação com a vida, ou seja, a sua sensação de bem-estar geral.

A questão referente à satisfação económica foi extraída do ICVS (2003, p. 143): “Como se sente em relação ao nível de sua renda familiar?” Variando entre satisfeito, bastante satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito?”, entretanto, nossas opções variaram entre satisfeito, razoavelmente satisfeito, insatisfeito e muito insatisfeito.

No que se refere à preocupação económica, utilizou-se um modelo de três questões anteriormente adotado na Escola de Criminologia, por Couto (2019, p. 136), acrescentando a

questão concernente à preocupação de arcar com as propinas universitárias, dado que o estudo se dirigia aos estudantes da universidade e sentiu-se esta necessidade de adaptar a questão. Da mesma forma, a pergunta relativa ao bem-estar também foi extraída do trabalho de Couto (2019, p. 128).

Neste grupo do questionário, encontram-se algumas variáveis independentes do estudo, ou seja, aquelas que poderão provocar um efeito nas variáveis dependentes que são as dimensões do sentimento de insegurança, com um enfoque especial no medo do crime.

Grupo II: Questões gerais de insegurança, vitimação, percepção de desordem, eficácia coletiva e atividades de rotina

Este grupo é composto por questões gerais sobre vitimação, as dimensões que constituem o sentimento de insegurança - o medo do crime, o risco percebido e adoção de comportamentos de segurança -, as percepções de desordens e eficácia coletiva, bem como as atividades de rotina dos estudantes. Relativamente às questões de vitimação (pergunta 1), o que se procura é verificar se os indivíduos da amostra já foram vítimas diretas de crimes. Concretamente, visa-se identificar se em algum momento no último ano os participantes foram vítimas de um dos oito tipos de crimes indicados. Os crimes apresentados são os que usualmente surgem nos inquéritos internacionais de vitimação e outros estudos da Escola de Criminologia, nomeadamente o de roubo de algum objeto do interior do seu veículo, roubo do seu veículo, se houve tentativa assalto à sua habitação, assalto efetivo à habitação, outro tipo de roubo sem violência por parte do assaltante, com violência por parte deste, ameaças de agressão e, por último, agressão efetiva. Além disso, questiona-se se algum conhecido, amigo ou parente, foi vítima de crime nos últimos doze meses (vitimação indireta). O objetivo de inserir questões sobre a vitimação no questionário deve-se à eventual importância desta variável na explicação do sentimento de insegurança. Finalmente, a partir dos resultados obtidos, que poderiam variar de um a oito, criamos uma nova variável de prevalência de vitimação (*sim e não*), sendo que valores com zero atribuído equivalem a uma não vitimação, enquanto os valores diferentes e maiores que zero, foram transformados em 1, correspondendo à resposta “sim”, que identifica que os indivíduos já foram vítimas de algum dos crimes descritos no último ano. Afinal, o nosso objetivo é verificar se a vitimação anterior afeta o medo do crime dos estudantes, independente do tipo de crime.

Por sua vez, também foram incluídas neste segundo grupo questões referentes à desordem percebida pelos estudantes na área em que residem, visto que esta variável pode influenciar positivamente o sentimento de insegurança, conforme a literatura científica. Procuramos observar a percepção de desordens físicas, em outras palavras, sinais de negligência e decadência ambiental (prédios condenados, lixo, carros abandonados e *graffiti*) e desordens sociais (barulhos excessivos, pouca iluminação, pessoas alcoolizadas em público, pessoas vadiando, pessoas usando ou vendendo drogas e prostituição) que o ambiente compartilha.

Considerando que as desordens físicas são condições em continuidade e as desordens sociais são episódios que acontecem com maior ou menor frequência, para criarmos nosso questionário utilizamos, primeiramente, um conjunto de desordens observados por Skogan, em *Measuring What Matters: Crime, Disorder and Fear* (1999). Na literatura científica podemos encontrar questionamentos sobre as desordens da seguinte forma: “Quão grande é o problema?” ou “Quão preocupado você está sobre?” (Rengifo & Bolton, 2012, p. 115; Skogan, 1999, p. 82; McNeeley & Yuan, 2016, p. 11; La Grange, Ferraro, & Supancic, 1992, p. 329). Porém, tais abordagens podem confundir a prevalência de problemas no ambiente com a percepção individual de impacto sobre o respondente, que não são necessariamente o mesmo problema. Gray, Jackson, & Farrall (2011, p. 22) utilizaram em seu estudo a questão “Coisas que você pode pensar como um problema em sua vizinhança ou não” cujas respostas poderiam variar entre um grande problema, algum problema ou nenhum problema.

Ainda sobre as percepções de desordens, observamos o questionário aplicado por Xiong, Nyland, Fisher e Smyrniotis (2017) que procuraram observar as percepções dos estudantes internacionais na Austrália. Em concreto, os autores utilizaram seis indicadores de desordens sociais ou seja, aquelas relacionadas ao comportamento (grupos de adolescentes brigando, vandalizando ou assediando, pessoas alcoolizadas em público, prostituição, assédio, comportamento ameaçador ou abuso verbal na rua, comércio e ofertas de drogas e assédio ou ataque racial), questionando “Quão sérias acha que são as seguintes incivildades em Melbourne?”.

Portanto, e face à vasta revisão a literatura por nós efetuada optamos por utilizar “Com que frequência se depara ou vê as seguintes situações na sua área de residência?”, sem caracterizar as situações como uma incivildade ou colocá-las como situações como problema, visando não enviesar os resultados. Da mesma forma, procuramos ser generalistas, sem considerar que grupo específico de pessoas (e.g jovens fazem barulho ou bebem em público) visando não partir da premissa de que esse ou aquele grupo age de determinada forma, mas

tratando como pessoas/indivíduos, sem especificidades. A questão que tratava das percepções de desordens foi composta por dez itens de incivildades, construídas a partir dos estudos acima descritos. Posteriormente, aquando do tratamento da amostra, criamos um índice para que fosse possível comparar tais valores.

No que toca às questões de insegurança, estas foram operacionalizadas no questionário, de acordo com a divisão que tem sido feita na comunidade científica das dimensões do sentimento de insegurança (o medo do crime, a percepção de risco de vitimação e a adoção de comportamentos por razões de segurança). O modo como estas dimensões foram operacionalizadas neste questionário foi semelhante ao que tem sido feito nos inquéritos internacionais e nacionais que estudam o tema que, de resto, têm sido utilizadas na Escola de Criminologia em estudos anteriores (e.g, Guedes, Domingos e Cardoso, 2018, Couto, 2019).

Primeiramente, efetuamos uma questão filtro, assim considerada, pois visa esclarecer se os entrevistados sentiram medo de serem vitimados no último ano, depois, o segundo momento visa observar a frequência com que isso ocorreu e, finalmente, o quão medrosos eles se sentiram durante o último episódio. Tais questões observaram os estudos de Farrall, Jackson e Gray (2009) feitas no sentido de não presumirmos que a partir do momento que os respondentes referem que se sentem preocupados, esta preocupação seja uma constante.

Portanto, a questão 4, trata-se de uma pergunta filtro, conforme referido anteriormente, pois visa observar se num curto período de tempo, (12 meses), os respondentes alguma vez sentiram medo de serem vítimas de crime, considerando todos os tipos de crime. Na questão seguinte, apenas para os casos de resposta afirmativa a questão anterior, o respondente deveria referir com que frequência sentiu medo de ser vítima de um crime no último ano. Tal questão foi acrescentada baseada no estudo de Farrall & Gadd (2004) que referem que as perguntas de frequência pedem aos entrevistados que pensem em um período relativamente pequeno, contando quantas vezes se sentiram preocupados, preocupados ou com medo de serem vítimas de crimes. Deste modo, a pergunta 6 encerra o ciclo de questionamentos e visa perceber quão medroso o indivíduo se sentiu, considerando a última oportunidade em que observou tal situação (Gray, Jackson, & Farrall, 2011).

Para observarmos especificamente a componente emocional do sentimento de insegurança, o medo do crime, foi utilizado um conjunto de sete itens que compõem a pergunta 7, as respostas podiam ir de 1 (muito inseguro/a) a 5 (muito seguro/a):

* Quão segura é a sua vizinhança?

* Como é que se sente quando caminha sozinho(a) na área próxima de sua residência (cerca de 1Km), durante o dia?

* Como é que se sente quando caminha sozinho(a) na área próxima de sua residência (cerca de 1Km), depois de escurecer?

* Como é que se sente quando caminha sozinho(a) na cidade do Porto, durante o dia?

* Como é que se sente quando caminha sozinho(a) na cidade do Porto, depois de escurecer?

* Como é que se sente quando está sozinho(a) na sua casa, durante o dia?

* Como é que se sente quando está sozinho(a) na sua casa, depois de escurecer?

Torna-se importante ressaltar que a literatura normalmente refere ‘área próxima da residência’ (Skogan, 1999) ou ‘na sua comunidade’ (Smith & Hill, 1991). Decidimos adotar um quilómetro para estabelecer um perímetro específico, observado aproximadamente 10 a 15 minutos a pé. Também Sloan (2005) descreve a pergunta utilizado no *General Social Survey* (GSS), “*Existe algum lugar perto de onde você mora – dentro de uma milha – onde você tenha medo de caminhar sozinho a noite?*”.

Assim, nos procedimentos de tratamento das variáveis, foi realizado um índice de medo do crime, tendo sido necessário inverter as variáveis (onde, concretamente, o “muito seguro” passou a estar no lugar de “muito inseguro”).

Por sua vez, a pergunta 8 é relativa à percepção do risco de vitimação, que é a componente cognitiva do sentimento de insegurança. Esta variável foi operacionalizada por quatro itens, a seguir descritos tendo sido, posteriormente, realizado um índice da percepção do risco de vitimação:

* Pensa que poderá ser vítima de roubo/furto SEM violência, durante o próximo ano?

* Pensa que poderá ser vítima de roubo COM violência, durante o próximo ano?

* Pensa que a sua casa poderá ser assaltada, durante o próximo ano?

* Pensa que seus dados pessoais (nome, endereço, conta bancária) podem ser usados sem sua permissão ou conhecimento?

No mesmo sentido, este grupo é ainda constituído por um conjunto de questões que pretendem operacionalizar a componente comportamental do sentimento de insegurança

(pergunta 9). Esta componente comportamental divide-se em três tipos de comportamentos: evitamento, proteção e autodefesa. A questão que se coloca é “*Por questões de segurança:*”

Comportamentos de evitamento:

- * Evita contactos com determinadas pessoas
- * Evita determinadas ruas ou sítios
- * Evita sair à noite
- * Limita as suas atividades no dia-a-dia

Comportamentos de proteção:

- * Tem fechaduras de segurança ou alarmes em casa
- * Costuma deixar uma luz acesa de sua casa quando sai à noite
- * Pediu a alguém que o acompanhasse até ao seu destino (por exemplo, até ao seu carro, casa ou metro) depois de escurecer

Comportamentos de autodefesa:

- * Pratica desportos de defesa pessoal (por exemplo, judo)
- * Tem instrumentos de defesa pessoal (por exemplo, spray de gás pimenta ou armas)
- * Carrega ou carregou as suas chaves na mão de uma forma defensiva para utilizá-las como arma

Em complemento as questões tradicionalmente utilizadas na literatura, identificamos que no estudo *Sexual Assault Victimization, Fear of Sexual Assault, and Self-Protective Behaviors: A Test of General Strain Theory*, de Archer (2019), o autor observou a adoção de comportamentos em razão de segurança de uma amostra de estudantes universitários de 12 universidades nos Estados Unidos. Assim, para atingir o seu objetivo, de entre os comportamento de autodefesa, uma das questões utilizadas pelo autor foi: “*Carrega ou carregou as suas chaves na mão de uma forma defensiva para utilizá-las como arma*”, em relação aos comportamentos de proteção, o autor utilizou o questionamento: “*Pediu a alguém que o acompanhasse até ao seu destino (e.g. carro, dormitório, biblioteca) depois de escurecer*”. Em nosso estudo, replicamos o item referente ao comportamento de carregar as chaves como meio defensivo adaptamos a questão referente ao comportamento protetivo para

situações aplicáveis a realidade dos estudantes do Porto, que não vivem em campus universitários.

Ainda dentro do grupo II, os respondentes foram submetidos a questões referentes à operacionalização da eficácia coletiva. Os itens da questão 10 foram extraídos dos estudos de Gray, Jackson, & Farrall (2011) e em outros estudos da Escola de Criminologia (e.g. Couto, 2019 e Diniz, 2019). Utilizamos tais medidas para extrair as percepções dos estudantes sobre o declínio dos valores morais da sociedade em que estão inseridos, importantes para considerar possíveis relações com o sentimento de insegurança. Numa escala onde 1 (discordo plenamente) a 5 (concordo plenamente), foram feitos os sete questionamentos seguintes:

- * Pode confiar que os seus vizinhos vão ligar à polícia se alguém estiver a agir de forma suspeita

- * Se alguma criança ou jovem da vizinhança estiver a causar problemas vão adverti-lo

- * Se eu sinto que alguma coisa está mal enquanto estou na minha área de residência, posso chamar a atenção das pessoas para ajudarem

- * Na zona onde resido, tenho uma comunidade unida

- * A zona onde habito é um sítio afável para se viver

- * É um sítio em que as pessoas tomam conta umas das outras

- * A maioria das pessoas que vivem na zona onde resido confia umas nas outras

Por fim, na questão 11, os estudantes foram questionados sobre suas atividades de rotina através dos itens “Referente aos seus hábitos sociais, indique com que frequência (...)”, numa escala que vai de Nunca a Muito frequentemente:

- * Estuda fora de casa

- * Costuma sair de casa nos momentos de lazer durante o dia (parques, cinema)

- * Costuma sair de casa à noite (pubs, festas)

- * Costuma sair de casa nos finais de semana

- * Costuma fazer suas refeições fora de casa

- * Se reúne com os seus amigos

- * Participa em festas ou eventos académicos

Os itens referentes às atividades de rotina foram incluídos para observar características individuais dos estudantes e identificar onde eles possam estar expostos a ofensores potenciais. Conforme Tewksbury & Mustaine (2003) é importante avaliar tais características, identificar se o uso de autoproteção pelos indivíduos está relacionado aos seus riscos de vitimização, conforme medido pela frequência com que entram em contato com pessoas potencialmente criminosas e quão adequados eles são como um alvo ou as suas percepções sobre essas questões. Parte das questões foram extraídas dos estudos de Rengifo & Bolton (2012) e complementadas com ICVS (2003).

As variáveis do grupo II têm vindo a ser questionadas em outros estudos referentes ao sentimento de insegurança, visando identificar quais delas podem estar positivamente associadas ao medo do crime, além das variáveis sociodemográficas descritas no grupo I.

Grupo III: Estudantes deslocados

Este grupo é constituído pelo conjunto de itens destinado apenas aos estudantes deslocados, sendo que, para tanto, foram realizadas sete questões. A primeira, tendo como possibilidade de resposta, ‘sim’ ou ‘não’, pergunta se o participante é estudante deslocado. Dessa forma, pretende-se filtrar apenas os estudantes deslocados que responderão às questões seguintes. A segunda pergunta pede aos respondentes para, numa escala de Likert de 5 pontos, classificarem de ‘muito fácil’ a ‘muito difícil’ o grau de facilidade que experienciaram para conseguirem encontrar um alojamento na cidade do Porto.

Pretende-se, assim, não apenas perceber os obstáculos que estes estudantes têm, mas, também, analisar se os mesmos têm algum impacto no medo do crime dos estudantes. De seguida, sendo também questões dicotómicas com a possibilidade de resposta ‘sim’ ou ‘não’, pergunta-se: “tinha alguma familiaridade com a cidade do Porto antes de se deslocar para estudar?” e “veio viver sozinho/a para o Porto?” A primeira pergunta referida pretende analisar a relação entre o medo do crime e a (não) familiaridade com a cidade do Porto. De acordo com os resultados encontrados por Kanan & Pruitt (2002) a percepção de risco quando se está no bairro sozinho à noite é reduzida quando se está familiarizado com seus vizinhos a literatura, ainda observaram que o apego ao bairro, expresso pelo ponto de vista de que é uma "casa real", em oposição a apenas um lugar para morar, tende a aumentar as classificações de segurança. Dessa forma, incluímos a familiaridade como uma das variáveis que pode relacionar-se com o sentimento de insegurança. Aparentemente, quanto mais afeto com a vizinhança um indivíduo

possui, maior a probabilidade de atribuir à sua área de residência um alto índice de segurança, assim como o inverso também pode ser verdadeiro, de modo que as percepções de segurança dos residentes são um componente importante dos laços eficazes com seus bairros, assim como a familiaridade com vizinhos tende a diminuir a probabilidade de perceberem risco estando sozinhos na vizinhança à noite.

A segunda questão procura perceber, posteriormente, se o facto de os estudantes estarem isolados no processo de vinda para o Porto influencia o seu medo do crime. De acordo com Liska e Reed (1988), os comportamentos podem ser alterados pelo matrimônio, no sentido de que pessoas casadas tendem a centralizar suas atividades sociais em torno da família e dentro de casa, enquanto as pessoas solteiras tendem a se socializar mais fora de casa. Dessa forma, assumimos que pessoas que vêm sozinhas para o Porto poderiam ter mais atividades de rotina fora de seu alojamento, o que poderia influenciar o sentimento de insegurança.

No intuito de medir o bem-estar dos estudantes, a pergunta 5 pedia para que fossem respondidos num grau de 1 (Muito insatisfeito/a) a 4 (Muito satisfeito/a): “Considera-se satisfeito com o seu nível de interação com pessoas do seu país?” e “Considera-se satisfeito com o seu nível de interação com a comunidade portuguesa?”. De seguida, os respondentes foram convidados a responder questões sobre as diferenças culturais entre o local de origem e o Porto, numa escala de 1 (Nada parecido) a 5 (Muito parecido): “Quão similares são as suas experiências e comportamentos com os das pessoas que partilham a sua cultura ou local de origem?” e “Quão similares são as suas experiências e comportamentos com os das pessoas da cidade do Porto?”. Ambas as questões visam identificar familiaridade e integração, perceber se há sensação de pertença se tais variáveis influenciam ou não o medo do crime. Xiong, Nyland, Fisher e Smyrniotis (2017) utilizaram um conjunto de questões similares, visando perceber o que os estudantes internacionais percebiam sobre Melbourne: “Eu sinto que Melbourne é mais uma verdadeira casa do que apenas um lugar para estudar”, “Costumo falar com meus vizinhos ou pessoas locais”, “No geral, estou satisfeito com Melbourne”, “Estou feliz com o tipo de pessoas de Melbourne” e “Tenho muitas coisas em comum com as pessoas em Melbourne”, as quais adaptamos ao nosso estudo que pretende identificar as percepções dos estudantes deslocados em relação à cidade do Porto.

Finalmente, para verificar a percepção dos estudantes deslocados sobre os níveis de criminalidade no Porto em relação ao seu local de origem, foi pedido que assinalassem uma de entre três alternativas: “A criminalidade na cidade do Porto é menor”, “A criminalidade na cidade do Porto é igual” e “A criminalidade na cidade do Porto é maior”. Os itens foram

baseados no estudo de Baumer (1977), a partir da questão: “Você acha que o crime melhorou ou piorou aqui em Washington durante o ano passado?”, cujas possibilidades de resposta eram ‘melhor’, ‘pior’ e o ‘mesmo’. A questão foi incluída no nosso questionário para analisar como os estudantes deslocados percebem o ambiente em que estão inseridos no Porto, considerando que não são originários da cidade.

Neste caso, tal grupo de questões são variáveis independentes que poderão provocar um efeito, seja ele positivo ou negativo, na variável dependente, medo do crime.

2.4 Procedimentos de Análise Estatística

Nesta secção iremos descrever o conjunto de procedimentos estatísticos que foram realizados para a posterior análise dos dados. Note-se que os dados foram tratados a partir do software IBM SPSS Statistics 26.

2.4.1 Procedimentos de Análise Estatística Descritiva

No caso das variáveis quantitativas como a idade, o medo do crime, o risco percebido, a adoção de comportamentos, entre outras – utilizaram-se medidas como a média amostral ($\bar{X}$) e desvio padrão (SD) para verificar a dispersão face ao valor médio. Para além disso em determinados casos, também se usaram percentagens para contabilizar o número de pessoas, por exemplo, que realizaram um determinado comportamento ou que foram vitimadas.

No caso das variáveis qualitativas como o género e a vitimação ao longo da vida e nos últimos 12 meses, usaram-se, principalmente, percentagens. Com efeito, a sua natureza não permitia a realização de médias e, por isso, a melhor forma de descrever estas variáveis foram a partir das percentagens.

Adicionalmente, compilamos os registos referentes às nacionalidades, sendo que atribuímos o valor 1 para brasileira, 2 para portuguesa e 3 para outros, pois quando da realização do questionário a pergunta era aberta.

As questões relativas ao medo do crime foram compostas por sete itens a serem respondidos a partir de uma escala variável de muito inseguro (a) a muito seguro (a). Antes de proceder a análise, foi criado um índice do medo do crime, o qual detém consistência interna elevada, considerando o α de Cronbach observado de .843. De seguida, para que nossos resultados refletissem a insegurança, foi preciso inverter a variável.

Realizou-se, igualmente, a análise de consistência interna das restantes variáveis, tendo-se obtido os seguintes valores: i) percepção de risco de vitimação $\alpha = .740$; ii) percepções de desordens $\alpha = .773$; iii) atividades de rotina/lazer $\alpha = .809$ e iv) eficácia coletiva $\alpha = .873$.

Por sua vez, no caso das variáveis qualitativas, para testar se dois ou mais grupos independentes diferem relativamente a uma determinada característica, isto é, se a percentagens e frequência com que os elementos da amostra se repartem pelas classes de uma variável é ou não aleatória, utilizou-se o teste do *Chi-square* através dos *Crosstabs*. Ainda, para o caso das variáveis quantitativas ou do uso dos índices criados para comparar com as variáveis de respostas dicotómicas (e.g. sim e não, feminino e masculino, deslocado e natural), utilizamos o *independent T-Test*.

Os testes acima descritos foram utilizados para que pudéssemos proceder a caracterização descritiva de nossa amostra. De seguida, foram efetuados os testes de correlação bivariada, para perceber se existia ou não relação entre as variáveis do estudo, e, em caso afirmativo, observar se era positiva ou negativa. Para tal, a medida utilizada foi a de Spearman, assumindo que as variáveis seguem uma distribuição normal por $n > 30$ indivíduos.

Capítulo III – Resultados

Para obtermos os resultados finais da investigação, primeiramente apresentaremos a caracterização da nossa amostra de forma descritiva. Procederemos a descrição da amostra geral relacionando algumas variáveis ao género e o estatuto dos estudantes. A descrição amostral será apresentada por meio de valores percentuais, médias e desvios padrão, bem como pelo p-value nas situações em que procedemos o *independent T-Test* ou *Chi-square*.

Posteriormente, procederemos à correlação das dimensões constituintes do sentimento de insegurança em relação as demais variáveis observando num primeiro momento a amostra total, e de seguida, num quadro comparativo entre os estudantes deslocados e naturais.

Por fim, visando aprofundar os resultados em relação aos estudantes deslocados correlacionamos as variáveis aplicadas exclusivamente aquele grupo de estudantes, pertencentes ao grupo III : *Estudantes deslocados* no questionário aplicado.

1 Caracterização da amostra descritiva total comparação com os estudantes deslocados e naturais da cidade do Porto

1.1 Caracterização da amostra segundo o género, idade, habilitações literárias e vitimação

A tabela 1 seguinte refere-se às características sociodemográficas dos participantes do estudo, mais concretamente no que concerne às médias e desvios padrões de idade e género de estudantes deslocados e naturais. Do total 785 indivíduos que participaram do questionário, 421 (53,6%) deles são estudantes deslocados e 364 (46,4%) são naturais do Porto. Mais ainda, dos 785, 74,3% (n=583) são do género feminino e 25,7% (n=202) do género masculino. A média de idades da amostra total é 23,69, com uma variação na frequência das idades entre os 18 e os 67 anos, considerado o desvio padrão de SD= 6.924. Já a média de idades observada nos indivíduos do género masculino é (X= 25,11 anos), sendo superior à média de idades dos indivíduos do género feminino (X = 23,20), onde se verifica que esta diferença de idades em relação ao género é estatisticamente significativa ($p=.001$).

A média de idades dos estudantes deslocados do género feminino é 23,53 (SD= 5.894), enquanto a média de idades observada nos estudantes deslocados do género masculino é 25,99 (SD= 8.745), onde se verifica que esta diferença de idades em relação ao género é estatisticamente significativa ($p\text{-value}=.001$) para os estudantes deslocados, o que não ocorre de entre os estudantes naturais do Porto, cujo ($p\text{-value}=.092$) na comparação entre as médias e desvios padrões entre idade e género.

Adicionalmente, observamos que a média de idade dos estudantes deslocados é X=24,13, com um desvio padrão de 6.776, enquanto a média de idade dos naturais respondentes da pesquisa é um pouco menor, e corresponde a 23,18, com um desvio padrão de 7.067, porém, esta diferença não é estatisticamente significativa ($p\text{-value}=.055$).

Quanto às habilitações literárias, podemos observar que a escolaridade dos estudantes na amostra varia entre o 3º ciclo de estudos e o doutoramento. Verifica-se, através da tabela, que os estudantes naturais do Porto se concentram entre o Ensino Secundário (n=190) e a Licenciatura (n=108), com apenas 2 estudantes no 3º ciclo, 3 cursando Doutorado e 61 alunos no Mestrado. Já os estudantes deslocados distribuem-se de forma mais concentrada, sendo que 155 têm o Ensino Secundário, 149 possuem Licenciatura, 104 têm Mestrado e apenas 13 estão no Doutorado.

No que respeita à vitimação direta na amostra total nos últimos 12 meses, podemos observar que 635 (80,9%) dos estudantes não foram vítimas de crimes nos últimos 12 meses em comparação com 150 (19,1%) que foram vítimas de algum tipo de crime. Ainda no contexto

das vitimações, considerando a vitimação indireta, ou seja aquela sofrida por algum amigo, vizinho ou familiar nos últimos 12 meses, pode constatar-se que 377 (48,0%) estudantes não tiveram contato com nenhuma vítima de crime, frente a 408 (52,0%) estudantes que conhecem alguém (amigos, vizinhos, familiares) que tenha sido vitimado pelo crime nos últimos 12 meses.

De entre os 421 estudantes deslocados ou 53,6% da amostra, 348 ou 82,7% deles não foram vítimas de quaisquer dos 8 tipos de crimes questionados, contrastando com 73 ou 17,3% vitimados. De um total de 364 ou 46,4% estudantes naturais do Porto da nossa amostra, 287 ou 78,8% dos estudantes não foram vitimados e 77 ou 21,2% sofreram uma vitimação direta, contudo, esta diferença não é estatisticamente significativa dado o p-value ser igual a .175. Em relação à vitimação indireta 222 ou 52,7% dos estudantes deslocados conhecem alguém que foi vitimado nos últimos 12 meses, e, por sua vez, 199 ou 47,3% desconhecem alguém vitimado. Já 51,1% (n=186) dos estudantes não deslocados conhecem alguém vítima de crime no último ano e 178 ou 48,9%, não tiveram informações de pessoas próximas vitimadas (p-value=.648).

Para finalizar a descrição amostral quanto à vitimação direta nos últimos 12 meses podemos dizer que tanto os homens quanto as mulheres em sua maioria não foram vítimas diretas, relação significativa que se observa a partir do p-value .003. No contexto da vitimação indireta, 307 mulheres reportaram conhecer alguém vitimado nos últimos 12 meses, de entre os homens, 101 reportaram ser vitimados vicariantes, porém a relação não foi significativa (p-value= .515). Por fim, podemos identificar o p-value obtido ao compararmos o medo do crime e as vitimações, entre a vitimação direta observamos uma média $X=2,164$, com um desvio padrão de .657 para não vítimas e média $X=2,278$, com um desvio padrão de .659 para vitimados, entretanto, não obtivemos resultado com significância estatística (p-value=.091). Entretanto, na relação entre vitimação indireta e medo do crime, observamos significância estatística (p-value=.000), considerando média $X=2,064$ com um desvio padrão de .568 para não vítimas e média $X=2,227$, com um desvio padrão de .688 para vitimados (tabela não apresentada).

Tabela 1

Gênero e idade da amostra geral, estudantes deslocados e estudantes naturais

	Amostra Total	Deslocados	Naturais	p-value	Gênero Feminino	Gênero Masculino	p-value
n	785	421	364	.055	583	202	.001
%	100%	53,6%	46,4%		74,3%	25,7%	
X±SD	23,69±6,924	24,13±6,776	23,18±7,067		23,20±5,968	25,11±9,008	
Min - Max	18 - 67	18 - 65	18 - 67		18 - 64	18 - 67	

Gênero e idade dos estudantes deslocados e estudantes naturais

	Género Feminino Deslocados	Género Masculino Deslocados	p. value	Género Feminino Naturais	Género Masculino Naturais	p. value
n	318	103		265	99	
X±SD	23,53±5,894	25,99±8,745	.001	22,80±6,044	24,20±9,228	.092

Vitimação da amostra geral, estudantes deslocados e estudantes naturais (%)									
		Amostra Total	Medo do Crime	Deslocados	Naturais	p. value	Gênero Feminino	Gênero Masculino	p. value
Direta	Sim n%	19,1%	.091	73	77	.175	97	53	.003
	Não n%	80,9%		348	287		486	149	
Indireta	Sim n%	52,0%	.000	222	186	.648	307	101	.515
	Não n%	48,0%		199	178		276	101	

1.2 Caracterização da amostra segundo contexto residencial, tempo vivendo no Porto, situação financeira e bem-estar

Ainda no âmbito do contexto sociodemográfico dos respondentes, podemos observar na tabela 2 a caracterização relativa ao contexto residencial. A maior parte da amostra mora em residência própria (n=345), outros 155 residem em habitações completas arrendadas, 148 vivem em quartos arrendados em imóvel partilhado com pessoas desconhecidas, 93 vivem em quartos arrendados em imóvel partilhado com pessoas conhecidas. Os demais 5,5% da nossa amostra reside em residências de estudantes da UP e em residências de estudantes privada.

De entre os estudantes naturais do Porto, 282 ou 77,5% deles vive em residência própria, 19% ou (n=69) reside em habitações completas arrendadas e apenas 2,2% destes estudantes vivem em outros tipos de habitações. O contexto residencial dos estudantes deslocados é um pouco diferente, pois 144 ou 34,2% deles residem em quartos arrendados em imóvel partilhado com pessoas desconhecidas, 20,9% (n=88) vivem em quartos arrendados em imóvel partilhado com pessoas conhecidas anteriormente, (n=86) ou 20,4% reside em habitações completas arrendadas. Em residência própria existem apenas 15% (n=63) dos estudantes deslocados.

Relativamente à duração de vivência na cidade do Porto, nos resultados, a partir da amostra total observa-se que 296 dos estudantes sempre viveram no Porto e apenas 54

indivíduos residem há mais de 5 anos na cidade do Porto. De entre os estudantes naturais, observamos o mesmo padrão, pois 291 ou 79,9% dos estudantes sempre viveram no Porto e 16 ou 4,4% residem há mais de 5 anos na cidade do Porto. O perfil dos estudantes deslocados em relação ao tempo de residência no Porto pode ser descrito da seguinte forma: 234 ou 55,6% moram no Porto entre 1 a 5 anos, 144 ou 34,2% residem há menos de 1 ano na cidade.

Tabela 2				
Contexto residencial da amostra geral, estudantes deslocados e estudantes naturais				
	Amostra Total	%	Deslocados	Naturais
Residência própria	345	43,9	63	282
Habitação completa arrendada	155	19,7	86	69
Quarto arrendado em imóvel partilhado com pessoas conhecidas anteriormente	93	11,8	88	5
Quarto arrendado em imóvel partilhado com pessoas desconhecidas	148	18,9	144	4
Residência de estudantes dependente da UP (SASUP)	26	3,3	23	3
Residência de estudantes privada	18	2,3	17	1
Tempo no Porto - amostra geral, estudantes deslocados e estudantes naturais				
	Amostra Total	%	Deslocados	Naturais
Há menos de 1 ano	162	20,6	144	18
Entre 1 a 5 anos	273	34,8	234	39
Há mais de 5 anos	54	6,9	38	16
Sempre vivi no Porto	296	37,7	5	291

Na tabela 3 encontram-se dados referentes a situação económica dos estudantes, primeiramente, em relação a satisfação geral com o rendimento familiar, observa-se que 358 da amostra total (45,6%) estão razoavelmente satisfeitos com o rendimento financeiro familiar, observada a média de 3,08 (SD= .847). Sobre os estudantes deslocados, observamos que 203 ou 48,2%, assim como na amostra geral, também estão razoavelmente satisfeitos com o rendimento financeiro familiar, observada a média de 3,06 (SD= .837). Os estudantes naturais do Porto seguem a mesma lógica dos resultados, sendo 155 ou 42,6% razoavelmente satisfeitos com rendimento financeiro familiar, considerada a média 3,11 (SD=.859). A diferença entre deslocados e não deslocados não é estatisticamente significativa, pois o p-value observado é de .393.

De seguida, ainda tratando de dados referentes a situação económica dos estudantes, foram aplicadas quatro questões no questionário sobre a preocupação financeira, posteriormente foi criando um índice (α de Cronbach = 0,773) para absorver as perceções dos respondentes. Para a amostra total, numa escala de 1 a 5, observou-se a média de $X = 3,217$. Por sua vez, nos estudantes deslocados a média desta variável de $X = 3,967$, enquanto que nos estudantes naturais a média observada é de $X = 2,348$, sendo tal diferença estatisticamente significativa ($p\text{-value} = .000$).

No tocante ao bem-estar geral, mais de metade de nossa amostra reporta sentir-se satisfeita com a vida que leva ($n=455$), 150 participantes não se mostram nem insatisfeitos e nem satisfeitos. Um total de 100 estudantes refere sentir-se muito satisfeito e apenas 10,2% dos estudantes que responderam ao questionário se mostram insatisfeitos com a vida, considerando insatisfeitos e muito insatisfeitos, observada a média de $X = 3,71$ ($SD .860$). No que respeita aos estudantes deslocados, 248 ou 58,9% responderam estar satisfeitos com o bem-estar de sua vida, 77 ou 18,3% não se consideram nem insatisfeitos e nem satisfeitos, 48 ou 11,4% estão muito satisfeitos com seu bem-estar e 11,4% estão insatisfeitos ou muitos insatisfeitos. No mesmo sentido, os estudantes naturais do Porto, 207 ou 56,9% responderam estar satisfeitos com o bem-estar de sua vida, 73 ou 20,1% não se consideram nem insatisfeitos e nem satisfeitos, 52 ou 14,3% estão muito satisfeitos com seu bem-estar e 8,8% estão insatisfeitos ou muitos insatisfeitos. A diferença entre as duas amostras não é estatisticamente significativa.

Tabela 3

Preocupação Financeira da amostra geral, estudantes deslocados e estudantes naturais								
	Amostra total			Deslocados		Naturais		p-value
X±SD	3,2172±.97928			3,9679±.5200		2,3489±.59048		.000
Satisfação com o rendimento financeiro familiar da amostra geral, estudantes deslocados e estudantes naturais								
	Amostra Total	%	X±SD	Deslocados	X±SD	Naturais	X±SD	p. value
Muito insatisfeito	47	6,0	3,08±0,847	26	3,06±0,837	21	3,11±0,859	.393
Insatisfeito	110	14,0		57		53		
Razoavelmente satisfeito	358	45,6		203		155		
Satisfeito	270	34,4		135		135		
Bem-estar da amostra geral, estudantes deslocados e estudantes naturais								
	Amostra Total	%	X±SD	Deslocados		Naturais		p. value
Muito insatisfeito	15	1,9	3,71±0,860	11		4		.360

Insatisfeito	65	8,3	37	28
Nem insatisfeito, nem satisfeito	150	19,1	77	73
Satisfeito (a)	455	58,0	248	207
Muito satisfeito (a)	100	12,7	48	52

1.3 Caracterização da amostra segundo situação profissional, nacionalidade e estado civil

A seguir, na tabela 4, podemos identificar a situação profissional dos participantes, onde se verifica que a predominância amostral são de estudantes, totalizando 604 indivíduos (76,9%), seguidos de 104 trabalhadores-estudantes (13,2%). Os números demonstram uma constância nesse padrão também entre os deslocados e naturais, onde, entre os deslocados 331 ou 78,6% são apenas estudantes, seguidos de 49 ou 11,6% trabalhadores-estudantes. Por sua vez, nos estudantes naturais, observamos 273 ou 75% de estudantes, com 55 ou 15,1% de trabalhadores-estudantes, sendo que tais valores possuem significância estatística (p-value= .000).

Nas informações sobre a nacionalidade da amostra, 617 ou 78,6% estudantes são de nacionalidade portuguesa, 149 ou 19% são brasileiros e apenas 19 ou 2,4% dos inquiridos possuem outra nacionalidade (e.g. cabo-verdianos, chilenos, colombianos, entre outros). De entre os estudantes deslocados 276 ou 65,6% deles são de nacionalidade portuguesa, 131 ou 31,1% são brasileiros e 14 ou 3,3% são de outra nacionalidade. Os naturais são compostos de 341 ou 93,7% deles são de nacionalidade portuguesa, 18 ou 4,9% são brasileiros e 5 ou 1,4% são de outra nacionalidade, onde tais valores possuem significância estatística (p-value= .000).

Referente ao estado civil, constata-se que a maioria da amostra total é composta por estudantes solteiros (n=698), 80 casados, 6 separados, identificando-se apenas 1 viúvo. De entre os estudantes deslocados, 370 ou 87,9% deles são solteiros, 47 ou 11,2% casados, 3 ou 0,7% separados/divorciados e 1 ou 0,2% viúvo. Nos estudantes naturais, temos um percentual de 90,1% (n=328) solteiros, 9,1% (n=33) casados e 0,8% (n=3) separados/divorciados, não observados significância estatística em relação à comparação do estado civil dos estudantes (p-value= .315).

Tabela 4

Situação profissional da amostra geral, estudantes deslocados e estudantes naturais					
	Amostra Total	%	Deslocados	Naturais	p-value
Empregado por conta própria (empregador)	12	1,5	9	3	.000
Empregado por conta de outrem (funcionário)	35	4,5	19	16	
Estudante	604	76,9	331	273	
Trabalhador-Estudante	104	13,2	49	55	
Desempregado	25	3,2	11	14	
Reformado/ Pensionista	5	,6	2	3	

Nacionalidade da amostra geral, estudantes deslocados e estudantes naturais					
	Amostra Total	%	Deslocados	Naturais	p-value
Brasileira	149	19,0	131	18	.000
Portuguesa	617	78,6	276	341	
Outras	19	2,4	14	5	

Estado civil da amostra geral, estudantes deslocados e estudantes naturais					
	Amostra Total	%	Deslocados	Naturais	p-value
Solteiro	698	88,9	370	328	.315
Casado/vivendo em união de facto	80	10,2	47	33	
Separado/Divorciado	6	,8	3	3	
Viúvo	1	,1	1	0	

1.4 Caracterização da amostra segundo desordens, atividades de rotina e eficácia coletiva

Ao descrevermos a amostra no que tange às percepções de desordens ($p\text{-value} = .439$) e as atividades de rotina ($p\text{-value} = .799$), observamos que não há diferenças entre os estudantes deslocados e estudantes naturais para estas variáveis, conforme dados extraídos da tabela 5 abaixo, na qual, também apresentamos dados referentes a média e desvio padrão da amostra geral.

Já em relação aos dados da eficácia coletiva, observamos que os estudantes deslocados tem uma percepção média de 2,988 ($SD = .713$), enquanto os estudantes naturais tem maior média, identificada em 3,349 ($SD = .804$). Há uma diferença estatisticamente significativa na média da eficácia coletiva ($p\text{-value} = .000$), onde os estudantes naturais apresentam valores mais elevados. Ou seja, confiam mais que seus vizinhos vão chamar a polícia caso verifiquem alguém suspeito, sentem que sua comunidade é unida, que as pessoas podem confiar e que tomam conta umas das outras.

Tabela 5

Desordens, atividades de rotina e eficácia coletiva amostra geral, estudantes deslocados e estudantes naturais

	Amostra total - X±SD	Deslocados - X±SD	Naturais - X±SD	p-value
Desordens	1,858 ± ,473	1,840 ± ,455	1,814 ± ,493	.439
Atividades de Rotina	3,494 ± ,757	3,501 ± ,756	3,487 ± ,759	.799
Eficácia coletiva	3,155 ± ,777	2,988 ± ,713	3,349 ± ,804	.000

1.5 Caracterização da amostra segundo o sentimento de insegurança

Na próxima tabela encontram-se os resultados que concernem à caracterização da amostra relativamente às variáveis que constituem o sentimento de insegurança.

Tabela 6

Médias e desvios padrões do medo do crime da amostra geral das variáveis constituintes do sentimento de insegurança: medo do crime, percepção do risco e adoção de comportamentos. Comparação dos valores para o género, estudantes deslocados e naturais

Variáveis	Amostra Geral- X±SD	Deslocados - X±SD	Naturais - X±SD	p. value	Género Feminino	Género Masculino	p. value
Medo do crime	2,143 ± ,638	2,184 ± ,658	2,107 ± ,612	.093	2,246 ± ,625	1,868 ± ,591	.000
Percepção do risco⁸	2,500 ± ,658	2,609 ± ,643	2,512 ± ,672	.039	2,627 ± ,661	2,382 ± ,615	.000
Comportamento⁹	1,700 ± ,436	1,739 ± ,436	1,788 ± ,436	.121	1,818 ± ,434	1,600 ± ,403	.000

Medo do crime e género dos estudantes deslocados e estudantes naturais						
	Género Feminino Deslocados	Género Feminino Naturais	p. value	Género Masculino Deslocados	Género Masculino Naturais	p. value
n	318	265	.089	103	99	.963

Os índices do medo do crime e do risco de vitimação variam entre 1 e 5. A adoção de comportamentos varia entre 0

Na tabela 6, começamos pela variável medo do crime. Percebe-se que a média de medo do crime da amostra geral é $X=2,143$ ($SD= .638$), num índice que varia entre 1 e 5. No que concerne à percepção do risco de vitimação verifica-se que o valor médio desta variável é de $X=2,500$ ($SD= .658$), num índice que varia entre 1 e 5. Por último, relativamente à variável comportamental do sentimento de insegurança, conclui-se a partir da tabela que o valor médio da adoção de comportamentos (de evitamento, proteção e autodefesa) é $X=1,700$ ($SD= .436$), num índice que varia entre 1 e 4.

⁸ Para efeitos de formatação, a variável percepção do risco de vitimação será designada, nas tabelas como “Percepção do risco”.

⁹ Para efeitos de formatação, a variável adoção de comportamentos por razões de segurança será designada nas tabelas como “Comportamento”.

Comparando os estudantes deslocados e os estudantes naturais, não observamos significância estatística na diferença dos níveis de medo do crime ($p\text{-value} = .093$) e nos comportamentos ($p\text{-value} = .121$). Já para a dimensão da percepção de risco, constata-se que os estudantes deslocados possuem uma média de $X=2,609$ ($SD = .643$), superior à dos estudantes naturais ($X=2,512$, $SD = .672$, sendo que esta diferença é estatisticamente significativa ($p\text{-value} = .039$).

Quando se analisam os níveis das variáveis comparando para o género masculino e feminino, encontram-se diferenças estatisticamente significativas. Com efeito, relativamente aos comportamentos adotados, a média para as mulheres é de 1,818 ($SD = .434$) e para os homens de 1,600 ($SD = .403$), com um $p\text{-value} = .000$. Da mesma forma, para a dimensão da percepção de risco, as mulheres apresentam uma média de 2,627 ($SD = .661$) superior à dos indivíduos do género masculino $X= 2,382$ ($SD = .615$), com um $p\text{-value}$ igual a .000. Por último, no que concerne ao medo do crime, as mulheres possuem uma média de 2,246 ($SD = .625$), em comparação à média de 1,868 dos homens ($SD = .591$), onde, novamente, a diferença é estatisticamente significativa ($p\text{-value} = .000$). Ainda, no intuito de identificar se o estatuto de estudantes deslocado ou natural tinha influência sobre o medo do crime em relação ao género, não obtivemos significância, mulheres ($p\text{-value} = .089$) e homens ($p\text{-value} = .963$).

Na presente dissertação optou-se, também, por operacionalizar o medo do crime de uma forma complementar tendo em vista os mais recentes desenvolvimentos da literatura científica (Farrall & Gadd, 2004; Gray, Jackson, & Farrall, 2011). Observaremos os resultados na tabela 7. Assim, em primeiro lugar, questionou-se aos participantes se sentiram medo de ser vítima de algum tipo de crime no último ano. Podemos verificar que dos 785 estudantes respondentes do presente questionário, 425 (54,1%) deles em algum momento teve medo com a possibilidade de ser vítima de algum tipo de crime, frente a 360 (45,9%) que não sentiram medo. De entre os respondentes da amostra total que sentiram medo, 30,1% ($n= 236$) se sentiram um pouco medrosos, seguidos por aqueles bastante medrosos 18,1% ($n= 147$), 7,1% ou ($n=56$) da amostra nas ocasiões reportaram não se sentirem muito medrosos e apenas 2,8% ($n= 22$) reportaram se sentir muito medrosos.

Tabela 7								
Medo de ser vítima nos últimos 12 meses, amostra total, género, estudantes deslocados e naturais								
Amostra Total	%	Deslocados	Naturais	p-value	Género Feminino	Género Masculino	p-value	

Medo do Crime	Sim	425	54,1	252	173	.001	351	74	.000
	Não	360	45,9	169	191		232	128	
Intensidade de medo da amostra total, género, estudantes deslocados e estudantes naturais									
Não muito medroso		56	7,1	33	23	.508	29	27	.000
Um pouco medroso		236	30,1	147	89		191	45	
Bastante medroso		147	18,7	80	67		129	18	
Muito medroso		22	2,8	13	9		20	2	

Os estudantes deslocados referiram sentir mais medo no último ano ($n=252$) em comparação aos estudantes naturais ($n=173$), sendo esta uma diferença estatisticamente significativa ($p\text{-value} = .001$). Da mesma forma, as mulheres reportaram sentir mais medo ($n=351$) do que os homens ($n=74$), sendo que esta diferença tem relevância estatística ($p\text{-value} = .000$).

Em relação à intensidade do medo, os dados extraídos refletem que na amostra total 30,1% se sentiu um pouco medroso na última ocasião em que sentiu medo, seguido de 18,7% de participantes que experienciaram sentir-se bastante medrosos. Apenas 2,8% referiram terem-se sentido muito medrosos. A relação entre os estudantes deslocados e naturais apresentou o mesmo padrão, com dados não estabelecendo diferença ($p\text{-value} = .508$), enquanto que para o género, a relação entre as variáveis apresentou valores relevantes estatisticamente ($p\text{-value} = .000$).

1.6 Caracterização dos estudantes deslocados de forma aprofundada

Para que pudéssemos identificar possíveis diferenças entre os estudantes deslocados e os naturais do Porto, a parte final de nosso questionário continha um conjunto de questões destinadas apenas para os que reportaram ser estudantes deslocados.

Em primeiro lugar, verifica-se a partir da tabela 8 que quase metade dos estudantes deslocados ($n=193$) tinham familiaridade com o Porto, enquanto 54,2% não conheciam a cidade. Adicionalmente, constata-se que a maioria da amostra de estudantes deslocados veio sozinho para o Porto (66,0% dos estudantes).

Pretendeu-se, também, compreender a facilidade experienciada pelos participantes para encontrar alojamento no Porto. Assim, dos 421 estudantes deslocados, 57,3%

consideraram difícil ou muito difícil encontrar um alojamento para viver e apenas 5,2% acharam muito fácil encontrar um local para viver.

No que diz respeito à interação com pessoas do seu país, 58,7% dos estudantes declararam-se satisfeitos com o grau de interação, 31,1% estão muito satisfeitos, os outros 9,2% equivalem aos insatisfeitos ou muito insatisfeitos. No mesmo sentido converge a satisfação no que se refere à interação com os portugueses, 76,0% dos estudantes se declararam satisfeitos ou muito satisfeitos com o grau de interação.

Sequencialmente, procurou-se analisar quão similares eram as experiências e comportamentos com os das pessoas que partilhavam a sua cultura ou localidade. Assim, 49,4% dos estudantes deslocados consideram que as suas experiências e comportamentos são semelhantes, 20,2% entendem que é muito semelhante a realidade e 10,9% entendem que as suas experiências e comportamentos no Porto não são nada parecidos com os da sua cultura e/ou localidade de origem. O mesmo questionamento foi aplicado visando perceber a similaridade com as experiências e comportamentos dos portugueses. Deste modo, verificou-se que 36,8% dos estudantes deslocados entende o ambiente como parecido, 17,6% acham pouco parecida, 14,0% acham muito parecida e apenas 1,7% acha em nada parecidas as atitudes e comportamentos com os dos portugueses.

Por fim, importa analisar os dados referentes à percepção de criminalidade na cidade do Porto reportada pelos estudantes em comparação ao local onde viviam anteriormente. Posto isto, 56,1% dos estudantes considera que a criminalidade na cidade do Porto é maior que em comparação seu local de origem, 32,8% tem a percepção de que a criminalidade no Porto é menor e 10,2% percebe o crime de forma igual em ambos os locais.

Tabela 8		
Estudantes Deslocados: familiaridade anterior com o Porto		
	Deslocados	%
Sim	193	45,8
Não	228	54,2
Estudantes Deslocados: veio viver sozinho para o Porto		
Sim	278	66,0
Não	142	33,7
Estudantes Deslocados: Facilidade para encontrar alojamento		
	Deslocados	%
Muito difícil	98	23,3
Difícil	143	34,0

Nem fácil, nem difícil	98	23,3
Fácil	59	14,0
Muito Fácil	22	5,2
Estudantes Deslocados: Satisfação na interação com pessoas do seu país		
Muito insatisfeito	9	2,1
Insatisfeito	30	7,1
Satisfeito	247	58,7
Muito satisfeito	131	31,1
Estudantes Deslocados: Similaridade com local de origem		
Nada parecido	8	1,9
Pouco parecido	38	9,0
Nem parecido, nem diferente	74	17,6
Parecido	208	49,4
Muito parecido	85	20,2
Estudantes Deslocados: Similaridade com o Porto		
Nada parecido	7	1,7
Pouco parecido	74	17,6
Nem parecido, nem diferente	119	28,3
Parecido	155	36,8
Muito parecido	59	14,0
Estudantes Deslocados: Criminalidade no Porto em comparação ao local origem		
Menor	138	32,8
Igual	43	10,2
Maior	236	56,1

2 Relação entre variáveis

Após termos caracterizado a amostra, analisando as diferenças nas principais variáveis entre estudantes deslocados e naturais da cidade do Porto, importa agora percebermos as relações existentes entre as variáveis do estudo. Na apresentação dos resultados, destacaremos as correlações significativas.

2.1 Sentimento de insegurança e variáveis na amostra geral

Na tabela 9 abaixo apresentam-se os resultados das correlações encontradas entre as variáveis para a amostra total.

Tabela 9

Correlações entre as variáveis constituintes do sentimento de insegurança (medo do crime, percepção do risco de vitimação e comportamento) e variáveis na amostra geral										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 Medo do crime	-	.385**	.403**	-.124**	-.093**	.283**	-.235**	-.192**	-.259**	-.132**
2 Percepção do risco	-	-	.253**	.084*	-.035	.321**	-.111**	-.056	-.162**	-.147**
3 Comportamento	-	-	-	-.194**	-.140**	.214**	-.053	-.109**	-.219**	-.104**
4 Idade	-	-	-	-	.096**	.056	-.019	-.120**	.121**	-.092**
5 Preocupação Económica	-	-	-	-	-	-.059	-.159**	.010	.084*	-.025
6 Desordens	-	-	-	-	-	-	-.248**	.078*	-.023	-.149**
7 Eficácia coletiva	-	-	-	-	-	-	-	.071*	-.043	.134**
8 Atividade de Rotina	-	-	-	-	-	-	-	-	.001	.192**
9 Género¹⁰	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-.011
10 Bem-estar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
*A correlação é significativa ao nível 0.05 (2-tailed)										
** A correlação é significativa ao nível 0.01 (2-tailed)										

Assim, destaca-se a correlação positiva entre o medo do crime e a percepção do risco de vitimação ($r = .385$), entre o medo do crime e a adoção dos comportamentos de segurança ($r = .403$) e o medo do crime com as percepções de desordens ($r = .283$). Seguidamente, verifica-se também que o medo do crime se correlaciona negativamente com a idade ($r = -.124$), com as preocupações financeiras ($r = -.093$), com a eficácia coletiva ($r = -.235$), com as atividades de rotina ($r = -.192$), com o género ($r = -.259$) e com o bem-estar ($r = -.132$). Ou seja, quanto mais velho o estudante, menor o medo do crime. Também podemos dizer que quanto maior o medo do crime, menores as preocupações económicas e vice-versa. Ademais, quanto mais elevada é a eficácia coletiva, menores os níveis do medo do crime. Paralelamente, quanto maiores os níveis de atividades de rotina, que se concretizam, por exemplo, por estudar fora de casa e se reunir com amigos, menos medo os indivíduos reportam. Em relação ao género, o que se observa é que as mulheres possuem mais medo do crime do que os homens. Sobre o bem-estar, quando maior o medo do crime, menor a sensação de bem-estar.

Por sua vez, a percepção do risco de vitimação relaciona-se positivamente com os comportamentos de segurança ($r = .253$), com a idade ($r = .084$), e com as percepções de desordens ($r = .321$). O que significa dizer que quanto mais comportamentos por razões de segurança forem adotados, maiores as percepções de risco de vitimação. Da mesma forma, quanto mais velho for

¹⁰ Para realizarmos a correlação entre o género (variável dicotómica) e as dimensões do sentimento de insegurança, consideramos género feminino como “1” e género masculino como “2”, uma correlação negativa entre, por exemplo, o género e o medo do crime significa que os indivíduos do género masculino experienciam níveis mais baixos de medo do crime.

o estudante, maior será a sua percepção de risco e vice-versa. Adicionalmente, quanto maiores as percepções de desordens, mais elevadas são as percepções de risco e vice-versa.

Porém, a percepção de risco possui relação negativa, com as variáveis eficácia coletiva ($r = -.111$), género ($r = -.162$) e bem-estar ($r = -.132$). Dessa forma, quanto maior a eficácia coletiva, menores as percepções de risco, assim quanto menor a eficácia coletiva, maior o risco percebido. No mesmo sentido, são as mulheres que tem maior percepção de risco de vitimação. Identificamos que quanto maior o risco percebido, menor o bem-estar sentido. Não há, no entanto, uma correlação estatisticamente significativa entre a percepção de risco de vitimação e a preocupação económica e as atividades de rotina.

Em relação à adoção de comportamentos, constata-se que esta se correlaciona negativamente com a idade ($r = -.194$), com a preocupação económica ($r = -.140$), com as atividades de rotina ($r = -.109$), com o género ($r = -.219$) e bem-estar ($r = -.104$). Logo, quanto maior a idade dos participantes, menos comportamentos por razões de segurança são adotados e vice e versa. Da mesma forma, quanto menos comportamentos em razão de segurança são adotados, maior a preocupação económica, mais frequentemente as atividades de rotina são realizadas e maior a sensação de bem-estar. Ademais, podemos dizer que os homens adotam menos comportamentos de segurança. Os comportamentos de segurança possuem uma relação significativa com quase todas as variáveis, exceto em relação a eficácia coletiva ($r = -.053$). Portanto, é positiva a correlação entre os comportamentos em razões de segurança e as percepções de desordens ($r = .214$), o que significa dizer que quanto mais desordem é percebida no ambiente, mais comportamentos são adotados, de forma que o inverso também é verdadeiro.

Adicionalmente, observa-se uma correlação estatisticamente significativa e positiva entre a idade e a preocupação económica ($r = .096$), sugerindo que os indivíduos mais velhos possuem uma menor preocupação a esse nível (embora seja uma correlação baixa). Por sua vez, a idade também se correlaciona positivamente com o género ($r = .121$), e de forma negativa com as atividades de rotina ($r = -.120$) e com o bem-estar ($r = -.092$). Assim, quanto mais elevada é a idade, menores são as atividades de rotina e a sensação de bem-estar.

A preocupação económica possui uma relação significativa negativa com a eficácia coletiva ($r = -.159$) e positiva com o género ($r = .084$), em outras palavras, quando as pessoas se sentem economicamente preocupadas têm maior percepção de ineficácia da eficácia coletiva e são os homens que têm maior preocupação económica.

Ainda, constata-se que a eficácia coletiva está positivamente correlacionado com a atividade de rotina ($r = .071$) e com o bem-estar ($r = .134$). Isto é, quanto maiores as percepções

de eficácia coletiva, as atividades de rotina são mais desenvolvidas, e para os ambientes com menor eficácia coletiva, as atividades acabam por ser restringidas pelos indivíduos. Por último, a atividade de rotina está correlacionada positivamente com o bem-estar ($r = .192$), sendo assim, quanto mais atividades de rotina e lazer são desenvolvidas, maior a sensação de bem-estar e vice-versa. O bem-estar apenas não se correlaciona com a preocupação econômica e com o gênero.

2.2 Sentimento de insegurança - estudantes deslocados e naturais

Passamos para as correlações encontradas entre as variáveis na amostra de estudantes deslocados e naturais, demonstradas na tabela 10 abaixo.

Tabela 10

Correlações entre as variáveis constituintes do sentimento de insegurança (medo do crime, percepção do risco de vitimação e comportamento) e demais variáveis quantitativas para os estudantes deslocados												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1 Medo do crime	-	.377**	.445**	-.193**	-.273**	.240**	-.223**	-.189**	.219**	.260**	-.037	-.272**
2 Percepção do risco	-	-	.302**	.009	-.227**	.317**	-.070	-.092	.180**	.229**	-.135**	-.225**
3 Comportamento	-	-	-	-.236**	-.178**	.247**	-.122*	-.132**	.205**	.197**	-.021	-.243**
4 Idade	-	-	-	-	.142**	.023	.045	-.079	-.061	-.096	-.050	.156**
5 Preocupação Económica	-	-	-	-	-	-.110*	.096*	.021	-.163**	-.220**	-.042	.264**
6 Desordens	-	-	-	-	-	-	-.255**	.069	.131**	.152*	-.081	-.006
7 Eficácia coletiva	-	-	-	-	-	-	-	.066	-.040	-.026	.074	-.041
8 Atividade de Rotina	-	-	-	-	-	-	-	-	-.086	.026	.205**	-.011
9 Frequência medo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	.105	-.144**	-.091
10 Quanto medo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-.015	-.225**
11 Bem-estar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-.030
12 Gênero	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Correlações entre as variáveis constituintes do sentimento de insegurança (medo do crime, percepção do risco de vitimação e comportamento) e demais variáveis quantitativas para os estudantes naturais												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1 Medo do crime	-	.391**	.361**	-.051	-.233**	.331**	-.235**	-.198**	.126*	.304**	-.251**	-.241**
2 Percepção do risco	-	-	.210**	.153**	-.114*	.323**	-.122*	-.019	.038	.231**	-.155**	-.091
3 Comportamento	-	-	-	-.141**	-.156**	.183**	-.012	-.082	-.035	.298**	-.213**	-.196**
4 Idade	-	-	-	-	.001	.086	-.051	-.169**	-.016	-.126	-.136**	.088
5 Preocupação Económica	-	-	-	-	-	-.179**	.024	-.013	-.053	-.209**	-.091	.128*
6 Desordens	-	-	-	-	-	-	-.241**	.088	.020	.123	-.224**	-.038
7 Eficácia coletiva	-	-	-	-	-	-	-	.086	.071	-.061	.185**	-.062
8 Atividade de Rotina	-	-	-	-	-	-	-	-	-.093	-.027	.177**	.015

9 Frequência medo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	.065	-.048	-.032
10 Quanto medo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-.134	-.253**
11 Bem-estar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	.009
12 Género	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Podemos identificar que o medo do crime para os estudantes deslocados possui relação estatisticamente significativa positiva com a percepção de risco ($r = .377$), com os comportamentos de segurança ($r = .445$), com as desordens ($r = .240$), com a frequência de medo no último ano ($r = .219$) e quantificação do medo ($r = .260$). Isto é, quanto maior o medo do crime, maiores as percepções de risco, maiores os comportamentos de segurança adotados, maiores as percepções de desordens, acederam ao medo com maior frequência no último ano e também reportaram ter mais medo, e assim, inversamente.

De maneira negativa, o medo do crime se correlaciona com as demais variáveis, sendo significativa a correlação com a preocupação económica ($r = -.273$), com a eficácia coletiva ($r = -.223$), com as atividades de rotina ($r = -.189$) e com o género ($r = -.272$). O que significa dizer que quanto maior a preocupação económica, a eficácia coletiva e as atividades de rotina, menor é o medo do crime.

De entre os estudantes naturais, o medo do crime e a idade ($r = -.051$) não possuem correlação, diferente dos estudantes deslocados que possuem correlação negativa existente entre o medo do crime e a idade ($r = -.193$). Por outro lado, enquanto nos estudantes naturais se observa uma correlação negativa entre a satisfação com a vida ($r = -.251$) e medo do crime, nos estudantes deslocados não apresentam correlação significativa ($r = -.037$).

A percepção do risco e a idade nos estudantes deslocados não possui correlação significativa ($r = .009$). Já entre a percepção de risco e a idade nos estudantes naturais ($r = .153$) observa-se uma correlação positiva, ou seja, quanto maior a idade, maior o medo. Para os estudantes deslocados observamos correlações positivas entre as percepções de risco e as desordens ($r = .317$), a frequência do medo ($r = .180$) e a quantidade de medo ($r = .229$), o que ocorre de modo similar com os naturais, desordens ($r = .323$) e quantidade de medo ($r = .231$), porém não há relação entre a percepção de risco e a frequência de medo para tais estudantes.

Os comportamentos de segurança dos estudantes deslocados possuem correlações com quase todas as variáveis, exceto com o bem-estar. Já para os estudantes naturais, os comportamentos e a variável do bem-estar apresentam correlação negativa ($r = -.213$), enquanto com as demais variáveis não verificamos tantas correlações como naqueles deslocados.

A idade para os estudantes deslocados apenas se correlaciona positivamente com a preocupação económica ($r = .142$) e com o género ($r = .156$), o que significa dizer que quanto mais velhos os estudantes deslocados, maior a preocupação económica percebida e no sentido inverso, os mais novos, se mostram mais despreocupados. Já para os estudantes locais, a idade se correlaciona negativamente com as atividades de rotina ($r = -.169$) e o bem-estar ($r = -.136$), isto é quanto maior a idade, menos atividades de rotina e bem-estar percebido, quanto menor a idade, maiores as atividades de rotina e o bem-estar experienciado.

A preocupação económica correlaciona-se positivamente com a eficácia coletiva ($r = .096$) e com o género ($r = .264$), e negativamente com as desordens ($r = -.110$), com a frequência do medo ($r = -.163$) e com a quantidade de medo ($r = -.220$). Para os estudantes naturais a preocupação económica também correlacionar-se negativamente com as desordens ($r = -.179$) e com quantidade de medo ($r = -.209$).

As percepções de desordens não se correlacionam com as atividades de rotina para ambas amostras de estudantes, nomeadamente deslocados e naturais. As desordens e o bem-estar também não se correlacionam entre os estudantes deslocados, já de entre os estudantes naturais apresenta correlação negativa ($r = -.224$). Os estudantes deslocados apresentam correlações positivas entre as desordens e a frequência do medo ($r = .131$) e quantidade de medo ($r = .152$), correlação sequer significativa para os estudantes naturais.

A eficácia coletiva correlaciona-se positivamente com o bem-estar ($r = .185$) na amostra dos estudantes naturais, as demais correlações para os estudantes naturais e para os deslocados não são significativas. As atividades de rotina estão positivamente associadas ao bem-estar, tanto para os estudantes deslocados ($r = .205$), como para os naturais ($r = .177$). Interessante observar que a frequência de medo se correlaciona negativamente com o bem-estar para a amostra dos estudantes deslocados ($r = -.144$), assim podemos dizer que quanto mais frequente o medo, menor o bem-estar daqueles estudantes, e quanto maior o bem-estar, menor a frequência do medo. Já a quantidade de medo e género possuem relação negativa significativa quase idêntica para deslocados ($r = -.255$) e naturais ($r = -.253$).

2.3 Relação entre medo do crime e variáveis exclusivas dos estudantes deslocados

Agora, adentrando com maior especificidade no medo do crime dos estudantes deslocados, considerando as questões feitas apenas para esse grupo da amostra, observam-se algumas correlações significativas para considerar. Em primeiro lugar, constata-se uma

correlação negativa ($r = -.143$) entre o medo do crime e a facilidade para encontrar um alojamento. Isto é, quanto mais fácil foi para os estudantes encontrar um local para viverem na cidade do Porto, menos medo do crime eles reportam experienciar. Existe, também, uma correlação entre a interação com pessoas do seu país/da sua origem ($r = -.243$) e o medo do crime. Isto é, quanto mais os indivíduos referem interagir com pessoas do seu país de origem menos medo do crime relatam. Todavia, como se verifica na tabela 11, já não se verifica uma correlação entre o medo do crime e a interação com a comunidade portuguesa. Na mesma linha, enquanto se verifica uma correlação entre as perceções de similaridade e cultura com o local de origem ($r = -.114$) – isto é, quanto menos considerarem que são similares aos indivíduos do seu local de origem, maior o medo do crime, assim como quanto menor a similaridade identificada com o local de origem, maior o medo do crime - o mesmo não se constata para a relação entre o medo do crime e a similaridade com o Porto, cuja correlação não é estatisticamente significativa. Por fim, a correlação entre o medo do crime e a perceção de criminalidade no Porto é positiva ($r = .320$), ou seja, quanto maior a perceção da criminalidade, mais medo os indivíduos reportam sentir. Todas as demais correlações se mostraram significativas, conforme se denota da tabela 11.

Tabela 11							
Correlações significativas entre estudantes deslocados							
	1	2	3	4	5	6	7
1 Medo do Crime	-	-.143**	-.243**	-.087	-.114*	-.046	.320**
2 Alojamento	-	-	.136**	.176**	.110*	.108*	.146**
3 Interação pessoas seu país	-	-	-	.537**	.304**	.219**	.012
4 Interação comunidade portuguesa	-	-	-	-	.235**	.437**	.374**
5 Similaridade local de origem	-	-	-	-	-	.551**	.155**
6 Similaridade com o Porto	-	-	-	-	-	-	.314**
7 Criminalidade na cidade do Porto	-	-	-	-	-	-	-

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A presente dissertação teve como principal objetivo estudar o medo do crime dos estudantes deslocados comparando-os com os naturais da cidade do Porto. Em concreto, procurou perceber-se, em primeiro lugar, que variáveis estavam associadas ao medo do crime de ambos os grupos de estudantes, partindo-se não só das mais comumente estudadas na literatura (i.e, sociodemográficas, vitimação, percepção de desordens, eficácia coletiva) mas, também, de outras específicas que pudessem explicar o medo do crime (como a preocupação económica, o bem-estar e as atividades rotineiras e sociais dos indivíduos). Adicionalmente, procurou-se perceber se o medo do crime dos estudantes deslocados em concreto estava relacionado com aspetos particulares como a dificuldade em encontrar uma habitação na cidade do Porto, a similitude com a sua cultura, entre outros aspetos.

Para atingir o nosso objetivo, foi construído e aplicado um questionário a uma amostra não aleatória de estudantes da cidade do Porto, procurando abranger não apenas estudantes naturais mas, também, indivíduos que se deslocaram para aquela cidade com o objetivo de ingressarem nos cursos oferecidos pela Universidade do Porto. A recolha de dados resultou numa amostra de 785 estudantes (deslocados = 421; naturais = 364). Do total da amostra, 583 são mulheres e 202 são homens.

Através desta investigação foi possível constatar alguns resultados que já haviam sido concluídos pela comunidade científica e outros que, a nosso ver, vão além desta e enriquecem a literatura da área.

Assim, em primeiro lugar, foi possível confirmar parcialmente a primeira hipótese inicialmente colocada: *Os indivíduos do género feminino e mais velhos apresentam níveis mais elevados de sentimento de insegurança nas suas três dimensões (medo do crime, percepção do risco e adoção de comportamentos por razões de segurança)*. Verificou-se que as mulheres, em geral, experienciam níveis mais elevados de medo do crime do que os homens, bem como elas têm maior percepção de risco e adotam mais comportamentos por razões de segurança.

A literatura científica da área tem demonstrado que o género é o melhor preditor do sentimento de insegurança - as mulheres reportam mais medo do crime do que os homens (Guedes I. , 2012; Akers, La Greca, Sellers, & Cochran, 1987; Hummelsheim, Hirtenlehner, Jackson, & Oberwittler, 2011; Pleysier & Cops, 2016), e que as mulheres adotam mais comportamentos de segurança (Pain, 2001; Stanko, 1995; Rountree, 1998), assim como em

relação ao risco percebido, identificamos a mesma relação em nossa amostra geral (Rountree & Land, 1996).

No entanto, cabe referir que na literatura existe o que normalmente é designado de *paradoxo medo-vitimação*. Tal paradoxo trata-se dessa discrepância que ocorre entre o medo e a vitimação, pois o medo do crime sentido pelas mulheres não é congruente com os dados objetivos da criminalidade (Garofalo, 1979; May, Rader, & Goodrum, 2009; Hale, 1996), em outras palavras, as mulheres têm níveis mais elevados de medo do crime, porém são menos vitimadas. Exceto quando tratamos de crimes como violência doméstica, perseguição, ou aqueles de cunho sexual, como o assédio, as mulheres são mais vitimadas do que os homens (May, Rader, & Goodrum, 2009). Este medo elevado pode aumentar a percepção de risco delas e inclusive fazer com que as mulheres adotem mais comportamentos de segurança (Pain, 2001). Essa sensação de vulnerabilidade se dá porque muitas vezes as mulheres se percebem como alvos mais fáceis de atacar, por sua menor estatura física, por exemplo (Hale, 1996) ou pela forma como a sociedade socializa homens e mulheres, pois o facto de as mulheres se considerarem mais vulneráveis, não significa que os homens não possuam medo, mas muitas vezes por razões culturais os homens não querem ser vistos como frágeis (May, Rader, & Goodrum, 2009). Cops, Pleysier, & Put (2010) sugerem que o medo do crime pode ser parcialmente conceitualizado como uma emoção ou uma atitude feminina. Isso porque, as mulheres, face a natureza do género, têm sua tomada de decisões e atitudes com maiores níveis emocionais (Hale, 1996).

Ademais, quando tratamos de crimes como violência doméstica, perseguição, ou aqueles de cunho sexual, como o assédio, as mulheres são mais vitimadas do que os homens (May, Rader, & Goodrum, 2009). Assim, face a esses medos em específico, pode ser que elas generalizem a condição de medo para todo o tipo de crime (Ferraro, 1995; Warr, 1985). Jackson (2009) em seu estudo, identificou que as mulheres se sentiam menos no controle do que os homens e julgavam que as consequências do crime eram maiores. Por fim, cabe dizer que nossos resultados são consistentes com a literatura científica no que se refere ao maior sentimento de insegurança apresentado pelas mulheres, contudo, será importante, em estudos futuros de índole qualitativa, explorar o medo do crime por parte dos homens.

Quanto à variável idade, na segunda parte da hipótese elaborada, referimos que os estudantes mais velhos teriam maior medo do crime, porém extraímos o inverso de nossos resultados. Com efeito, na nossa amostra geral observamos que quanto maior a idade dos participantes, menos medo do crime era sentido, assim como menos comportamentos por razões

de segurança eram adotados e vice-versa. O que se observou é que quanto mais velhos os estudantes, maior a percepção de risco de vitimação.

Assim, como para a variável gênero, também pode ser aplicada a hipótese das vulnerabilidades para a idade, a partir da justificativa de que indivíduos mais velhos são mais receosos, porém seriam os menos vitimados (Ferraro & La Grange, 1987), o que não se aplica aos nossos resultados em concreto. A investigação na literatura científica tem encontrado resultados mistos em relação a idade e o sentimento de insegurança, pois os resultados encontrados não são lineares (Ferraro, 1995). Garofalo (1979) observou que a idade estava positivamente relacionada ao medo do crime. Entretanto, como anteriormente citado, em nossa amostra não identificamos tal hipótese da vulnerabilidade, mas sim, estamos no encontro dos resultados mais recentes que descrevem que os mais novos podem apresentar maior medo do crime (Rountree & Land, 1996; Jackson J. , 2009; Pain, 2001). Warr (1985) observou um diferencial moderado de idade na sensibilidade ao risco, pois ao manter o risco percebido constante, as mulheres mais jovens exibiram um pouco mais de medo do que as mulheres mais velhas. Pain (2001) refere que com exceção de grupos muito excluídos, as pessoas mais velhas sofrem as consequências do medo menos do que se pensava e os mais jovens são cada vez mais reconhecidos como estando em maior risco de vitimização e medo. Guedes (2012) e Guedes, Domingos e Cardoso (2018) em seus resultados, observaram que os indivíduos mais velhos apresentaram níveis mais elevados com relação a percepção de risco e a adoção de comportamentos.

No que diz respeito à segunda hipótese colocada -*As percepções de desordens e a baixa eficácia coletiva estão positivamente relacionadas com o medo do crime*, podemos confirmar a mesma a partir dos resultados encontrados. Com efeito, na nossa amostra geral, quanto maiores as percepções de desordens, mais elevado o medo do crime, e no mesmo sentido convergem as outras dimensões do sentimento de insegurança, quanto mais os respondentes percecionam desordens, maiores as percepções de risco e a adoção de comportamentos de segurança. No geral, é possível afirmar que os nossos resultados são concordantes com a literatura, Ferraro & La Grange (1987) encontraram uma relação significativa entre as incivildades físicas e sociais e a percepção de risco, as quais vão de encontro aos nossos resultados, pois a medida que o as percepções de desordem aumentavam, o medo do crime também convergia na mesma direção, assim, quanto menores as percepções, a emoção também diminuía. Os autores Xiong, Nyland, Fisher e Smyrniotis (2017) também observaram uma relação positiva entre as percepções de desordens do meio ambiente e o medo do crime. Assim,

a melhoria física de uma vizinhança pode ajudar a restaurar o controle da comunidade e reduzir a percepção de risco, e o medo do crime (Warr, 2000). Sobre o tópico, cabe ressaltar os resultados mistos de Yuan & McNeeley (2015) sobre os efeitos das incivildades sobre o comportamento defensivo. Os autores identificaram que os residentes de comunidades com incivildades físicas e sociais eram menos propensos a deixar luzes acesas ou instalar fechaduras extras, mas tinham uma probabilidade maior de instalar um alarme contra roubo. É provável que, em ambientes com altos níveis de desordem física e social, os residentes sejam constantemente lembrados do risco de vitimização de bens, talvez por essa razão a instalação de um alarme contra roubo pode considerado mais eficaz do que deixar as luzes acesas e instalar fechaduras extras. Ainda, sugerem mais pesquisas para entender como as incivildades da vizinhança podem estar associadas ao comportamento individual relacionado com a prevenção do crime.

No que respeita à eficácia coletiva, na nossa amostra geral identificamos que quanto maior a eficácia coletiva, menor medo do crime foi sentido e menor foi o risco percebido, não havendo diferença para os comportamentos. Para Skogan & Maxfield (1981) comunidades com fortes laços sociais podem criar um ambiente que reduz o medo do crime, já McNeeley & Yuan (2016) referem a relação inversa entre a eficácia coletiva e o risco percebido. A integração social da comunidade está positivamente correlacionada com comportamentos defensivos (Rountree & Land, 1996; Skogan & Maxfield, 1981).

Para os autores Farrall, Jackson, & Gray (2009) entre aqueles que viviam em áreas de alta criminalidade, que tinham ampla experiência direta e indireta de vitimização, que estavam especialmente preocupados com a degradação do bairro local, o medo tendia a se apresentar como episódios concretos de preocupação. Sendo assim, um ambiente com desordens perceptíveis, sejam elas físicas ou sociais pode transparecer que a região não detém um controle social eficaz, o que pode corroborar com um maior sentimento de insegurança.

No que pertine a terceira hipótese de que *“tanto a vitimação indireta, como a direta, estão associadas a níveis mais elevados de medo do crime”*, primeiramente cabe dizer que em geral os indivíduos sofreram mais vitimação indireta do que direta no último ano, porém nossa hipótese de que o medo do crime seria influenciado face a ocorrência de vitimação nos últimos 12 meses não se confirmou para a vitimação direta, pois não há relação entre vitimação direta e medo do crime, contudo, observou-se uma relação entre vitimação indireta e medo do crime.

A evidência de que existe uma relação direta entre vitimação e medo do crime é mista (Hale, 1996). Liska, Sanchirico, & Reed (1988) encontraram resultados de relação positiva entre medo do crime e vitimação. Já Skogan & Maxfield (1981) referem que a relação é fraca

e dependente do crime analisado, ainda, descrevem que o medo do crime é mais influenciado pela vitimação indireta e menos pela vitimação direta, já que a primeira está mais disseminada do que a outra. Adicionalmente, autores como Weitzer & Kubrin (2004) sugerem que o medo do crime é um produto da exposição aos *media*.

Nossa próxima hipótese de que *o bem-estar está negativamente relacionado com os níveis de medo do crime nos estudantes*, constatamos que nossa hipótese pode ser confirmada, pois o bem-estar está relacionado negativamente aos níveis de medo do crime, percepção de risco e adoção de comportamentos. Esperava-se que o bem-estar fosse um indicador de medo do crime para ambos os grupos de estudantes, pois Krulichová (2018) observou que as condições de bem-estar do ser humano estão atreladas ao medo do crime de forma estatisticamente significativa, pois quem tem mais medo é menos feliz e satisfeito. Ainda, partimos do pressuposto de que o medo do crime funciona como uma esponja e por isso, além das variáveis sociodemográficas comumente utilizadas na literatura, optamos por questões de nível social, como por exemplo o bem-estar. A “metáfora da esponja” sugere que o medo do crime absorve os sentimentos mais fundamentais e abstratos de desconforto social (Cops, Pleysier, & Put, 2012; Jackson J. , 2004), bem como ansiedades e sentimentos em geral provenientes das incertezas da sociedade moderna (Pleysier & Cops, 2016).

Considerando que jovens adultos estão mais propensos a considerar inúmeros fatores abstratos na sua construção de vida, o bem-estar pode ser um vetor na influência do sentimento de insegurança. Mesmo sabendo que o medo do crime se trata de uma dimensão individual e emocional, a qual compõe o sentimento de insegurança, tendo em vista que sua forma de medição é latente, cabe dizer que detém componentes sociais. Em outras palavras, o medo do crime é uma reação emocional (individual) que ocorre face a possibilidade de vitimação ou símbolos associados a esta, (sociais) como as percepções de desordens que abordamos anteriormente, por exemplo, e todos estes elementos podem influenciar o bem-estar. Ainda, devido ao fato de nossa amostra total apresentar uma média de idades de 23 anos, partilhamos de tal perspectiva para explicar a relação da variável bem-estar e o sentimento de insegurança.

A seguir, abordaremos uma das hipóteses mais específicas, *se estudantes deslocados têm níveis mais elevados de medo do crime, percepção de risco e adoção de comportamentos por razões de segurança em relação aos naturais*, para tanto, ao compararmos estudantes deslocados e naturais não observamos diferenças nos níveis de medo do crime dos estudantes. O mesmo ocorre com os comportamentos de segurança, pois não houve diferenças estatisticamente significativas entre os valores quando comparados. Contudo, observou-se que

os estudantes deslocados apresentaram níveis superiores quando comparados aos naturais de risco percebido.

Sundeen (1984) realizou um estudo sobre estudantes internacionais nos EUA e observou que múltiplas fontes expõem e informam os estudantes sobre relatos de vitimização criminal, tais informações chegam aos estudantes antes e depois de sua chegada no país, seja por meio da televisão, jornal ou em contato com as pessoas locais. Assim, à medida que os estudantes internacionais participam de atividades e eventos culturais com pessoas locais aumentam sua exposição a tais relatos e dessa forma o medo do crime dos estudantes aumenta. Outro estudo realizado com estudantes internacionais, desta vez na Austrália, por Xiong, Nyland, Fisher e Smyrnios (2017) encontrou resultados de que as oportunidades de socialização dos estudantes internacionais aumentam as percepções de segurança dos alunos internacionais, mas também aumentam seus temores de serem vítimas. Tewksbury & Mustaine (2003) numa amostra de estudantes, obtiveram resultados surpreendentes sobre a adoção de comportamentos de segurança. Assim, aqueles alunos que se sentiam seguros em suas casas à noite tinham maiores chances de adotar comportamentos de proteção do que aqueles que não se sentiam seguros em suas casas. Justificam que pode ser que as pessoas que se reportem segurança nas suas casas se sintam assim por terem investido em uma ou várias formas de proteção. Assim, os seus sentimentos de segurança surgem devido a adoção de comportamentos e não porque sentir-se seguro os torna mais propensos à adoção de comportamentos.

De seguida, ainda na comparação entre os estudantes, se faz necessário responder a hipótese: *as variáveis que influenciam o medo do crime nos estudantes deslocados não são as mesmas que impactam o medo do crime nos estudantes naturais*. Ao separarmos a nossa amostra em estudantes deslocados e naturais, ambas as amostras demonstraram que as mulheres, independente de seu estatuto têm maior medo do crime e adotaram mais comportamentos de segurança, porém apenas as estudantes deslocadas têm maior percepção de risco de vitimação, quando comparadas as estudantes naturais da cidade do Porto. Os autores Xiong & Smyrnios (2013) observaram que estudantes do sexo masculino expressaram níveis significativamente mais elevados de risco percebido, assim como os alunos internacionais que relataram altos níveis de risco percebido mostram níveis elevados de medo do crime e evitam andar no bairro ou na cidade depois de escurecer, sair de suas acomodações após escurecer ou abrir a porta para estranhos à noite.

Importa também perceber se a relação entre o medo do crime e a idade difere consoante o estatuto dos estudantes. Assim, nos estudantes deslocados, observamos que quanto mais velho

o estudante, menor o medo do crime. Todavia, em relação ao risco percebido observou-se uma correlação positiva entre percepção do risco e idade nesta subamostra, sendo que quanto maior a idade, maior o risco percebido. Em relação a adoção de comportamentos e idade, os mais velhos adotam menos comportamentos sejam os estudantes deslocados ou naturais. Para Xiong, Nyland, Fisher e Smyrniotis (2017) os estudantes internacionais relativamente jovens expressaram níveis mais altos de medo do crime quando comparados com seus colegas, mas a relação entre idade e percepção de segurança foi estatisticamente não significativa.

No que respeita às percepções de desordens, em ambas as subamostras de estudantes aquelas estão positivamente associadas ao medo do crime e às demais dimensões do sentimento de insegurança, sendo uma variável extremamente relevante no estudo. No que tange a eficácia coletiva, identificamos relação negativa entre a variável e o medo do crime para ambas subamostras de estudantes. Já em relação à eficácia coletiva e o risco percebido, observou-se que a relação negativa é significativa apenas entre os estudantes naturais. Entretanto, a eficácia coletiva e a adoção de comportamento apresentam relação negativa significativa para os estudantes deslocados. A eficácia coletiva tem relação diversificada com as dimensões do sentimento de insegurança para as amostras de estudantes naturais e deslocados.

Ao avaliarmos a relação entre a preocupação financeira e as dimensões do sentimento de insegurança observamos que tal variável está inversamente relacionada ao medo do crime, as percepções de risco e a adoção de comportamentos, em ambas subamostras. Portanto, tal variável se mostra relevante nos estudos que busquem explicações ao sentimento de insegurança. Imaginávamos que talvez os estudantes deslocados pudessem absorver maiores preocupações, como arcar com as propinas universitárias, perder ou não arranjar um emprego, algo que em conjunto com outros sentimentos pudesse aumentar o medo do crime por eles percebido. Vaclair & Bratanova (2016) ao analisarem a desigualdade financeira em algumas regiões da Europa, detetaram que a maior desigualdade de rendimentos está associada a mais medo do crime na população. No mesmo sentido são os resultados de Kujala, Kallio, & Niemelä (2018) de que países com taxa mais alta de desigualdade financeira têm níveis mais elevados de medo do crime.

No que respeita às atividades de rotina, o medo do crime está inversamente relacionado com aquelas para ambas amostras de estudantes, não havendo diferença nas variáveis que contribuem para a emoção dos deslocados. O risco percebido não apresenta diferença em nenhum grupo de estudantes e a única diferença observada dá-se em relação à atividade de rotina e a adoção de comportamentos, que de entre os estudantes deslocados apresenta uma

relação negativa, onde quanto mais atividades de rotina (e.g. estudar fora de casa, fazer refeições fora de casa, reunir-se com amigos, etc), menos comportamentos por razões de segurança são adotados. No estudo de Sundeen (1984) observamos que a percepção de desordem do ambiente, bem como a confiança na eficácia coletiva são importantes variáveis na explicação do medo do crime, enquanto características como sexo, idade e vitimação não apresentaram relações significativas. Além disso, antecedentes culturais e experiências anteriores não parecem ser muito importantes na explicação do medo do crime para os estudantes internacionais. Em vez disso, parece que para estes estudantes existem outras explicações para o medo do crime mais diretamente ligadas ao seu papel de recém-chegado. O autor sugere que seria interessante identificar se a medida que os estudantes se ajustam ao ambiente irão gradualmente adquirir uma maior sensação de segurança.

Por sua vez, Tewksbury & Mustaine (2003) argumentam que a teoria das atividades de rotina é mais do que uma teoria que avalia os riscos de vitimação, como também pode avaliar como os estilos de vida afetam a probabilidade de se tornar um ofensor e de os estudantes universitários adotarem comportamentos de autoproteção. Nos seus resultados observaram que a adoção de comportamentos pelos estudantes levava em consideração a proximidade real de ofensores potenciais, a vulnerabilidade dos indivíduos como um alvo, bem como as percepções dos indivíduos de quão seguras são certas circunstâncias ou estruturas.

Para a hipótese da vitimação, seja ela direta ou indireta, não há significância nas amostras de estudantes deslocados ou naturais. Pensávamos que talvez dependendo da origem do estudante deslocado ele pudesse trazer consigo alguma tendência a ter mais medo do crime, pelas experiências anteriores, pela adaptação com o ambiente para o qual se deslocou, porém não observamos relevância em nossos resultados. Xiong, Nyland, Fisher e Smyrniotis (2017) verificaram que estudantes internacionais que relataram ter experimentado formas indiretas de vitimação racialmente orientada e que se autoavaliaram como tendo níveis mais baixos de capacidade de proteção, expressaram níveis mais baixos de percepção de segurança do que seus colegas, mas indicam não ter mais medo do crime.

Acerca da variável bem-estar podemos considerar que ambas subamostras de estudantes consideram-se satisfeitos com a vida que levam. Porém, concretamente, não é o medo do crime dos estudantes deslocados que apresenta variação de níveis, mas sim os estudantes naturais que apresentam relação negativa entre as variáveis, o que é consistente nesta subamostra em relação ao risco percebido e a adoção de comportamentos por razões de

segurança. Novamente, os estudantes deslocados apresentam apenas variação negativa nos níveis de percepção de risco.

Em relação ao medo do crime a diferença nas correlações ocorre na variável idade, para os deslocados, e na variável bem-estar, para os naturais. No caso da percepção de risco dos estudantes deslocados as diferenças nas correlações ocorre entre as variáveis frequência do medo e gênero, já nos naturais as correlações ocorrem entre a idade e a eficácia coletiva. Nos comportamentos de segurança dos deslocados podemos citar a eficácia coletiva, a atividade de rotina e a frequência de medo do crime, enquanto nos naturais a variável que se correlaciona é o bem-estar.

No que concerne à penúltima hipótese: *A familiaridade com a cidade do Porto e a interação com a comunidade portuguesa diminuem o medo do crime*, em se tratando da familiaridade com o local de origem dos estudantes, podemos dizer que o medo do crime dos estudantes deslocados diminui à medida que se percebem maiores similaridades entre suas experiências e comportamentos com os das pessoas que partilham a sua cultura ou local de origem. Entretanto, nossa hipótese presumia que isso ocorreria no caso de interação com a comunidade portuguesa, porém o medo é independente de tal similaridade. Da mesma forma, ocorre com os estudantes que interagem com pessoas de sua origem, o medo do crime se mostra menor, para aqueles que interagem com seus naturais. Ao falarmos em interação com os portugueses, o medo do crime não é afetado por tal interação. Considerando que mais da metade de nossa subamostra não tinha familiaridade anterior com a cidade do Porto e veio viver sozinho para a cidade. Xiong & Smyrniotis (2013), num estudo realizado na Austrália, identificaram que os estudantes internacionais que percebem uma grande lacuna cultural entre a Austrália e seu país de origem e relatam atitudes negativas do país anfitrião para com eles, expressam altos níveis de risco percebido, que por sua vez influenciam indiretamente seu medo do crime e comportamento de evitação. O medo do crime resultou de variáveis como a distância geográfica, habilidades de comunicação em inglês influente, falta de apoio social, estar longe da família e manter valores, crenças e diferentes comportamentos associados naquela amostra. Ainda, os estudantes internacionais que se sentem estranhos ou relatam dificuldades em fazer amigos reportam níveis elevados de medo do crime e risco percebido.

Finalmente, analisemos a nossa última hipótese: *A facilidade para encontrar um alojamento relaciona-se negativamente com o medo do crime do estudante deslocado*. Nesse sentido, identificou-se um resultado interessante, de que o medo do crime dos estudantes deslocados está correlacionado negativamente com a facilidade para encontrar um alojamento,

o que significa que quanto mais fácil é encontrar um alojamento, menor a emoção de medo do crime. Assim como observamos que mais da metade dos estudantes deslocados arrenda um quarto em residência partilhada com outras pessoas, sejam elas conhecidas ou não, diferente da realidade dos naturais que vivem em sua maioria em habitação própria ou completamente arrendada. Forbes-Mewett & Nyland (2007) referem que as dificuldades enfrentadas pelos alunos internacionais vão muito além da sala de aula, pois são confrontados com a organização de suas acomodações e empregos em um ambiente desconhecido. Este resultado do nosso estudo sugere que é importante ter em conta os diferentes indicadores de integração dos estudantes que se deslocam para viverem e estudarem na cidade do Porto, uma vez que aspetos como a dificuldade de encontrarem um local para habitarem podem desencadear níveis mais elevados de medo do crime em geral.

Consideramos relevantes os resultados obtidos na presente investigação, porém, esta não está isenta de fragilidades. Primeiramente, cabe falar nas limitações que surgiram devido à pandemia mundial de Covid-19. Para que pudéssemos atingir nosso objetivo, precisávamos aplicar o questionário construído a uma amostra de estudantes da cidade do Porto, assim, iniciamos uma primeira fase por meio eletrónico e disseminamos através de redes sociais por um formato de *snow-ball*, recrutados 91 estudantes. Neste momento, a pandemia eclodiu e tomou grandes proporções, atingindo em meados de março essencialmente o continente europeu. Estando a cidade do Porto situada próxima das regiões de foco do contágio, foram tomadas medidas de restrição do convívio social (e.g. suspensão de aulas presenciais, fechamento de atividades não essenciais, etc), e, devido a esse fato, os canais de comunicação da Universidade do Porto foram restringidos a divulgações atinentes a medidas de segurança e dados atualizados sobre a doença.

Ademais, como o nosso questionário incluía a medição do sentimento de insegurança, os resultados poderiam sofrer influência das condições globais vivenciadas naquele momento. Então, à medida que as taxas da doença foram reduzindo na cidade do Porto, readequamos algumas perguntas para que os respondentes remetessem suas respostas as atitudes, ações e sentimentos experienciados ao período anterior à crise mundial da saúde provocada pelo coronavírus. Desse modo, na segunda fase de distribuição dos inquéritos, procurando atingir um conjunto mais largo de respondentes, a Reitoria da Universidade do Porto divulgou o nosso questionário por meio eletrónico, alcançando 694 respondentes, totalizando uma amostra geral de 785 estudantes. Apesar de se ter incluído no questionário a necessidade para os participantes remeterem ao momento pré-Covid, fica a questão de se tal mindset terá sido efetuado pelos

estudantes respondentes do estudo. Com efeito, este poderá ser um aspecto a ter em conta quando se analisa os resultados na medida em que pode haver algum ataque à validade interna do estudo.

Cabe também falarmos sobre o debate quanto à operacionalização das dimensões do sentimento de insegurança, em especial do medo crime e o facto de muitos estudos utilizarem apenas uma medida *standard*, porém, a forma de operacionalização tem vindo a ser melhorada, utilizando-se mais de um item, os quais levam em conta a multifaceta do conceito (Skogan & Maxfield, 1981; Hale, 1996; Gray, Jackson, & Farrall, 2008; Rountree & Land, 1996; Garofalo, 1979; McGarrell, Giacomazzi, & Thurman, 1997). Partimos desse pressuposto, e aplicamos a pergunta filtro do medo, a medição da frequência e da quantidade de medo seguindo as orientações dos estudos mais recentes (Gray, Jackson, & Farrall, 2008). Adicionalmente, utilizamos complementarmente um conjunto de 7 itens para a medição do medo do crime em sentido restrito, os quais obtiveram uma consistência interna elevada, α de .843.

De entre as limitações, observamos que como o nosso trabalho é inteiramente com uma amostra cuja obrigatoriedade seria que fossem estudantes do Porto, consideramos que deveríamos ter retirado a opção trabalhador-estudante do questionário pois todo trabalhador-estudante estaria também enquadrado em uma das demais alternativas apresentadas. Ademais, em relação à questão de interação com a comunidade portuguesa, talvez fosse melhor que estabelecessemos a relação com portuenses, especificamente, assim como o fizemos em relação às percepções de similaridade com o local e a cultura, pois de entre os alunos portugueses deslocados talvez a pergunta se tornasse mais esclarecedora. Outro ponto importante a ser salientado é o facto de nossa amostra ser constituída em sua maioria por mulheres, o que pode afetar a validade interna do estudo.

Acreditamos que nosso o trabalho traz um contributo importante à comunidade científica e à Universidade do Porto, pois cidades universitárias, que possuem essa característica migratória como o Porto, podem identificar algumas fragilidades percebidas pelos estudantes, em especial os deslocados e visar auxiliá-los nessa transição para evitar prejuízos desses estudantes em relação ao sentimento de insegurança, e quem sabe, no rendimento académico. Shi (2018), de entre as discussões no seu estudo refere que o aumento do medo do crime pode diminuir a capacidade dos alunos internacionais de aprender enquanto estudam no exterior.

Artilhamo-nos da sugestão de Hale (1996, p. 15): “Existe a necessidade de abordagens multimetodológicas para estudar o medo do crime como, por exemplo, incorporar mais trabalho

qualitativo.”¹¹. Desse modo, pretende-se fornecer algumas pistas de investigação para o futuro dado que consideramos que ainda há espaço para investigações mais aprofundadas acerca do medo do crime sentido pelos estudantes deslocados. Seja através de um trabalho quantitativo numa amostra mais homogênea, ou através de entrevistas explorem de modo mais individualizado as experiências e situações vividas ao se falar em medo do crime com estudantes deslocados, identificando suas vulnerabilidades a nível micro individual. Afinal, conforme explicitam Farrall, Jackson, & Gray (2009), o medo do crime é uma experiência diversa e um fenômeno mais expressivo do que até agora foi demonstrado empiricamente.

Finalmente, cabe dizer que este trabalho é um contributo a área científica, o medo do crime como dimensão emocional do sentimento de insegurança, como extensivamente explicitado. Os investigadores ao longo dos anos vêm ampliando os seus resultados e aprimorando os meios de operacionalizar as dimensões do sentimento de insegurança para que possamos ter resultados dotados de maior validade. Assim, estudar o medo do crime com os estudantes deslocados é inovador e vai para além das investigações que têm sido feitas tendo como contexto o campus. Efetivamente, poucos são os que exploram a insegurança dos estudantes internacionais e os comparam com os locais. Mesmo que os nossos resultados não tenham convergido de forma cabal com as hipóteses sugeridas, de que o medo do crime dos estudantes deslocados sofriam influência de variáveis diversas daquelas que afetam os estudantes naturais, trouxemos inovação e dados que podem ainda ser explorados pela comunidade científica.

¹¹ A tradução é nossa. No original inglês (EUA): “*There is a need to widen the methodological approaches to the study of fear of crime by, for example, incorporating more qualitative work*”.

REFERÊNCIAS

- Agra, C. d. (2003). Podemos medir a criminalidade e a segurança? *Inovação, poder e desenvolvimento - Congresso de Cidadania, Cidadania Activa - Direitos e Responsabilidades*, (pp. 227-234). Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores. Obtido em 10 de 09 de 2019
- Akers, R. L., La Greca, A. J., Sellers, C., & Cochran, J. (1987). Fear of Crime and Victimization Among the Elderly in Different Types of Communities. *Criminology*, 25(3), pp. 487-506. doi:10.1111/j.1745-9125.1987.tb00807.x
- Amerio, P., & Roccato, M. (2004). A predictive model for psychological reactions to crime in Italy: an analysis of fear of crime and concern about crime as a social problem. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 15, pp. 17-28. doi:10.1002/casp.806
- Archer, R. J. (2019). Sexual Assault Victimization, Fear of Sexual Assault, and Self-Protective Behaviors: A Test of General Strain Theory. *Victims & Offenders*, 14, pp. 387-407. doi:10.1080/15564886.2019.1608882
- Asencio, E. K., Merrill, M., & Steiner, M. (2014). Self-Esteem, the Fear of Crime, and the Decision to Protect Oneself From Victimization. *Sociological Forum*, 29, pp. 587-606. doi:10.1111/socf.12105
- Barker, A., & Crawford, A. (03 de 2011). Fear of Crime and Insecurity: Some Refleltions on Developments within Anglo-American Researches. *Déviance et Société*, 1(35), pp. 59-91. Obtido em 09 de 12 de 19, de https://www.researchgate.net/publication/298894112_Fear_of_crime_and_insecurity_Some_Reflections_on_Developments_within_Anglo-American_Research
- Baumer, T. (1977). Dimensions of Fear: A Preliminary Investigation. doi:<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/82433.pdf>
- Boers, K. (2003). Fear of Violent Crime . Em W. Heitmeyer, & J. Hagan (Edits.), *International Handbook of Violence Research* (pp. 1131-1150). Springer, Dordrecht. Obtido em 15 de 08 de 2019, de https://doi.org/10.1007/978-0-306-48039-3_58
- Boldis, B. V., San Sebastián, M., & Gustafsson, P. E. (2018). Unsafe and unequal: a decomposition analysis of income inequalities in fear of crime in northern Sweden. *I. nternational Journal for Equity in Health*, 17, pp. 1-13. doi:10.1186/s12939-018-0823-z
- Bursik Jr., R. J., & Grasmick, H. G. (1993). *Neighborhoods and Crime: The Dimensions of Effective Community Control*. Lexington Books. Obtido em 26 de 12 de 2018, de https://books.google.pt/books?id=6YV4AAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Caridade, S. (2017). Considerações éticas na investigação com vítimas de violência e de crime. *Psicologia*, 31, pp. 37-48. doi:10.17575/rpsic.o.l.v31i1.1234
- Cops, D., Pleysier, S., & Put, J. (2010). Doing gender in fear of crime: the impact of gender on reported levels of fear of crime in adolescents and young adults. *British Journal of Criminology*, 1(51), pp. 58-74. doi:10.1093/bjc/azq065
- Cops, D., Pleysier, S., & Put, J. (2012). Worrying about the future and fear of crime among young adults: a social psychological approach. *Journal of Youth Studies*, 15, pp. 191-205. doi:10.1080/13676261.2011.635193
- Couto, L. S. (2019). Custos do Sentimento de Insegurança no contexto da habitação. pp. 1-137. Obtido em 23 de 03 de 2020, de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/124503/2/368550.pdf>

- Crenshaw, K. W. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, 6(43), pp. 1241–1300. Obtido em 10 de 03 de 2020, de <https://www.racialequitytools.org/resourcefiles/mapping-margins.pdf>
- Crowl, J. N., & Battin, J. R. (2017). Fear of crime and the police: Exploring lifestyle and individual determinants among university students. *The Police journal: Theory, Practice and Principles*, 90, pp. 195-214. doi:10.1177/0032258X16676289
- Curtis, A. (2014). Putting fear of crime on the map: investigating perceptions of crime using geographic informationsystems. *Cartography and Geographic Information Science*(2), pp. 205-207. doi:10.1080/15230406.2015.984914
- Davis, K. (2008). Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, 9(1), pp. 67-85. doi:10.1177/1464700108086364
- Denkers, A. J., & Winkel, F. W. (1998). International Review of Victimology. 5, pp. 141-162. doi:10.1177/026975809800500202
- Dietz, N. A., & Martin, P. Y. (2007). Women Who Are Stalked: Questioning the Fear Standard. *Violence Against Women*, 13, pp. 750-776. doi:10.1177/1077801207302698
- Diniz, C. F. (2019). MACROSSISTEMA E MEDO DO CRIME NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE: Contributos para uma análise multinível em contexto brasileiro. doi:<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/118428/2/308285.pdf>
- Fanghanel, A. (2016). The trouble with safety: Fear of crime, pollution and subjectification in public space. *Theoretical Criminology*, 20, pp. 57-74. doi:10.1177/1362480615582097
- Farrall, S. (2007). Experience and Expression in the Fear of Crime: Full Research Report . Swindon: ESRC . Obtido em 12 de 08 de 2020, de <http://doc.ukdataservice.ac.uk/doc/5822/mrdoc/pdf/5822report.pdf>
- Farrall, S., & Gadd, D. (2004). Research Note: The Frequency of the Fear of Crime. *British Journal of Criminology*, 1, pp. 127-132. doi: doi:10.1093/bjc/44.1.127
- Farrall, S., Bannister, J., Ditton, J., & Gilchrist, E. (2000). Social Psychology and the Fear of Crime. *British Journal of Criminology*, 40, pp. 399-413. doi:10.1093/bjc/40.3.399
- Farrall, S., Jackson, J., & Gray, E. (2009). Social Order and the Fear of Crime in Contemporary Times. *Oxford University Press*. Obtido em 03 de 12 de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/234138670_Social_Order_and_the_Fear_of_Crime_in_Contemporary_Times_Oxford_Oxford_University_Press_Clarendon_Studies_in_Criminology
- Felson, M., & Clarke, R. V. (1998). Opportunity Makes the Thief Practical theory for crime prevention. *Research, Development and Statistics Directorate*(98). Obtido em 17 de 12 de 2018, de <https://pdfs.semanticscholar.org/09db/dbce90b22357d58671c41a50c8c2f5dc1cf0.pdf>
- Ferraro, K. F. (1995). *Fear of Crime: Interpreting Victimization Risk*. Albânia: State University of New York Press. Obtido em 16 de 12 de 2018, de https://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=98Mq8xQy0cAC&oi=fnd&pg=PR9&ots=10uvVh6oHq&sig=BYG0arsK2CskJNz6reL4Z2qcXs8&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- Ferraro, K. F., & La Grange, R. (1987). The Measurement of Fear of Crime. *Sociological Inquiry*, 57(1), pp. 70-97. doi:10.1111/j.1475-682X.1987.tb01181.x
- Ferraro, K. F., & LaGrange, R. L. (1992). Are Older People Most Afraid of Crime? *Journal of Gerontology: SOCIAL SCIENCES*, 47, pp. S233-S244. doi:<https://doi.org/10.1093/geronj/47.5.S233>

- Forbes-Mewett, H., & McCulloch, J. (2015). International Students and Gender-Based Violence. *Violence Against Women*, 22(3), pp. 344–365. doi:10.1177/1077801215602344
- Forbes-Mewett, H., & Nyland, C. (2007). Cultural Diversity, Relocation, and the Security of International Students at an Internationalised University. *Journal of Studies in International Education*, 2(12), pp. 181–203. doi:10.1177/1028315307308136
- Forbes-Mewett, H., McCulloch, J., & Nyland, C. (2015). *International Students and Crime*. Palgrave Macmillan.
- Furstenberg Jr., F. F. (1971). Public Reaction to Crime in the Streets. *The American Scholar*, 40, pp. 601-610. Obtido em 28 de 09 de 2020, de https://www.jstor.org/stable/41209894?seq=2#metadata_info_tab_contents
- Gabriel, U., & Greve, W. (06 de 2003). The Psychology of Fear of Crime: Conceptual and Methodological. *British Journal of Criminology*. doi:DOI: 10.1093/bjc/azg600
- García, F. E., Martínez-Zelaya, G., Muratori, M., Páez, D., & Zubieta, E. (2016). *Victimización y Miedo al delito: Relaciones con el Bienestar y la percepción del contexto social y el clima emocional. Un estudio con estudiantes universitarios de la Ciudad de Concepción*. In: *La felicidad de los chilenos: estudios sobre bienestar*. (Vol. 2). (J. C. Andrés Mediburo, Ed.) RIL Editores. Obtido em 14 de 10 de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/283509686_Victimizacion_y_Miedo_al_delito_Relaciones_con_el_Bienestar_y_la_percepcion_del_contexto_social_y_el_clima_emocional_Un_estudio_con_estudiantes_universitarios_de_la_Ciudad_de_Concepcion
- Garofalo, J. (1979). Victimization and the Fear of Crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 16, pp. 80-97. doi:10.1177/002242787901600107
- Gilchrist, E., Bannister, J., Ditton, J., & Farrall, S. (1998). Women and the 'fear of crime' Challenging the Accepted Stereotyp. *British Journal of Criminology*, 38(2), pp. 283-298. Obtido em 25 de 12 de 2018, de http://www.sccjr.ac.uk/wp-content/uploads/2009/11/Women_and_the_fear_of_crime.pdf
- Global Flow of Tertiary-Level Students* . (2017). Obtido em 21 de 10 de 2019, de UNESCO: <http://uis.unesco.org/en/uis-student-flow>
- Gracia, J. (12 de 2017). A virtude pública da compaixão no apoio e atendimento às vítimas de crime. *Miscellanea APAV*(3-4), pp. 33-38. Obtido em 03 de 01 de 2019, de https://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/apav_miscellanea_03_04.pdf
- Gray, E., Jackson, J., & Farrall, S. (2008). Reassessing the Fear of Crime. *European Journal of Criminology*, 5(3), pp. 363–380. doi:10.1177/1477370808090834
- Gray, E., Jackson, J., & Farrall, S. (2011). Feelings and functions in the fear of crime: applying a new approach to victimisation insecurity. *British journal of criminology*, 1(51), pp. 75-94. doi:10.1093/bjc/azq066
- Guedes, I. (2012). *Sentimento de insegurança, personalidade e emoções disposicionais: que relações?* Universidade do Porto, Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Obtido em 26 de 12 de 2018, de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/65082>
- Guedes, I. M. (2018). Fear of crime, personality and trait emotions: An empirical study. *European Journal of Criminology*. doi:10.1177/1477370817749500
- Guedes, I. S., Cardoso, C., & da Agra, C. (2012). Medo do crime revisão conceptual e metodológica. Em C. da Agra, *A criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (pp. 213-248). U.Porto.
- Hale, C. (1996). Fear of Crime: A Review of the Literature. *International Review of Victimology*, 4(79), pp. 79-150. doi:10.1177/026975809600400201
- Hardyns, W., & Pauwels, L. (2010). Different measures of fear of crime and survey measurement error. *Governance of Security Research Papers.New Empirical Data*,

- Theories and Analyses on Safety, Societal Problems and Citizens' Perceptions, III*, 19-39. Obtido em 26 de 11 de 2019, de https://pdfs.semanticscholar.org/a336/5ede55c8d9f1479bd5a95e62e4e14fd1c44f.pdf?_ga=2.147499892.290779400.1574788178-2031565537.1574788178
- Hendrickson, B., Rosen, D., & Aune, R. K. (2011). An analysis of friendship networks, social connectedness, homesickness, and satisfaction levels of international students. *International Journal of Intercultural Relations*, 35, pp. 281–295. doi:10.1016/j.ijintrel.2010.08.001
- Hummelsheim, D., Hirtenlehner, H., Jackson, J., & Oberwittler, D. (2011). Social Insecurities and Fear of Crime: A Cross-National Study on the Impact of Welfare State Policies on Crime-related Anxieties. *European Sociological Review*, 27, pp. 327-345. doi:10.1093/esr/jcq010,
- ICVS International Working Group. Frate, AnnAlvazzi del; van Dijk, Jan J.M.; van Kesteren, John; Mayhew, Pat. (2003). *International Crime Victimization Survey (ICVS) 1989-2000*. (I. version, Editor, & I. U. Netherlands:University of Leiden/Turin, Produtor) Obtido em 24 de 03 de 2020, de <https://stanford.edu/group/ssds/dewidocs/icpsr3803/cb3803.all.pdf>
- Jackson, J. (2004). Experience and Expression: Social and Cultural Significance in the Fear of Crime. *British Journal of Criminology*, 44(6), pp. 946-966. doi:10.1093/bjc/azh048
- Jackson, J. (2006). Introducing Fear of Crime to Risk Research. *Risk Analysis*, 26(1), pp. 253-264. doi:<https://sci-hub.se/10.1111/j.1539-6924.2006.00715.x>
- Jackson, J. (2009). A psychological perspective on vulnerability in the fear of crime. *Psychology, Crime & Law*, 15, pp. 365–390. doi:10.1080/10683160802275797
- Jackson, J., & Gray, E. (2009). Functional Fear and Public Insecurities About Crime. *British Journal of Criminology*, 1(50), pp. 1–22. doi: 10.1093/bjc/azp059
- Jackson, J., Farrall, S., & Gray, E. (2007). Theorising the Fear of Crime: The Cultural and Social Significance of Insecurities about Crime. *SSRN Electronic Journal*. doi:doi:10.2139/ssrn.1012393
- Kanan, J. W., & Pruitt, M. V. (2002). Modeling Fear of Crime and Perceived Victimization Risk: The (In)Significance of Neighborhood Integration. *Sociological Inquiry*, 4(72), pp. 527–548. doi: doi:10.1111/1475-682x.00033
- Killias, M. (1990). Vulnerability: Towards a Better Understanding of a Key Variable in the Genesis of Fear of Crime. *Violence and Victims*, 5(2), pp. 97-108. Obtido em 25 de 12 de 2018, de https://www.researchgate.net/profile/Martin_Killias/publication/20877038_Vulnerability_Towards_a_Better_Understanding_of_a_Key_Variable_in_the_Genesis_of_Fear_of_Crime/links/5c16a6b04585157ac1c7b532/Vulnerability-Towards-a-Better-Understanding-of-a-Key-Va
- Krulichová, E. (2018). Life satisfaction and happiness: discussing the impact of fear of crime and victimization. *Philosophica et historica 2 In: Studia Sociologica*, pp. 23-37. doi:10.14712/24647055.2018.2
- Kuhn, A., & Agra, C. d. (2010). *Somos todos criminosos* (1 ed.). Alfragide, Portugal: Casa das Letras. Obtido em 10 de 09 de 2019
- Kujala, P., Kallio, J., & Niemelä, M. (2018). Income Inequality, Poverty, and Fear of Crime in Europe. 53, pp. 163-185 . doi:<https://doi.org/10.1177/1069397118799048>
- La Grange, R. L., Ferraro, K. F., & Supancic, M. (1992). Perceived Risk and Fear of Crime: Role of Social and Physical Incivilities. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 29, pp. 311–334. doi:10.1177/0022427892029003004

- Lane, J., Gover, A. R., & Dahod, S. (2009). Fear of Violent Crime Among Men and Women on Campus: The Impact of Perceived Risk and Fear of Sexual Assault. *Violence and Victims*, 2(24), pp. 172–192. doi: doi:10.1891/0886-6708.24.2.172
- Lee, G. R. (1983). Social Integration and Fear of Crime Among Older Persons. *Journal of Gerontology*, 38, pp. 745–750. doi:10.1093/geronj/38.6.745
- Liska, A. E., Sanchirico, A., & Reed, M. D. (1988). Fear of Crime and Constrained Behavior Specifying and Estimating a Reciprocal Effects Model. *Social Forces*, 66, pp. 827-837. doi:10.1093/sf/66.3.827
- Liu, J., Messner, S. F., Zhang, L., & Zhuo, Y. (2009). Socio-Demographic Correlates of Fear of Crime and the Social Context of Contemporary Urban China. *American Journal of Community Psychology*(44), pp. 93-108. doi:10.1007/s10464-009-9255-7
- Louis-Guérin, C. (1984). Les réactions sociales au crime: peur et punitivité. *Revue française de sociologie*, 25(4), pp. 623-635. doi:https://sci-hub.se/10.2307/3321826
- Marques, R. E. (2017). *Crime e insegurança em meio urbano Um estudo de caso*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa. Obtido em 28 de 12 de 2018, de <http://hdl.handle.net/10400.26/20017>
- Mattos, M. (Jan - Apr de 2018). Efeitos vizinhança e eficácia coletiva: a relevância do contexto na explicação sociológica. *Sociedade e Estado - Scielo*, 33. doi:http://dx.doi.org/10.1590/s0102-699220183301012
- May, D. C., Rader, N. E., & Goodrum, S. (2009). A Gendered Assessment of the “Threat of Victimization”: Examining Gender Differences in Fear of Crime, Perceived Risk, Avoidance, and Defensive Behaviors. *Criminal Justice Review*, 35, pp. 159-182. doi:10.1177/0734016809349166
- McGarrell, E. F., Giacomazzi, A. L., & Thurman, Q. C. (1997). Neighborhood disorder, integration, and the fear of crime. *Justice Quarterly*, 14, pp. 479-500. doi:10.1080/07418829700093441
- McNeeley, S., & Yuan, Y. (2016). A Multilevel Examination of the Code of the Street’s Relationship With Fear of Crime. *Crime & Delinquency*, 63, pp. 1146–1167. doi: doi:10.1177/0011128715624930
- Meier, R. F., & Miethe, T. D. (1993). Understanding Theories of Criminal Victimization. *Crime and Justice*, 17, pp. 459 - 499. doi:10.1086/449218
- Mendelsohn, B. (21 de 08 de 2015). *Vitimologia: Um estudo a favor da vítima*. Obtido em 02 de 10 de 2020, de Livraria Criminal: <https://livrariacriminal.wordpress.com/tag/benjamin-mendelsohn/>
- Mesch, G. S. (2000). Perceptions of risk, lifestyle activities, and fear of crime. *Deviant Behavior*, 21, pp. 47-62. doi:10.1080/016396200266379
- Nussbaum, M. C. (2014). *Las emociones políticas ¿Por qué el amor es importante para la justicia?* (A. S. Mosquera, Trad.) Barcelona, Espanha: Paidós. Obtido em 10 de 03 de 2020, de https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/48798505/Nussbaum_Martha_-_Emociones_Políticas.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DLas_emociones_políticas_Por_que_el_amor.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYY
- O'Reilly, A., Ryan, D., & Hickey, T. (Sep - Dez de 2010). The Psychological Well-Being and Sociocultural Adaptation of Short-Term International Students in Ireland. *Journal of College Student Development*, 51, pp. 584-598. Obtido em 12 de 10 de 2020, de <https://doi.org/10.1353/csd.2010.0011>

- Owens, A. R., & Loomes, S. L. (2010). Managing and resourcing a program of social integration initiatives for international university students: what are the benefits? *Journal of Higher Education Policy and Management*, 3(32), pp. 275-290. doi:10.1080/13600801003743364
- Pain, R. (2001). Gender, Race, Age and Fear in the City. *Urban Studies*, 38, pp. 899-913. doi:10.1080/00420980120046590
- Painter, K. (1996). The influence of street lighting improvements on crime, fear and pedestrian streer use, after dark. *Landscape and Urban Planning*, 35, pp. 193-201. doi:10.1016/0169
- Pleysier, S., & Cops, D. (2016). Fear of Crime as a "Sponge": Towards a More Dynamic Understanding of the Relationship Between Generalized Social Attitudes and Fear of Crime. Em D. Chadee (Ed.), *Psychology of Fear, Crime and the Media: International Perspectives* (pp. 3-21). Nova York: Routledge. Obtido em 03 de 01 de 2020, de <https://books.google.pt/books?id=94s0CwAAQBAJ&pg=PA3&lpg=PA3&dq=Fear+of+Crime+as+a+%E2%80%98Sponge%E2%80%99:+Toward+a+More+Dynamic+Und+erstanding+of+the+Relationship+Between+Generalized+Social+Attitudes+and+Fear+of+Crime&source=bl&ots=JQDgWMgZZW&sig=ACfU3U>
- Porto, M. S. (jul/dez de 2002). Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *152SOCIOLOGIASSociologia*(8), pp. 152-171. Obtido em 10 de 10 de 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a07.pdf>
- Prezza, M., & Pacilli, M. G. (2007). Current fear of crime, sense of community, and loneliness in italian adolescents: The role of autonomous mobility and play during childhood. . *Journal of Community Psychology*, 35, pp. 151–170. doi: doi:10.1002/jcop.20140
- Ratnayake, R. (2016). Association Between Fear of Crime Gender, Student Nationality, and Physical Features. *Environment and Behavior*, pp. 1-16. doi:10.1177/0013916516644875
- Rengifo, A. F., & Bolton, A. (2012). Routine activities and fear of crime: Specifying individual-level mechanisms. *European Journal of Criminology*, 9, pp. 99 – 119. doi:doi:10.1177/1477370811421648
- Riger, S., Gordon, M. T., & LeBailly, R. K. (1982). *American Journal of Community Psychology*, 10. Obtido em 17 de 12 de 2019, de https://www.researchgate.net/profile/Stephanie_Riger/publication/16062205_Coping_with_urban_crime_Women's_use_of_precautionary_behaviors/links/54e5eb3d0cf277664ff1b3fc.pdf
- Ross, C. E., & Jang, S. J. (2000). Neighborhood Disorder, Fear, and Mistrust: The Buffering Role of Social Ties with Neighbors. *American Journal of Community Psychology*, 4(28), pp. 401–420. doi: doi:10.1023/a:1005137713332
- Rountree. (1998). A Reexamination of the Crime-Fear Linkage. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 35, pp. 341-372. doi:10.1177/0022427898035003005
- Rountree, P. W., & Land, K. C. (1996). Perceived Risk versus Fear of Crime: Empirical Evidence of Conceptually Distinct Reactions in Survey Data. *Social Forces*, 74, pp. 1353–1376. doi:doi:10.1093/sf/74.4.1353
- Russo, S., & Roccato, M. (2010). How long does victimization foster fear of crime? A longitudinal study. *Journal of Community Psychology* , 8(38), pp. 960-974. doi:doi:10.1002/jcop.20408
- Sampson, R. J. (1997). Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. *Science*, 277, pp. 918–924. doi:doi:10.1126/science.277.5328.918

- Sani, A. I. (2006). Vitimação indirecta de crianças em contextofamiliar. *Análise Social*, 180(XLI), pp. 849-864. Obtido em 02 de 10 de 2020, de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n180/n180a07.pdf>
- Schafer, J. A., Huebner, B. M., & Bynum, T. S. (06 de 2006). Fear of crime and criminal victimization: Gender-based contrasts. *Journal of Criminal Justice*, 34(3), pp. 285-301. doi:<https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2006.03.003>
- Schreck, C. J., & Miller, J. M. (2003). Sources of Fear of Crime at School. *Journal of School Violence*, 2(4), pp. 57-79. doi:10.1300/J202v02n04_04
- Shi, L. (2018). A Neglected Population: Media Consumption, Perceived Risk, and Fear of Crime Among International Students. pp. 1-24. doi:10.1177/0886260518766428
- Skogan, W. G. (1987). The Impact of Victimization on Fear. *Crime & Delinquency*, 33, pp. 135-154. doi:10.1177/0011128787033001008
- Skogan, W. G. (1999). Measuring What Matters: Crime, Disorder, and Fear. pp. 37-53. Obtido em 19 de 08 de 2019, de <http://www.skogan.org/files/Measuring.What.Matters.Crime.Disorder.and.Fear.pdf>
- Skogan, W. G., & Maxfield, M. G. (1981). Coping With Crime individual and neighborhood reactions. *Sage Publications*, 124. Obtido em 21 de 12 de 2018, de http://www.skogan.org/files/Coping_With_Crime.pdf
- Sloan, J. J. (2005). *Encyclopedia of Criminology* (Vol. 1). (R. A. Wright, Ed.) Routledge. Obtido em 20 de 02 de 2020, de https://books.google.com.br/books?id=GzZiAgAAQBAJ&pg=PA547&lpg=PA547&dq=how+afraid+do+you+feel+when+you+walk+alone+in+your+neighborhood+survey+feel+of+crime&source=bl&ots=cUZ_mQvZWE&sig=ACfU3U0gbuyimky5TNqn75fq43sVNdfHfQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiB4quG0KT
- Smith, L. N., & Hill, G. D. (1991). Perceptions of Crime Seriousness and Fear of Crime. *Sociological Focus*, 24, pp. 315-327. doi:10.1080/00380237.1991.10570598
- Stanko, E. A. (1995). Women, Crime, and Fear. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 539, pp. 46-58. doi:10.1177/0002716295539001004
- Sundeen, R. A. (1984). Explaining the fear of crime among international students fromdeveloping countries: revised model. *Criminal Justice Review*, 2(9), pp. 7-13. Obtido em 11 de 10 de 2020, de <file:///C:/Users/Luisa/AppData/Local/Temp/9CrimJustRev7.pdf>
- Taylor, R. B. (1999). The Incivilities Thesis: Theory, measurement, and policy. *Measuring what matters: Proceedings from the Policing Research Institute Meetings*, pp. 65-88. Obtido em 02 de 01 de 2019, de <http://www.rbtaylor.net/measuringwhatmatterschapter.pdf>
- Tewksbury, R., & Mustaine, E. E. (2003). College Students' Lifestyles and Self-Protective Behaviors. *Criminal Justice and Behavior*, 3(30), pp. 302-327. doi:10.1177/0093854803030003003
- Vauclair, C.-M., & Bratanova, B. (2016). Income inequality and fear of crime across the European region. *European Journal of Criminology*, 14, pp. 221-241. doi:10.1177/1477370816648993
- Vieno, A., Roccato, M., & Russo, S. (2013). Is Fear of Crime Mainly Social and Economic Insecurity in Disguise? A Multilevel Multinational Analysis. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 6(23), pp. 519-535. doi:doi:10.1002/casp.2150
- Vozmediano, L., San Juan, C., & Vergara, A. (2008). PROBLEMAS DE MEDICIÓN DEL MIEDO AL DELITO Algunas respuestas teóricas y técnicas. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*. Obtido em 18 de 12 de 2018, de <http://criminnet.ugr.es/recpc/10/recpc10-07.pdf>

- Warr, M. (1985). Fear of Rape among urban women. *Social problems*, 3(32), pp. 238-250. doi:10.2307/800684
- Warr, M. (03 de 1990). Dangerous Situations: Social Context and Fear of Victimization. *Social Force*, 3(68), pp. 891-907. doi:10.1093/sf/68.3.891
- Warr, M. (2000). Fear of crime in the United States: Avenues for research and policy. *Measurement and analysis of crime and justice*, 4, pp. 451-489. Obtido em 21 de 12 de 2018, de https://www.ncjrs.gov/criminal_justice2000/vol_4/04i.pdf
- Weitzer, R., & Kubrin, C. E. (09 de 2004). Breaking news: How to local TV news and real-world conditions affect fear of crime. *Justice Quarterly*, 21, pp. 497-520. Obtido em 06 de 01 de 2020, de https://www.researchgate.net/profile/Charis_Kubrin/publication/256016597_Breaking_News_How_Local_TV_News_and_Real-World_Conditions_Affect_Fear_of_Crime/links/02e7e52bd0ccfbcb7e000000/Breaking-News-How-Local-TV-News-and-Real-World-Conditions-Affect-Fear-of
- Wilcox, P., Jordan, C. E., & Pritchard, A. J. (2007). A Multidimensional Examination of Campus Safety. *Crime & Delinquency*, 53, pp. 219-254. doi:10.1177/0097700405283664
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (03 de 1982). Broken Windows The police and neighborhood safety. *The Atlantic Monthly*, 249(3), pp. 29-38. Obtido em 02 de 01 de 2019, de <http://www.lakeclaire.org/docs/BrokenWindows-AtlantaicMonthly-March82.pdf>
- Xiong, L., & Smyrniotis, K. X. (2013). Social, Cultural, and Environmental Drivers of International Students' Fear of Crime: A Cognitive Behavioral Perspective. *International Association for Cross-Cultural Psychology Conferences*, pp. 102-110. Obtido em 03 de 10 de 2020, de https://scholarworks.gvsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1037&context=iaccp_papers
- Xiong, L., Nyland, C., Fisher, B. S., & Smyrniotis, K. X. (2017). International students' fear of crime: an Australian case study. *Journal of Criminology*, 50(1), pp. 77-99. doi:10.1177/0004865815608676
- Yuan, Y., & McNeeley, S. (2015). Reactions to crime: A multilevel analysis of fear of crime and defensive and participatory behavior. *Journal of Crime and Justice*. doi:10.1080/0735648x.2015.1054297